

Da **Vida** que **Resiste**

Vivência de psicólogas(os)
entre a ditadura e a democracia



CRP
RS

CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Da vida que resiste:
Vivências de psicólogas(os) entre a
ditadura e a democracia

1ª Edição
Porto Alegre, 2014

Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Organização:

Carolina dos Reis
Caroline Martini Kraid Pereira
Daniel Dall'Igna Ecker
Samantha Torres
Taiasmin da Motta Ohnmacht

Revisão: Tiago Rodrigues

Diagramação: Vanessa Viegas / Grupo Monvie

Imagem da capa: Samantha Torres

Arte: Yasmine Fernandes Maggi

Finalização: Veraz Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

	Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul
C755d	Da vida que resiste: [recurso eletrônico] vivências de psicólogas(os) entre a ditadura e a democracia / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: CRPRS, 2014. e-pub Inclui bibliografia ISBN: 978-85-67564-01-2. 1. Psicologia – Direitos humanos. 2. Psicólogos – Rio Grande do Sul - Entrevistas. 3. Ditadura e Democracia. I. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. II. Comissão de Direitos Humanos do CRP-07. III. Título
	CDU: 342.57

Elaborado pelo Bibliotecário Tiago da Silva Rodrigues CRB10/2047

Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

Gestão Mobilização

(2013 – 2016)

Conselheiros efetivos

Alexandra M. Campelo Ximendes
Caroline Martini Kraid Pereira
Cristiane Bens Pegoraro
Gerson Silveira Pereira
Lígia Hecker Ferreira
Luciane Engel
Marcelo Bastos da Silva Martins
Rafaela Sandri
Ramiro Bürger Schönardie
Renata Fischer da Silveira Kroeff
Simone Bampi
Tatiane Baggio
Zuleika Köhler Gonzales

Conselheiros suplentes

Alessan Coelho Ramos
Alessandra Xavier Miron
Ana Paula Denis Ferraz
Anderson L. da Silva Comin
Angélica Bomm
Bruna da Silva Osório
Eduardo Frederichs Hoffmann
Elisângela M. A. Santos
Isane Larrosa Cardoso D'Avila
Mariana Allgayer
Michele dos Santos R. Lewis
Tiasmin da Motta Ohnmacht
Tiago M. do Amaral Giordani

Sumário

Apresentação.....	06
História silenciadas.....	10
Entrevistas na íntegra: Entre a ditadura e a democracia.....	36
1. Aline Reis Calvo Hernandez: “Eu penso que chegar até o tema foi toda uma trajetória”	36
2. Fernanda Bassani: “É muito importante trazer isso à tona”	49
3. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo: “O golpe apesar de não ter sido explicitamente violento em minha vida, mudou radicalmente as coisas que poderiam acontecer”	67
4. Iara Chagas Castiel: “O quanto nós não queremos deixar que isso aconteça novamente”	87
5. Liliane Seide Froemming: “A sensação de que o que nós fazíamos era muito perigoso”	107
6. Maria Luiza Castilhos Flores Cruz: “Assim, nos demos conta que toda a família tinha sido reprimida”	130
7. Pedrinho Arcides Guareschi: “Examinarmos o que passou, e prevenir as pessoas quando estão em situações relativamente parecidas”	152
8. Rosamari Fração Morim: “Para uns tudo, para outros nada?”	175
9. Ruth Ordovás: “E aí eu acho que deu para refazer a minha vida e deu para andar nesse caminho”	186
10. Thaís Ferreira Cornely: “Sentíamos que podíamos fazer alguma coisa, apesar do pavor”	218
Esquecer e silenciar jamais.....	241

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado do Projeto “Psicologia e Direito a Memória e a Verdade” realizado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS). O projeto parte de reflexões do Sistema Conselhos de Psicologia sobre o papel da profissão nas violências protagonizadas pelo Estado durante a Ditadura Civil-Militar¹, seja por meio dos instrumentos psicológicos utilizados por torturadores durante o período, seja na resistência de muitos psicólogos, inseridos na luta pela reconstrução do Estado democrático (CFP, 2013).

Durante o ano de 2013, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) deu início a um processo, desenvolvido pelos Conselhos Regionais, de abertura de espaços de fala para os testemunhos de psicólogas e psicólogos que tiveram suas vidas atravessadas pelo regime ditatorial. O objetivo do projeto foi fazer ressoar essas vozes que narram histórias silenciadas de um passado que se faz presente não somente na vida desses profissionais, mas na forma como construímos e exercemos cotidianamente isso que nomeamos como democracia.

1. Optamos pelo uso da expressão “Civil-Militar” para enfatizar o fato de que o período ditatorial teve participação, não apenas dos representantes militares, mas também de muitos setores empresariais civis, grandes comerciantes, oligarquias, representantes das mídias, além da própria população que seguiu silente frente as violências testemunhadas.

O presente livro é uma das ferramentas que encontramos para dar visibilidade às histórias relatadas. Algumas das falas foram atravessadas por lágrimas, outras por momentos de esquecimento ou por trechos confusos. São memórias e sensações indizíveis, arriscando-se em palavras. Memórias e sensações desses tempos em que o absurdo se faz presente. Os relatos apresentam as vivências daqueles que resistiram e que se contrapuseram as regras e valores que violavam direitos humanos. São relatos de força, coragem e determinação. Vidas que sobreviveram a um passado que construiu o nosso presente.

Assim, abrimos o livro “Da vida que resiste: vivências de psicólogas(os) entre a ditadura e a democracia” com o texto intitulado “Histórias Silenciadas” no qual os autores colocam em discussão o modo como as violações de direitos, realizadas durante a ditadura civil-militar, seguem presentes através da exposição de determinados grupos populacionais a “estados de exceção” em pleno regime democrático brasileiro.

A seguir apresentamos na íntegra as entrevistas realizadas durante o projeto, iniciando pelo relato de Aline Hernandez, que aponta o pouco destaque que a temática da Ditadura Civil-Militar possui nos estudos da Psicologia. Analisa também o modo como a ausência desse debate afeta a formação de profissionais socialmente implicados, pois os mantêm distanciados dos processos políticos e do contexto histórico no qual atuam. Já Fernanda Bassani, através de relatos de sua vida que envolvem situações estrategicamente pensadas e teatralmente desenvolvidas, nos faz pensar sobre a capacidade do ser humano de forjar situações para garantir interesses individuais. Nesse sentido, Helena Scarparo nos convoca a refletir sobre o impacto nas relações de confiança de alguém que esteve submetido a um contexto em que tudo pode ser uma farsa

ou uma armadilha. O medo é descrito em suas palavras como uma sensação de constante presença, revelado como algo que acompanha aqueles que vivem em contextos de repressão, violência e incertezas.

Já Iara Castiel nos coloca em contato com processos da justiça que, no lugar da garantia de direitos, operam como ferramentas de opressão extremamente sofisticadas. Além disso, Iara nos remete a forma como lidamos com questões contemporâneas como o uso e venda de drogas e a exploração do trabalhador, para pensarmos as atuais configurações do sistema econômico e como ele beneficia apenas algumas parcelas da população.

A seguir, Liliane Froemming traz lembranças de seu período de estudante e relata movimentos de resistência que agiam através da criação de espaços de denúncia e de fala, que se produziam a partir da arte. Liliane avalia as manifestações como espaços potentes para a produção de mudanças que apontem para novas formas de organização social. O relato de Maria Cruz também se remete a atualidade, avaliando-a como um momento no qual muitas coisas estão sendo faladas e colocadas a público, através das histórias silenciadas da Ditadura. Assim nos convida a pensar sobre a desautorização da fala, que emudece determinados sujeitos e cria realidades fundadas nos discursos de alguns.

Pedrinho Guareschi, a partir de uma reflexão densa e embasada por seus estudos, contribui para pensarmos a época da ditadura e as vivências dos entrevistados como contextos atravessados por diversos interesses, nacionais e internacionais. Na próxima entrevista, Rosamari Morim traz a descrição de uma sensação muito presente quando estamos falando da Ditadura: a indignação. Esse sentimento parte da vivência de momentos de impotência

frente a relações de poder radicalmente.

Na penúltima entrevista, Ruth Ordovás nos remete a um tema central quando estamos falando em situações de exploração, violência, repressão e desigualdade: o preconceito em relação a determinados grupos. Ela descreve todo o imaginário social da época construído em torno da ideia do comunismo, que funcionava como uma estratégia de legitimação para o extermínio daqueles grupos considerados ameaçadores a uma determinada ordem social. Por fim, a décima entrevista, de Thaís Cornely, nos traz o relato de quem viveu no corpo a marca da violência. As palavras da entrevistada nos remetem a um corpo que sofreu consequências por não querer se submeter a aquilo que não lhe fazia sentido.

Esperamos que esse material possa ser um subsídio para que outras memórias circulem nos discursos sociais, contribuindo para o conhecimento de um passado que se faz presente

**Comissão de Direitos Humanos
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul**

HISTÓRIAS SILENCIADAS

Carolina dos Reis²
Daniel Dall’Igna Ecker³
Rafael Wolski de Oliveira⁴
Samantha Torres⁵

Este livro apresenta entrevistas realizadas com psicólogas e psicólogos do Rio Grande do Sul que vivenciaram a ditadura militar e têm algo a dizer sobre o terrorismo de Estado ou sobre as ações de resistência ocorridas no período da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985). O objetivo desta obra é contribuir com o resgate histórico, realizado há mais de duas décadas pelo movimento social organizado, militantes e familiares de mortos e desaparecidos.

2. Psicóloga, Colaboradora na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e Assessora Técnica no Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP/RS). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

3. Psicólogo, Colaborador na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP/RS). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

4. Psicólogo, atuou como Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia (CRP/RS) Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) na gestão 2010-2013. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

5. Psicóloga, Colaboradora na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP/RS). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Estas entrevistas referem-se à etapa regional de uma ação de âmbito nacional realizada pelo Sistema Conselhos de Psicologia que reuniu depoimentos de psicólogas e psicólogos de diversos estados do país, publicados no livro *A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)* (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Nesta edição regional, além das quatro entrevistas que compuseram a edição nacional, estão incluídos outros seis depoimentos coletados após o período do mapeamento nacional.

A opção por dar continuidade às entrevistas, deu-se pelo reconhecimento da importância desta ação no momento em que se confere visibilidade a outras versões da história ditatorial no Brasil que permaneceram silenciados frente aos fatos oficialmente narrados. Entendemos que o reconhecimento por parte da sociedade brasileira das violências sofridas por aqueles vitimados por ações violadoras de direitos é uma forma de reparação possível e necessária aos sofrimentos vividos.

Esta ação foi gestada pelo Sistema Conselhos de Psicologia, por meio da Comissão Nacional de Direitos Humanos, a partir de reflexões a respeito do papel da Psicologia frente aos debates sobre os efeitos do período da ditadura civil-militar brasileira que ganharam força na agenda política do país nos últimos anos. A realização das entrevistas emergiu como uma possibilidade de contribuição do Sistema Conselhos a esse debate nacional, através do resgate de histórias não contadas sobre esse obscuro período da história nacional (CFP, 2013).

No Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, a Comissão Regional de Direitos Humanos realizou uma chamada pública com ampla divulgação, através de nosso

sítio da internet, redes sociais, newsletter, jornal impresso, cartazes e do contato direto com profissionais de notório envolvimento em práticas de resistência à ditadura, para o cadastramento de psicólogas e psicólogos que tiveram alguma experiência; seja como sobrevivente ou familiar, ou seja no atendimento de pessoas atingidas pela ditadura. Ou ainda, profissionais que possuíam documentos sobre esse período histórico. Esse cadastramento foi realizado entre os meses de março e setembro de 2013, após esse período foram agendadas entrevistas com os profissionais que haviam se cadastrado para compartilhar suas vivências.

As histórias narradas aqui evidenciam que as estratégias, que subsidiaram as violações de direitos, realizadas durante a ditadura civil-militar seguem presentes e se atualizam nas mais diversas formas; desde as violências institucionais, as violências urbanas, até a exposição de determinados grupos populacionais ao “estado de exceção” experienciado por muitos brasileiros em pleno regime democrático, todas as vezes que seus direitos são violados pelo mesmo Estado que deveria garanti-los.

A partir das reflexões provocadas pelas entrevistas realizadas, trazemos neste primeiro capítulo algumas discussões sobre os efeitos da ditadura civil-militar brasileira e sua interface com a produção de saberes e práticas da Psicologia nesse período. Inicialmente, serão contextualizados elementos sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, em termos históricos e políticos, para, então, discorrer sobre a construção da Psicologia enquanto ciência e profissão implicada com as questões sociais. Por fim, traremos alguns elementos presentes nas entrevistas realizadas com as(os) psicólogas(os) que vivenciaram experiências vinculadas ao período de ditadura, e abordaremos como essas questões nos fazem pensar sobre o contemporâneo e as práticas em Psicologia.

A Ditadura Civil-Militar no Brasil

A Ditadura Civil Militar no Brasil teve uma permanência de mais de 20 anos (1964-1985) e produziu diversos efeitos nas relações sociais e no contexto político, econômico do país. Na década de 50, o Brasil vivia uma situação de economia dependente, esta se caracterizava pela aliança entre capital nacional, capital do estado e capital multinacional. Nesse engendramento, os interesses econômicos eram antagônicos e, por isso, faziam com que a economia se desenvolvesse de forma contraditória: “mantêm-se sem solução, consideráveis problemas sociais como desigualdades regionais, graves disparidades na distribuição de renda, altos índices de desemprego e níveis de vida aberrantemente baixos para a maioria da população” (ALVES, 2005, p. 23).

Em meados dos anos 60, no período Goulart, o governo propunha ações pautadas pelo apoio dos trabalhadores, possibilitando assim, um clima político que permitia o desenvolvimento de formas de organização mais integradas com a população. É nesse período que passa a ocorrer um aumento considerável da organização da classe trabalhadora e de setores antes marginalizados que colocam em questão as organizações instituídas e passam a exigir uma gama maior de direitos. Inspirados por movimentos em outros países como, por exemplo, Cuba, as manifestações colocam em dúvida o modo de organização e de desenvolvimento econômico orientado pela lógica do capital monopolizado. A busca por participação nos processos de decisão e as exigências colocadas pela classe trabalhadora e pelos movimentos sociais colocam em evidência as contradições fundamentais de uma economia dependente, que teria por base interesses irreconciliáveis (ALVES, 2005).

Segundo Habermas (1980), os interesses irreconciliáveis eram visualizados através de contradições fundamentais que se colocavam dentro da formação social. Nela, sujeitos e grupos se confrontavam repetidamente por terem intenções e interesses incompatíveis. Era através da expressão desses interesses irreconciliáveis que as instituições que propunham democracia apresentavam-se dia após dia mais incapazes de darem conta das visíveis contradições postas pelos diferentes ideais. As populações organizadas cada vez mais se mostravam presentes na denúncia das desigualdades tornando-as continuamente visíveis, mas:

Antes que todo esse clima de efervescência atingisse limites revolucionários, os conservadores desencadearam ampla agitação golpista, a qual era estimulada claramente pelo governo norte-americano, assustado pelas bandeiras nacionalistas. O “pacto populista” entre o governo de João Goulart e os setores populares começava a se tornar perigoso para a expansão do capital estrangeiro. A situação crítica da economia brasileira, com inflação galopante, crises de recessão e o fantasma da comunicação propiciavam a propaganda, junto às classes médias, da necessidade de um governo forte (COIMBRA, 2000a, p. 5).

As classes brasileiras economicamente privilegiadas, assustadas por verem ameaçados os seus excepcionais benefícios, reagem à crise desempenhando um papel decisivo na criação e implantação de uma forma autoritária de capitalismo de Estado: a Ditadura. É nesse contexto que se desenvolve um instrumento – A Ideologia da Segurança Nacional – utilizado pelas classes dominantes, em apoio do capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação de meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente (ALVES, 2005).

É nessa época que, com o intuito de preparar o terreno para o golpe e para aceitação da ideologia da segurança nacional, se desenvolve uma intensificação das campanhas que divulgavam a figura do comunista como traidor da pátria. As campanhas, de forma geral, apresentavam a esquerda comunista como uma ameaça à propriedade, às famílias e à nação brasileira. Como proposta de solução e extermínio do construído inimigo, propunha-se a vigia e o banimento dos mesmos. Diversos movimentos como, por exemplo, o da “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade” passam a ser produzidos a partir desses discursos dominantes, disseminados por partes da burguesia brasileira. A Marcha da Família passa a ser organizada e realizada em diversas capitais do país semanas antes e depois do golpe que aconteceu em 31 de março de 1964. Multidões de famílias de classe média e média alta caminham pelas ruas juntamente com a cúpula da Igreja Católica, denunciando a “comunização” da sociedade brasileira e exigindo um governo “forte” (COIMBRA, 1995).

É nesse cenário de conflitos de interesses que vai ser desenvolvida a Ditadura Civil-Militar no país. A tomada do poder pelo Estado foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos (explicitamente posicionado como capitalista e contra outras formas de produção), uma grande parcela da população que se identificava com os ideais políticos dos militares brasileiros e, em especial, um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG).

A Ditadura Civil-Militar brasileira, assim como outras ditaduras na América Latina, foi importante via de implantação do modo social de funcionar baseado no capitalismo e seus operadores, que gerenciam as vidas através de lógicas econômicas. Seixas (2012), jornalista

torturado na ditadura, expõe: “A ditadura não foi simplesmente um governo que enlouqueceu e começou a torturar e a matar. O que aconteceu em 1964 foi um assalto ao poder” (p.23). É importante destacar essa questão para que se possa produzir um movimento de estranhamento em relação às configurações atuais, reconhecendo-as como não-naturais e marcadas por uma herança ditatorial. O sistema e o modo de produção, que pautam a atualidade, foram desenvolvidos por longos períodos de imposições e eliminação de determinadas formas de pensar e de organizar as vidas.

O Estado de Segurança Nacional agia fundamentado na ideia de uma *guerra revolucionária não declarada*, compreendida como algo promovido secretamente pelo comunismo internacional, que teria como objetivo o infiltração no *país-alvo*, através da população. Nessa lógica, toda a população tornava-se suspeita e constituída de *inimigos internos potenciais* que deveriam ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados. A questão central nessa interpretação é que, a partir da criação dessa problemática social, o “inimigo” poderia estar em todas as instituições, fossem essas locais, em aglomerações; fossem em grupos ou em famílias. Tal contexto tornava praticamente impossível estabelecer limites para as ações repressivas do Estado e dos poderes militares. O Estado de Segurança Nacional e o Aparato Repressivo passaram a determinar, a partir de seus próprios critérios, quem eram esses *inimigos internos* do país e que atividades de oposição eram ameaçadoras à segurança nacional. Desse modo, a tomada para si da responsabilidade pelo controle das atividades subversivas ou revolucionárias dá para as forças militares poderes praticamente ilimitados sobre a população (ALVES, 2005).

Em nome da Segurança Nacional e do Desenvolvimento Econômico passa-se a reprimir de forma massiva as forças populares, os movimentos sociais e as pessoas que de alguma forma se opunham à ideologia do regime ditatorial. Pautavam-se pela perspectiva de que: “(...) não se podem tolerar os ‘antagonismos internos’. Toda e qualquer oposição que possa abalar a ‘segurança do Estado’ é considerada crime e, como tal, é punida” (COIMBRA, 1995, p. 19).

Fica evidente que, a partir dessas repressões, a Doutrina de Segurança Nacional acaba por ampliar irrestritamente as vidas colocadas em risco, visto que já não era mais possível, determinar com exatidão quem deveria ser considerado inimigo do Estado e quais comportamentos seriam interpretados como permissíveis ou toleráveis. Assim, já não havia mais garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação a grupos ou movimentos. Quem designava, em última instância, quem era ou não inimigo do Estado, era o aparelho repressivo composto pelos representantes da segurança nacional: todos os cidadãos eram suspeitos e considerados culpados até que provassem sua inocência. Esse imperativo da periculosidade generalizada acaba por se tornar a raiz e causa dos graves abusos de poder que ocorreram em tempos de ditadura (ALVES, 2005).

Após o Golpe de Estado no Brasil de 1964, passa a ser executada uma vasta campanha de busca e detenção dos *supostamente perigosos* nas diversas instituições do país. Chamadas de operações “arrastão” e “pente-fino”, essas campanhas faziam a detenção de qualquer pessoa que, por algum motivo, não tivesse o documento de identificação ou que não pudesse provar sua inocência. Uma das estratégias legitimadas foram as intimidações através das detenções temporárias que eram normalmente acompanhadas por

violência física e psicológica por alguns longos períodos e, em seguida, liberava-se o sujeito antes que pedidos de *habeas corpus* pudessem ser apresentados. Dessa forma, os militares evitavam a supervisão do sistema legal e agiam sem limitações jurídicas sobre suas práticas.

De acordo com Alves (2005), outra ação desenvolvida era os Inquéritos Policial-Militares (IPMs) que objetivavam investigar as atividades de funcionários civis e militares para identificar aqueles que estariam implicados em atividades consideradas subversivas. Como primeira estratégia, os IPMs foram mecanismos letais para a eliminação do inimigo interno. Sua proposta se pautava pela limpeza e eliminação das pessoas que estavam envolvidas com o governo anterior ou vinculadas a partidos políticos ou movimentos sociais considerados comunistas. Nessa época, houve forte perseguição aos intelectuais, estudantes, professores, líderes sindicais e estudantis e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo.

A partir dessa *higienização aleatória do humano*, nas instituições e na sociedade em geral, se produz uma imobilização generalizada na população devido ao medo imposto pelas políticas de repressão. Essas políticas orientavam-se pela manutenção de determinados modos econômicos de operação, vigiando e punindo práticas que ameaçavam a perpetuação desses processos econômicos no cotidiano social. A Doutrina de Segurança Nacional servia para fortalecer o desenvolvimento econômico, mais do que possibilitar acesso aos bens materiais e de consumo a população.

O desenvolvimento econômico não objetivava a distribuição igualitária do capital brasileiro e a política de desenvolvimento não se preocupava prioritariamente

com a qualidade de vida da população. Segundo a Escola Superior de Guerra (ESG), os programas de educação deveriam se preocupar com o treinamento de técnicos que ajudassem no processo de crescimento econômico e de desenvolvimento industrial do país. Não havia como prerrogativa a implantação de programas voltados para a produção de habitações de baixo custo, serviços de saúde acessíveis a todos e instituições de educação públicas. O modelo econômico destinava-se a colocar o Brasil como um país potente mundialmente em comparação a outros países, capaz de se inserir nos processos de competição produtiva e de distribuição e investimento de capital como outras regiões que compunham o ocidente. Para cumprimento de tal objetivo, a ESG afirmava ser necessário o sacrifício de continuas gerações (ALVES, 2005).

Assim, a partir da delimitação de objetivos direcionados a legitimação de determinados processos econômicos, se produz toda uma série de sacrifícios; sacrifícios não de caráter simbólico, mas que resultaram em incontáveis torturas e mortes de muitos brasileiros. De acordo com Bicalho (2013), já foram levantadas mais de 280 formas diferentes de tortura utilizadas pelos órgãos repressivos da época. Como exemplo, tem-se o Projeto “Brasil Nunca Mais”, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, que registrou em 12 volumes o resultado de uma pesquisa sobre a repressão no período de 1964 a 1979 na qual apresenta os seguintes dados: “10 mil exilados políticos, 4.682 cassados por vários meios, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, centenas de mortos, ‘desaparecidos’, 245 estudantes expulsos da Universidade por força do decreto 477” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985a, p.49).

A Ditadura Civil-Militar e suas repercussões na atualidade

Atualmente, quando se pergunta às pessoas se elas viveram ou foram submetidas a alguma ação ditatorial, muitas respondem que, por terem nascido após a Ditadura Civil-Militar, acreditam não terem vivenciado ou sido influenciadas pelas ações de um Estado que foi rigidamente opressor. As vivências narradas ao longo deste livro mostram a importância de se colocar em evidência discussões que visibilizem os efeitos da trajetória política e econômica de nosso país para a atual estruturação da sociedade brasileira.

Se pensarmos em instituições tais como a educação, a mídia e a segurança pública, veremos que as mudanças estruturais ocorridas durante a Ditadura Civil-Militar, ainda deixam resquícios na atualidade. No campo da educação, acompanhamos a organização de metodologias de ensino autoritárias e a priorização de conteúdos que objetivavam o desenvolvimento econômico do país. As reformas na educação como a Reforma Universitária de 1968 e a Lei de Diretrizes de Bases para o Ensino de 1^a e 2^a Graus de 1971, visavam, antes de qualquer elemento, uma educação tecnicista que seguisse a lógica dos interesses econômicos (FERREIRA; BITTAR, 2008).

Já a mídia, antes constituída por vários grupos de comunicação, foi reduzida a apenas nove famílias que passaram a monopolizar, filtrar e definir as pautas daquilo que se produz em termos de discursos midiáticos no país, centralizando cerca de 90% (noventa por cento) dos meios de comunicação (GUARESCHI, 2007). Isto porque, diversos grupos foram perseguidos e fechados por posicionarem-se discursivamente contrários, divergentes às diretrizes pautadas pelos governos militares. Em compensação,

aqueles que se colocaram a favor do golpe receberam diversos investimentos do Governo, formando em tempos de ditadura, aquilo que hoje está colocado como a grande mídia de massa (HERNANDEZ; SCARPARO, 2008).

O terceiro exemplo de instituição que mantém efeitos significativos da lógica ditatorial são as instituições de segurança pública, ainda que sejam instituições muito antigas, é a partir da ditadura militar que estes órgãos passaram a aperfeiçoar suas estratégias, ampliando a demanda por segurança e inserindo-se nos mais diversos espaços sociais.

Esses são apenas alguns exemplos em um país que vivenciou 21 (vinte e um) anos de imposição de um discurso ditatorial, durante os quais se desenvolveu uma geração atravessada por experiências de silenciamentos, perdas, dores e mortes. É importante destacar as repercussões que as ações ditatoriais têm na atualidade, o modo como elas influenciam o cotidiano das populações, as formas de circulação nos espaços da cidade e a maneira como atravessam a nossa constituição subjetiva.

Ao falarmos em subjetividade, nos referimos a um campo socialmente construído, que se expressa no plano individual através de crenças, valores e comportamentos individuais (Furtado, 2001). Nessa perspectiva, a subjetividade não é algo natural e nem imutável, ela se constitui por meio de processos sociais nos quais os sujeitos são agentes, ou seja, a subjetividade está associada à complexa relação entre as pessoas e seu meio em uma dada época histórica e espaço social (CFP, 2009).

Desse modo, destaca-se a importância de colocarmos em evidência os efeitos desses vinte um anos de Ditadura Civil-Militar nos processos de subjetivação da população

brasileira. Pensar, discutir e procurar entender as complexidades dos processos ditatoriais não é estudar o passado, mas sim, buscar entender o presente para que, a partir de sua análise, se possa transformá-lo. Para Bicalho (2013, p. 13), o estudo da história precisa ser um dispositivo “que funcione como analisador de nossas práticas – sempre produtoras de modos de ser, estar, saber e viver no mundo” (p.13). Para isso, é preciso que se desnaturalize a “história oficial” abrindo espaço para a voz daqueles que foram silenciados:

Para aqueles que viveram aqueles terríveis anos, para aqueles que foram atingidos diretamente pela violência institucionalizada, faz parte de um processo de reparação trazer essa outra história, apontar os crimes então cometidos, seus responsáveis, seus parceiros, assessores e aliados. Enfim, lutar contra a impunidade de todos essas pessoas, articulando tal luta com a violação dos direitos humanos, hoje tão naturalizada e banalizada em nosso cotidiano, sem dúvida, tem sido o início de uma reparação. Não só uma forma de resistência, mas fundamentalmente a procura de uma reparação que o Estado brasileiro, ainda hoje, se nega a admitir (COIMBRA, 2001, p. 18).

Denunciar e agir em situações de violação de direitos humanos é criar uma nova memória para o Brasil, uma memória pautada pela fala da diversidade, pela existência e circulação da diferença, amparada por práticas de cuidado a todas as parcelas da população. Contar outras histórias é poder construir outras verdades, produzir novas realidades, inventar novos sujeitos e experiências orientados por uma cultura política pautada pela garantia dos direitos.

Nesse intuito, é que se propõe a realização deste livro. Ao colocarmos em evidência os relatos de psicólogas(os) que

vivenciaram questões vinculadas ao período da ditadura, tem-se como intenção dar visibilidade às experiências extraoficiais, que não estão na mídia, que não estão nos discursos acadêmicos e que não ocupam destaque na agenda política ou em lugares legitimados de fala. Experiências invisibilizadas pela vida cotidiana que vai silenciando alguns acontecimentos em nome de outras necessidades que passam a ser impostas pelo modo de organização da sociedade atual. Assim, se produz esse material, na possibilidade de que ele sirva como ferramenta de ruptura no cotidiano e abertura de um espaço de escuta, de reflexão, e de emergência de novos pensamentos e ações.

Não basta falar, é preciso ter quem ouça. Quando escutamos, nos tornamos testemunhas. Portadores, portanto, de uma memória. Tal ação se constitui como reparadora, pois transforma sofrimentos individuais em vivências coletivas. Escutemos para que nossas memórias possam emergir do íntimo silêncio e, ao se mostrar à sociedade, tornarem-se memórias compartilhadas (CFP, 2013).

A produção da ciência e da prática profissional em Psicologia

Ao narrarmos as experiências vivenciadas por psicólogas e psicólogos durante a Ditadura Civil-Militar, buscamos, também, colocar em discussão o papel da Psicologia e os efeitos da lógica ditatorial na construção desse campo de saberes e práticas. Ao longo do século XX a Psicologia se desenvolveu, como campo de conhecimento, fortemente influenciada por um projeto de ciência da modernidade, pautado por discursos que naturalizam verdades tomadas como a descoberta de essências universais, em um movimento de objetivação do mundo, no qual se acredita ser possível a apreensão da “realidade” de forma imparcial.

Nessa perspectiva, muito das produções de saberes no campo psi posicionam-se a partir de uma pretensa razão sobre o mundo e através de uma suposta neutralidade, que negligencia as experiências espontâneas e imprevisíveis do cotidiano da vida. Para tanto, esse modo de fazer Psicologia foi se distanciando da política em nome de uma postura que minimizasse as “impregnações da subjetividade” na produção de conhecimento (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001).

Essa Psicologia, entendida de maneira asséptica e descomprometida com as relações, ainda permanece presente em muitos cursos de graduação da área, baseados, majoritariamente, por disciplinas com foco exclusivamente tecnicista que objetivam o aprendizado e a utilização de instrumentos e técnicas que apresentem respostas corretas e precisas aos problemas sociais. Nesses processos, muitas áreas de saber apresentadas nos currículos continuam negligenciando a reflexão sobre o que tem embasado tais práticas e quais os efeitos dessas em termos de constituição da vida cotidiana (REIS; GUARESCHI, 2010).

No próprio processo de formação, o conhecimento apresentado enquanto produção científica torna-se orientador na constituição dos sujeitos estudantes, quando referenciados como “mais verdadeiros” em detrimento de outros. No processo de ensino não fica evidenciado que a produção de conhecimento é realizada a partir de pessoas imersas em valores, ideologias, posicionamentos e intenções perante o que produzem e ensinam (ECKER; TORRES & SCARPARO, 2012).

É a partir desse contexto que muitos estudantes aprendem a fazer Psicologia, acreditando que as ações e a construção do conhecimento da área acontecem de forma neutra e

particionada, sem perceber que os modos de construção de conhecimento possuem efeitos políticos, pois reconhecem determinados modos de vida como mais legítimos e marcam outros como desviantes e patológicos, a partir da forma como discorrem sobre os sujeitos e seus cotidianos. Usa-se aqui o termo político a partir de sua origem grega *politiká*, uma derivação de *polis (cidade)*, que designa a tudo aquilo que se refere ao convívio social. Ou seja, utiliza-se o termo ação política no sentido de enfatizar os resultados no meio social que todas as ações, sempre pautadas por saberes, acarretam. Nesse sentido, evidencia-se a impossibilidade de separação entre Psicologia e política,

(...) pois a Psicologia trabalha com sujeitos habitantes de um lugar em determinado momento histórico da sociedade. Diante disso, qualquer intervenção realizada com os sujeitos produz efeitos no coletivo, sempre havendo uma implicação política, pois essa prática é sempre uma ação sobre a vida desses sujeitos. Estar atento a isso é o que vai diferenciar os profissionais que se colocam em uma postura ético política, ou seja, que se comprometem com o cuidado relativo à vida dos sujeitos que afetam (REIS; GUARESCHI, 2010).

Destaca-se a importância da implicação política enquanto orientador da prática profissional devido ao próprio processo histórico referente à categoria:

Algo deve ser aqui colocado sobre alguns profissionais “psi” que apoiaram/respaldaram a patologização de muitos que lutaram contra a ditadura militar, em nosso país, classificando-os como “carentes”, “desestruturados” e, portanto, doentes. Isto foi feito, por exemplo, em uma pesquisa realizada por psicólogos que trabalhavam no Centro de Estudos de Pessoal do Exército, no Rio de Janeiro,

em 1970, a qual utilizou uma série de testes psicológicos em presos políticos. Alguns outros profissionais “psi” forneceram laudos psiquiátricos a militantes presos, no período de 1964 a 1978, também patologizando-os. Tanto na pesquisa acima mencionada, denominada de “perfil psicológico do terrorista brasileiro”, como nos laudos fornecidos, temos “belíssimos” exemplos de como foram rotulados, marginalizados e excluídos aqueles que resistiam a um regime de força (COIMBRA, 2001, p. 16).

Entende-se que as violências de Estado não acontecem de forma isolada, pois apenas são possíveis de serem sustentadas devido a uma rede de sujeitos que, através dos seus saberes e práticas, respaldam tais violências. Esses respaldos podem ser realizados de diversas formas como, por exemplo, através da elaboração de laudos, consultas e assinaturas em documentos que legitimem ações ou determinados modos de entender os sujeitos. Se não existissem profissionais que, com suas práticas, respaldassem as violências, talvez estas não tivessem durado 21 (vinte e um) anos e obtido o efeito repressor que tiveram. Isso é, em grande parte, resultado das práticas de diversos profissionais que permitiram que o terrorismo de Estado continuasse funcionando (COIMBRA, 2001).

No campo da Psicologia, a partir dos anos 80, com o processo de abertura política, alguns profissionais da categoria, no intuito de explicar o comportamento daqueles profissionais que contribuíram diretamente com as torturas contra os presos políticos, usaram um viés da psicologia individualista rotulando tais condutas como, por exemplo, de sádicas ou desequilibradas. Porém, isso significava participar de uma segunda estratégia política, pois individualizava de forma culpabilizadora as ações de violência e isentava o Estado, e o regime que o criou, de suas responsabilidades nesses processos de violação (COIMBRA, 2001). Dessa forma, retomamos a importância da afirmação de uma Psicologia

implicada com a garantia de direitos.

Os direitos humanos e a ética em psicologia

Advindo de um contexto de barbáries, o século XX legou à humanidade diversas memórias de autodestruição como o episódio do Holocausto e o avassalador acontecimento de Hiroshima e Nagasaki. A influência dessas memórias e a busca por construir um caminho possível de comunicação pacífica entre diferentes países, fazem emergir em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU), legitimada através da Carta de São Francisco. O documento, propunha o reconhecimento da dependência mútua entre os povos, assim como apontava a necessidade de ações conjuntas entre eles para que outras realidades pudessem ser construídas além dos conflitos e disputas. Em 1948, em Nova York, é proclamada pela Assembleia Geral da ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Entende-se que a noção de direitos se apresenta como um processo de criação de condições para as relações humanas, levando em consideração os contextos multidimensionais. Afirma-se aqui que essa noção não é algo desvinculado de uma prática política, que propõe determinado modo de gestão. A ideia de direitos humanos se afirma em uma proposta de gestão da população e construção de espaços pautados pela não exploração, domínio, vitimização, exclusão e todas as formas de desigualdades relacionais que envolvem questões jurídicas, ético-morais, políticas e culturais de um contexto social específico (CARBONARI, 2007).

No Brasil, a possibilidade de efetivação da garantia de direitos humanos é orientada pela necessidade de revisão de um processo histórico constituído por episódios de exclusão de grande parte da população que tem como base, segundo Carbonari (2007), quatro pontos centrais: a

pobreza e a desigualdade, o racismo e o sexismo. A pobreza, marcada no processo histórico por uma perspectiva desenvolvimentista que orientou os setores econômicos que privilegiaram:

donatários de capitanias hereditárias, senhores de engenho, donos de minas, fazendeiros, donos da indústria e de bancos, (...) pautada por seus próprios interesses (...) Escravos, trabalhadores do campo, imigrantes pobres e trabalhadores urbanos têm sido os que historicamente ficaram alijados do acesso aos bens e à riqueza do País. (p. 22).

No que se refere ao racismo, temos como herança a prática de quase 400 (quatrocentos) anos de escravidão em relação aos quais, como forma de reparação, buscam-se construir políticas e discursos apoiados pela lógica da “democracia racial”. Foram mais de 40 (quarenta) milhões de africanos removidos a força de suas terras, culturalmente domesticados e submetidos ao trabalho forçado visando à manutenção da economia brasileira. Por fim, em relação ao sexismo, nos deparamos com um histórico segregacionista que por muito tempo limitou o acesso das mulheres aos ambientes de trabalho, educação e na participação em processos sociais, através, por exemplo do direito ao voto. Junto a isso, percebe-se a manutenção de práticas excludentes em relação a diversas formas de vivência da sexualidade, o que exige um posicionamento constante daqueles que não estão inseridos em lógicas patriarcalistas, como forma de evidenciar ações violentas. Essas lógicas influenciam até hoje o modo como os pobres, os negros, as mulheres, e aqueles sujeitos que experienciam sexualidades não heteronormativas, se relacionam consigo e na sua interação com os outros. Assim como, na forma como se desenvolvem as políticas públicas específicas para determinados grupos populacionais e como se organizam

os espaços sociais.

É importante destacar que no Brasil a garantia constitucional dos direitos humanos só foi possível longos anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

(...) o Brasil vivia a ditadura militar e, quase coincidentemente, o seu maior endurecimento. A realidade brasileira do período de afirmação dos direitos humanos em nível mundial foi marcada pela sua inviabilização como conteúdo e como experiência política e social, dados o cerceamento da participação social e a prisão, exílio e morte de centenas de ativistas que se opunham à ditadura militar (que, de maneira mitigada, preferiu chamar-se a si mesma de revolução, contraditoriamente) (CARBONARI, 2007, p. 22).

Já a partir de 1970, percebe-se no Brasil uma disseminação de discursos vinculados a entidades pautadas pela lógica dos direitos humanos, principalmente, advindos dos movimentos sociais, que condenavam e resistiam aos regimes militares. Ainda nesse momento, essa noção era ausente no cotidiano de vida das pessoas, nas legislações e práticas dos governos. É em 1982 que se conquista, através dos movimentos e organizações sociais, a fundação do primeiro Movimento Nacional de Direitos Humanos (CARBONARI, 2007).

Coimbra (2000b) aponta os anos 80 como um momento em que começa a se constituir uma nova ordem mundial, pautada por uma racionalidade neoliberal com suas lógicas de “globalização, Estado mínimo, livre mercado, livre comércio, privatizações, marketing, rotação rápida, capitalismo financeiro, isolamento tecnocrático, cultura-mercado, dentre outros” (p. 144). Junto a esses movimentos produzem-se, através da mídia de massa e de representantes do governo, discursos orientados por

argumentos de catastrofização social e de desestabilização da economia. A autora aponta que esses foram elementos essenciais para a construção do medo e da insegurança para as classes médias e da geração de maior desemprego, pobreza e miséria para os trabalhadores em geral.

É em 1995, nesse contexto de medidas neoliberais e também de chacinas, assassinatos de crianças, adolescentes, homossexuais, linchamentos e balas perdidas, que o governo federal anuncia sua intenção de fazer o Plano Nacional de Direitos Humanos. Esse plano, segundo Coimbra (2000b), não saiu do papel e resultou, em seguida, na criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A Secretaria seria responsável por implantar o Plano, mas na época não dispunha de recursos financeiros próprios ou suficientes para isso. O Plano transformou-se em Programa, mas manteve-se como um documento meramente declaratório e com características de uma “carta de boas intenções”.

É interessante visualizarmos que poucos anos antes da criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em 1987, era lançado no campo da Psicologia o Código de Ética do Profissional. Nele, a ideia de direitos humanos aparece no VII Princípio Fundamental da profissão fazendo referência ao documento da ONU de 1948:

VII. O psicólogo, no exercício da sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres, de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas (CFP, 1987, p.5).

Passados dez anos depois dessa resolução, a questão dos direitos humanos no campo da Psicologia se potencializa

através da criação pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 1997 e, nos Conselhos Regionais (CRPs) em 1998, das Comissões de Direitos Humanos (CDHs). Como representante da categoria profissional em âmbito federal, o CFP cria essas comissões que, dentre seus diversos objetivos, se destacavam: 1. O incentivo a reflexão e debate sobre os DH vinculados a formação, prática e pesquisa em Psicologia; 2. Desenvolver estudos dos processos de exclusão advindos do modo de produção socioeconômica atual; 3. Funcionar como ferramenta de intervenção em situações concretas de violações de DH; 4. Serem uma via de participação da categoria na luta por garantia aos DH; 5. Serem utilizadas como estratégias de apoio e solidariedade aos movimentos sociais de afirmação dos DH; 6. Produzir ações, junto ao Estado, ou diante da omissão do mesmo, frente a situações que produzam algum tipo de sofrimento (CFP, 2013).

Após a constituição das comissões, diversas campanhas, seminários e inspeções foram lançados no contexto brasileiro. Dentre as diversas temáticas tem-se, por exemplo, *“Direitos Humanos e sofrimento mental”*, *“Direitos Humanos, epistemologia e ética”* e *“Direitos Humanos e o laço social”* (CFP, 2013).

É necessário destacar que, em 2005, a última versão do código de ética é lançada, com algumas reformulações no que se refere ao contexto em que a noção de direitos humanos aparece. Inicialmente, o documento apresenta uma breve introdução sobre a noção de código:

Códigos de Ética expressam sempre uma concepção de ser humano e de sociedade que determina a direção das relações entre os sujeitos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao ser humano

e seus direitos fundamentais. Por constituir a expressão de valores universais, tais como os constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos; sócio-culturais, que refletem a realidade do país; e de valores que estruturam uma profissão, um código de ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo. As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética que nos orienta (CFP, 2005, p.5).

Nessa nova versão do código de ética, a noção de DH deixa de compor o VII Princípio e passa a ser o primeiro como exemplifica-se: “PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005,p.7). Dessa forma, a partir de 2005 a proposta da ação profissional passa a ter como balizador principal da prática *psi* a ideia dos direitos humanos. Junto a isso se legitima, através do documento, que: “Art. 2º – Ao psicólogo é vedado: e) Ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais;” (p.5).

Nesse sentido, através dessas resoluções e dos acontecimentos que atravessaram suas formulações, torna-se de extrema importância colocar em pauta discussões sobre os direitos humanos e o modo como a categoria profissional vem lidando com essa noção. Essas discussões possibilitam exatamente o que propõe o código de ética da profissão instituído em 2005, que sugere uma constante reflexão sobre a prática profissional e a noção de direitos humanos devido às transformações sociais e o modo como elas vão produzindo novas reflexões e exigindo da categoria outros posicionamentos que não os tradicionais.

A Ditadura Civil-Militar marca no período histórico brasileiro impactos que devem ser constantemente levantados como questão para que não sejam revividos e/ou reatualizados. A realização das entrevistas com psicólogas e psicólogos que vivenciaram questões vinculadas à ditadura contribui para um processo de reflexão sobre as violências do passado e o que estas denunciam sobre o nosso modo de viver no presente e sobre a participação da sociedade na construção de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005. 423 p.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Em nome da memória. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2012, vol.32, n.spe, pp. 310-317. ISSN 1414-9893. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca22.pdf>> Acesso em: 01 Nov. 2013.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Em Projeto Brasil nunca mais** (Tomo I, O regime militar). São Paulo: Arquidiocese de São Paulo (1985a).

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?. **Psicol. Soc.**[online]. 2005, vol.17, n.2, pp. 21-25. ISSN 1807-0310. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27040.pdf>> Acesso em: 05 Ago. 2013.

BICALHO, Pedro P. G. de. **Ditadura e Democracia**: qual o papel da violência de Estado?. (In) XIMENDES, A. M. C; REIS, C. dos; OLIVEIRA, R. W. (Orgs.). Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo60.pdf>> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia hist.** [online]. 2009, vol.25, n.41, pp. 269-291. ISSN 0104-8775. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a14.pdf>> Acesso em: 08 Set. 2013.

BUCCI, E. **Sociedade de consumo (ou consumo de preconceito)**. (In) Secretaria da Justiça e Cidadania de São Paulo. O preconceito. São Paulo 1997 (pp. 32-52).

CARBONARI, Pedro César. **Direitos Humanos no Brasil**: Uma leitura da situação em perspectiva. (In.) Coleção CERIS. Direitos Humanos no Brasil 2. Diagnósticos e Perspectivas. CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. 2007, Ano 2; n.2.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da Ordem**: Uma Viagem Pelas Práticas Psi no

Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

_____. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicol. estud.** [online]. 2000a, vol.5, n.2, pp. 1-22. ISSN 1413-7372. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf>> Acesso em: 20 Out. 2013.

_____. Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**. Trabalho apresentado na mesa redonda “Psicologia e Direitos Humanos”, no Simpósio Nacional “Psicologia Política no Brasil”, realizado na PUC/SP, em 19 de Maio de 2000b.

_____. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicol. estud.** [online]. 2001, vol.6, n.2, pp. 11-19. ISSN 1413-7372. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a03.pdf>> Acesso em: 15 Set. 2013.

_____. Tensão ou oposição entre ciência e política na pós-graduação? Um falso problema?. **Psicol. Soc.** [online]. 2004, vol.16, n.1, pp. 86-97. ISSN 1807-0310. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n1/v16n1a07.pdf>> Acesso em: 19 Ago. 2013.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do. O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias. **Psic.: Teor. e Pesq.** [online]. 2001, vol.17, n.3, pp. 245-248. ISSN 0102-3772. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n3/8814.pdf>> Acesso em: 20 Ago. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. VIII CNP Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos. **Caderno de Deliberações**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/MinutaCadernodelibera%C3%A7oes14.08.pdf>> Acesso em: 06 Nov 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP.. Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Resolução CFP nº002 / 87 de 15 de Agosto de 1987**. DF: Brasília, 1987. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2012/07/resolucao19872.pdf>> Acesso em: 25 Out. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Resolução CFP nº010 / 05 de 21 de Julho de 2005**. DF: Brasília, agosto de 2005. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao_200510.pdf> Acesso em: 27 Out. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogos e psicólogas sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Comissão Nacional de Direitos Humanos**. DF: Brasília, 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/cfp/comi_ssao-nacional-de-direitos-humanos/> Acesso em: 26 Out. 2013.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. CEDES** [online]. 2008, vol.28, n.76, pp. 333-355. ISSN 0101-3262. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf>> Acesso em: 25 Ago. 2013.

FISCHMANN, Roseli. Educação, Direitos Humanos, Tolerância e Paz. **Paidéia**, 2001, 11(20), p.67-77.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 18ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e Democracia: O quarto versus o quinto poder. **Revista**

Debates, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

HABERMAS, J. **A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HERNANDEZ, Aline e SCARPARO, Helena. **Silêncios e saberes guardados nas imagens do pré-golpe de 1964**. Rev. psicol. polít. [online]. 2008, vol.8, n.15, pp. 57-78. ISSN 1519-549X. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n15/v8n15a05.pdf>> Acesso em: 16 Ago. 2013.

HUR, Domenico Uhng. Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicol. USP** [online]. 2012, vol.23, n.1, pp. 69-90. ISSN 0103-6564. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n1/v23n1a04.pdf>> Acesso em: 05 Nov. 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legisintern/ddhbibinteruniversal.htm>> Acesso em: 08 Set. 2013.

REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2010, vol.30, n.4, pp. 854-867. ISSN 1414-9893. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n4/v30n4a14.pdf>> Acesso em: 08 Set. 2013.

RODRIGUES, H. B. C. **As "Novas Análises"**. Projeto de Dissertação do Mestrado. UERJ, 1990, mimeografado.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. CEDES** [online]. 2008, vol.28, n.76, pp. 291-312. ISSN 0101-3262. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>> Acesso em: 09 Set. 2013.

SEIXAS, Ivan Akselrud de. A Urgência da Conquista do Direitos à Memória e à Verdade. **Cadernos Temáticos CRP SP**, Psicologia e o Direitos à Memória e à Verdade (Caderno Temático 13). São Paulo: CRPSP, 2012.

SANTOS, Alessandra Daflon dos; JACO-VILELA, Ana Maria. Rádice: passado e futuro. **Psicol. Soc.** [online]. 2005, vol.17, n.3, pp. 26-32. ISSN 1807-0310. Obtido via base de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a04v17n3.pdf>> Acesso em: 25 Set. 2013.

TAVARES, M. C. e ASSIS, J. **O grande salto para o caos**. Ed. Jorge Zahar, 1985.

XIMENDES, A. M. C; REIS, C. dos; OLIVEIRA, R. W. (Orgs.). **Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias**. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo60.pdf>> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

ALINE REIS CALVO HERNANDEZ

**“Eu penso
que chegar
até o tema
foi toda uma
trajetória”**



Aline Reis Calvo Hernandez é graduada em Psicologia pela PUCRS (1998), Mestre em Educação pela PUCRS (2000) Doutora em Psicologia Social e Metodologia pela Universidad Autónoma de Madrid UAM, Espanha (2005), Pós-Doutora (2008) pela PUCRS. É professora adjunta da Universidade Estadual do RGS (UERGS) em regime de Dedicção Exclusiva. Pesquisa em temas da Psicologia Social, Psicologia Política e Educação. É líder dos grupos de pesquisa “Psicologia Política, Educação e Histórias do Presente” (CNPq) e “Educação, Subjetivação e Diversidade” (CNPq). É membro da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) e da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e ativista dos Direitos Humanos.

Eu penso que chegar até o tema foi toda uma trajetória, que começou quando eu já estava fazendo a graduação em Psicologia. Foi através da identificação forte com a área da Psicologia Social, e mais do que isso, com os estudos mais marginais, mais das dissidências e das minorias, além de um interesse também na história. Ainda esse elemento da história como algo potente, e muito influenciada pelas leituras de Martin Baró, de Silvia Lane. Muito influenciada também por Helena Scarparo, Pedrinho Guareschi, professores meus e referências para mim e que chamavam esse tema em aula. E falavam da história como um elemento potente da Psicologia Social, de atualização do fato histórico, de memória ativa como não silenciamento. Isso me chamava à atenção, a história de Baró, a história de Freire, a militância de Sílvia Lane, a prisão do Pedrinho.

Essas coisas me chamavam a atenção. Então, foi um pouco uma escolha também, que me levou depois – quando eu tomei a decisão de ir para a carreira docente – a seguir estudando a margem e as minorias. E foi assim quando eu fiz o meu mestrado. Estudei aspectos da educação em espaços não formais, com pessoas das comunidades. Como que se dá esse protagonismo? Como que se dá um ativismo de base?

Depois no doutorado na Espanha estudei o conflito do Iraque na Europa. Pesquisei a Plataforma Européia de Movimentos Sociais que lutavam contra a Guerra no Iraque que foi iniciada em 2001 pelo governo dos EUA – Bush filho – com apoio do Governo Espanhol – José Maria Aznar. Estudei os discursos políticos dos Movimentos Sociais em confronto com as elites e os repertórios de ação coletiva e o período eleitoral espanhol em 2005. Então mais uma vez estudando a margem e o movimento social organizado também. E o encontro com a ditadura mais concretamente se deu na volta da Espanha.

Quando eu voltei para o Brasil depois de cinco anos morando em Madri e me deparei um pouco com aquilo que o Morin vai falar: ser um pouco estrangeira na própria terra. Eu fiquei bem sem chão. Fiquei um tempo, um pouco na errância, tentando me encontrar. Voltei, pedi uma ajuda (para pensar) para a Helena e para o Pedrinho. Falei para eles como eu estava me sentindo, enfim, um pouco sem identidade. E aí retornei para esses grupos de leitura; e conversando com a Helena sobre o que eu estava fazendo e o que ela estava fazendo e o Pedrinho.

Nós tentamos juntar Comunicação com História da Psicologia e aprofundar a questão do pré-golpe da ditadura, que é algo que não é tão estudado; para ver

realmente como que se deu isso, esse processo político. Se ele realmente tinha sido articulado de antemão, e por quem.

E foi bem importante na época. Não foi fácil pesquisar esse tema, pois é um tema que provoca sentimentos fortes de indignação, injustiça e tristeza. Mas foi muito importante. Eu acho que foi uma pesquisa que no fim se desdobrou, deu margem a outras pesquisas. A pesquisa sobre o pré-golpe da ditadura civil militar estudou as manchetes e imagens de três periódicos com alta circulação no Estado do RGS, a saber: Correio do Povo, Folha da Tarde e Diário de Notícias. Foram examinadas todas as edições diárias de janeiro/abril de 1964 armazenadas no Museu de Comunicação do Estado.



Figura 1 – Imagem extraída do jornal Diário de notícias e utilizada na pesquisa sobre pré-golpe. Texto da publicidade: Homens que comandam e que dependem da precisão confiam em Tissot Militar

Fonte: Diário de Notícias 19/01/1964.

São elementos históricos importantes de conhecer, por exemplo, de não chamar o golpe apenas de golpe militar, mas de golpe civil-militar. Porque não podemos esquecer que parcelas importantes da sociedade se envolveram e apoiaram isso. Exemplos como a igreja católica, como alguns empresários do setor privado, como a classe alta, a elite brasileira, o governo dos Estados Unidos.

Então dimensionar também esses outros atores que apoiam isso. E a pesquisa deixa claro como estava armado todo um bastidor representacional, um bastidor simbólico, um arsenal simbólico discursivo que levava a pensar que um golpe militar e que uma força bruta poderiam organizar uma bagunça criada por essas próprias pessoas. Segundo eles, uma bagunça instaurada no país por grupos comunistas e anarquistas. Nós encontrávamos muito essas palavras nas manchetes das mídias. Então nós estudamos um período bem longo dos jornais. Basicamente todo esse período de pré-golpe de janeiro, até que o golpe acontece, em 1º de abril.

Nós estudamos esse período de 64 e vimos essas armadilhas da comunicação e da mídia a favor sempre. Muito alinhadas com as elites de poder representacional. E o mais brutal disso é que havia uma impossibilidade de pensamento. O mais brutal disso é que tu vêes que tem toda uma armação.

Por exemplo, a gente encontra num dos jornais uma manchete dizendo que nos Estados Unidos sai uma notícia publicada: vai eclodir um golpe no Brasil. Então de forma alguma esse golpe acontece de surpresa, ele está muito bem articulado, ele está muito bem tramado. Tanto que

essa notícia aparece antes lá e é publicada aqui pela Folha da Tarde, no Rio Grande do Sul, como uma manchete já publicada num jornal norte-americano. Então nós vemos inclusive, o apoio desse governo americano para que esse golpe acontecesse. E a consequência de tudo isso é o que se instaura no país a partir daí e que têm consequências nefastas na nossa geração.

Há até hoje um apagamento de memória, em fazer questão de que esse silêncio se mantenha. E o mais incrível também, quando eu digo assim: “essa pesquisa acabou se desdobrando em outras”, surge na época a necessidade de também falar com pessoas da Psicologia, envolvidas com isso. E o mais incrível é que essas pessoas nos falam de um período de anestesia política. E dizemos que isso é dessa época. Nós dizemos que isso é desses jovens de 2013, do século 21. E esses psicólogos de 64, de 68, dos Anos de Chumbo nos falam de uma anestesia, de uma psicologia da conduta, da regulação da conduta, da qual eles faziam parte. Uma psicologia da anestesia. E quem pensava era fortemente reprimido. Tinha isso também. Então era uma psicologia da elite, da manutenção da ordem, ainda mais dentro de algumas instituições que já são pensadas a partir disso. Foi um período complicado de pensamento, de fazer uma psicologia da mudança e da transformação. E isso foi na América Latina como um todo.

Isso influenciou a Psicologia, isso está na nossa história e ela é uma convulsão no presente. Ela se presentifica na Psicologia atual. É um tema que tem que ser muito pesquisado ainda, tem muitos elementos. Isso sem falar nas dimensões de ativismo, que são importantes de serem feitas na atualidade para esse não apagamento e não esquecimento, que vem também de cima para baixo, quando não se tem uma política pública que garanta acesso a essa informação.

Então tem toda essa outra dimensão também: de luta e pelo não silenciamento, pela verdade. Há muita luta para se fazer na Psicologia. Porém é difícil falar de uma Psicologia. Eu acho que há muitas psicologias. Eu acho que nós escolhemos a psicologia que queremos fazer. Por outro lado, eu acho que há uma Psicologia alinhada a um projeto mais neoliberal, isso tem a ver com o tipo de universidade atual também, que é uma universidade de mercado.

E ainda com uma herança muito funcionalista, da regulação, da adaptação. Mas eu acho que nós escolhemos a Psicologia que queremos fazer. Eu acho que nós temos um tempo: o tempo de nossa formação, que é um tempo de reflexão, de análise e de crítica. Isso tem muito a ver com a nossa história, com as nossas escolhas também. Eu acho que é difícil sintetizar. Falar de uma Psicologia contemporânea. Eu acho que ela é uma hibridização de muitas coisas essa Psicologia contemporânea. Ela não tem uma identidade, como ela já teve nos anos 60, nos anos 70, nos 80. Foi uma Psicologia da transformação, em busca de sentidos, em busca de outras coisas, crítica com si mesma. Creio que há uma Psicologia muito legal surgindo aí, uma Psicologia novamente interessada pelas questões históricas e políticas. Esse é um momento de efervescência política diferente no Brasil e no mundo. De formas novas de protesto, de formas novas de ativismo. Eu acho que há uma Psicologia olhando para isso. Mas

(...) eu penso que ainda falta à Psicologia brasileira um compromisso maior com a dimensão de transformação ou de ruptura, de buscar na história, de vasculhar, de dar mais voz para quem ainda não falou. De olhar um pouco para a margem – da margem em relação ao centro – de estudar mais o poder, o conflito, a mudança para entender do que se trata.

Eu penso que ditadura marcou muito a nossa América Latina, existem diversos elementos da ditadura muito presentes no nosso hoje. E acho que muita coisa, infelizmente, não mudou. Alguns modos de subjetivação se mantêm muito ativos em relação às estratégias que a ditadura ensinou a usar e que muitas instituições do Estado aprenderam a usar e continuam usando. A criminalização dos movimentos sociais, o jeito que a lei se impõe para as pessoas, ainda com a força bruta, ainda com a pancadaria, ainda com o tiroteio. Eu acho que todos nós fomos subjetivados nisso, e uma geração inteira vai pagar por isso.

Nós aprendemos algumas formas de obediência, de disciplina, de silenciamento. Mas nós temos que lutar e ver até que ponto o opressor não está na gente, porque é a nossa história, ela está aí. O Brasil é muito ditador. E há essa marca que também é da ditadura: não gostar de política, não poder se envolver com política.

O social é movimento. A expressão de que algo não está legal, de que ele é o dedo na ferida. Então quanto mais ele incomodar, mais força bruta vai operar sobre ele para silenciá-lo.

E a criminalização dos movimentos é pura articulação do Estado para o silenciamento e para tortura para que não se fale, para não se pense. Para que tenhamos medo de pensar, de nos expressarmos, de criarmos.

Não adianta dizer que a censura não existe e roubar material de imprensa dos movimentos, bater nas pessoas, levá-las presas. Só não temos mais desaparecidos porque

temos também uma contra mídia toda articulada em rede. Seria mais complicado. Mas tem gente que apanha bastante ainda. Tem colono sem terra ainda assassinado impunemente. Claro que é tudo mais sutil, mais cuidadoso, porque as pessoas também estão mais ligadas e a forma de fazer denúncia também está mais articulada. A forma de ativismo é mais rápida. O ativismo em rede depende dessa tecnologia rápida, barata. Isso fez toda a diferença para os movimentos.

Agora no Brasil nós vimos isso. Não só a capacidade de convocar mobilização, mas de articular o protesto com uma cara. Desde o compartilhamento de luta, tudo: o que vai se usar e como que vai ser feito. Foi incrível quando daqueles protestos de Londres – o pessoal não podia dizer a rota da mobilização pela coerção policial – que foi tudo feito em rede. Isso é genial. Essa capacidade de articulação. Mas ainda existe muita ditadura no Brasil. E na própria época da ditadura nós não podemos pensar que o golpe foi decidido em cinco dias. Ele foi muito bem tramado para a derrubada do governo. É o golpe de Estado a partir dos militares junto com setores da sociedade civil.

No período da ditadura havia dois fatores bem graves: um era o controle da mídia brasileira, a criação da Rede Globo a partir do próprio regime. Um controle da informação muito forte. Uma coerção muito forte dentro das escolas e das universidades, com o que se falava, com os conteúdos que podiam nos falar. Uma regulação total da informação.

A ponto de intelectuais brasileiros terem que esconder livros ou sair um pouco para fazer essas leituras no exterior, quando podiam sair. Ou dar um jeito de ler isso de forma

clandestina. Uma regulação da informação por completo faz parte dessa estratégia. Imagina: os movimentos da época não tinham o que nós temos hoje! Essa facilidade de comunicação, de articulação.



Figura 2 - O filme Pra Frente Brasil, de Roberto Faria, foi vetado pela Divisão de Censura, da Polícia Federal em 1982
Fonte: Jornal do Brasil, 1982.

Imagina: os movimentos da época não tinham o que nós temos hoje! Essa facilidade de comunicação, de articulação. Era muito complicado se reunir, mimeografar um panfleto, era tudo muito complicado. Se reunir era risco de vida. O pessoal criava símbolos, estratégias. O cinema brasileiro feito em cima do tema da ditadura mostra um pouco isso. Era muito perigoso se comunicar e se informar. Hoje em dia a comunicação é livre. O movimento se articula de hoje para amanhã quiser boicotar o sete de setembro. É radicalmente diferente. Só que eu acho que os grupos da época, o movimento social da época talvez usasse esse

arsenal todo de outra forma. Hoje temos um desafio para enfrentar que é a abertura dos arquivos da ditadura. Por um lado nós pensamos que a Comissão da Verdade salvaria um pouco, faria esse trabalho.

Mas eu acho que há movimentos importantes, por exemplo, aqui no Rio Grande do Sul. Nós temos o Movimento de Justiça pelos Direitos Humanos, há uma luta muito forte sendo feita com essas famílias, um trabalho muito sério: de entrevistas, de coleta de informação constante, que nunca parou desde o golpe até agora.

E pessoas muito ativistas também supervisionando de alguma forma, como sociedade civil, o trabalho da Comissão da Verdade e fazendo parte dessa pressão junto ao governo Dilma. Mas não é para nada uma pauta dos movimentos sociais brasileiros, a luta pela verdade em relação à ditadura. Acho que não é uma pauta dos movimentos sociais, da convergência de movimentos. É uma pauta muito específica das Comissões de Direitos Humanos, do Movimento de Justiça, da Comissão da Verdade e Oxalá a Dilma tome decisões mais contundentes em relação a isso.

Eu acho que o trabalho da Comissão é muito sério e já está mostrando evidências importantes. Mas é necessário abrir informação para o domínio público. E isso vai depender da pressão dos movimentos.

Mas desses movimentos que são bem pontuais na sociedade atual. Fora um ativismo importante, que se dá desde a universidade, através de pesquisas e de registro dessa informação e de atualização de dados também em

relação a isso. Os observatórios no Brasil, que existem em relação à ditadura, também alimentando esses dados. São pessoas comprometidas com essa história. Eu acho que os movimentos sociais importantes se dão a partir disso: pessoas que sabem que essa história ainda tem que ser vasculhada e que tem muita coisa ainda para investigar, até porque ela está atualizada no nosso presente.



Figura 3 – Imagem Ilustrativa (Que a Comissão da Verdade ao menos APONTE os torturadores)

Fonte: Latuff (2012).

E outra: as famílias diretamente envolvidas. São esses dois setores sociais que acabam fazendo o movimento.

Não podemos esperar dos órgãos governamentais essas decisões tão sérias como, por exemplo, a abertura de arquivos. Isso envolve uma elite militar que

está aí. Envolve relações internacionais. Mas eu espero isso. Eu não sei se eu sou otimista ou utópica, mas eu espero isso do governo Dilma. Porque a Dilma carrega – eu acho – dentro dela essa dívida da história brasileira.

Quero agradecer pela oportunidade. Dizer que esse é um tema muito caro ao Brasil, às pessoas que viveram isso. As pessoas que ainda lutam para conseguir verdade, justiça. As pessoas que ainda lutam para saber onde estão seus familiares. Eu acho que esse é um tema do Brasil atual. A Dilma está no poder. Eu acho que tem uma luta importante sendo feita. E o momento estratégico, político, é agora para algumas decisões importantes sobre a ditadura no Brasil.

E nisso o Brasil está em muito atrasado em relação à América Latina. Então é algo que tem que ser feito. Então parabéns para vocês, parabéns ao Conselho pela iniciativa.

Entrevista ocorrida no dia: 06/09/2013

Local: Residência da entrevistada - Porto Alegre/RS

Entrevistadora: Samantha Torres

REFERÊNCIAS

HERNANDEZ, Aline; SCARPARO, Helena. **Silêncios e saberes guardados nas imagens do pré-golpe de 1964**. Rev. psicol. polít. [online]. 2008, vol.8, n.15. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n15/v8n15_a05.pdf> Acesso em 8 de janeiro de 2014.

JORNAL DO BRASIL. Reportagem de Lucyanne Mano. **1982 – Pra Frente Brasil tropeça na censura**. Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=7896>> Acesso em 8 de janeiro de 2014.

LATUFF. **Latuff cartoons**. 2012. Disponível em: <<http://latuffcartoons.wordpress.com>> Acesso em 08 de janeiro de 2014.

FERNANDA BASSANI

“É muito importante trazer isso à tona”



Fernanda Bassani, é psicóloga, formada em 2002 na PUCRS. Desde 2005 atua como Técnica Superior Penitenciária no sistema penitenciário do RS, onde atualmente exerce o cargo de Coordenadora da Juventude. Neste setor coordena um Programa intitulado Multiplicadores de Cidadania para a Paz, que une cultura hip hop com educação cidadã para a formação de jovens protagonistas sociais. Também participa do Fórum de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude do RS, militando com entidades da sociedade civil e governos. É Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e integra o grupo de pesquisa E-politcs, coordenado pela Professora Neuza Guareschi.

Email: febassani@hotmail.com

O meu nome é Fernanda Bassani e sou psicóloga desde 2000. Esta história do meu pai, Antônio Fernando Figueiredo, marca a minha vida de uma maneira, até pouco tempo atrás, inconsciente. Até então, eu nunca procurei relacionar a vivência dele em relação à ditadura (e o seu assassinato) com o trabalho que desenvolvo no sistema prisional.

Apenas contava a minha história como se ela parasse no meu nascimento. Do meu nascimento em diante eu não relacionava com a história do meu pai. Mas daí, nos últimos tempos, resolvi procurar entender um pouco mais tudo isso.

Eu vou começar a contar desde o início. A minha mãe era estudante de Letras, da UFRGS e o meu pai fazia Publicidade e Propaganda, também na UFRGS. Os dois eram do DCE. A minha mãe era uma moça que veio do

interior. Apesar de ser bastante dinâmica, ela ainda não tinha toda a manha de uma pessoa da capital. E o meu pai era o tipo popular, digamos assim. Ele era do DCE, era quem organizava as festas, o rei da boemia, tipo gente boa. Os dois eram apenas bons amigos e militantes. Eles iam nas passeatas e nas manifestações juntos. Estavam naquele momento efervescente da década de 70, vinculados à UFRGS. E a minha mãe ia na carona dele, por serem amigos e por admirá-lo.

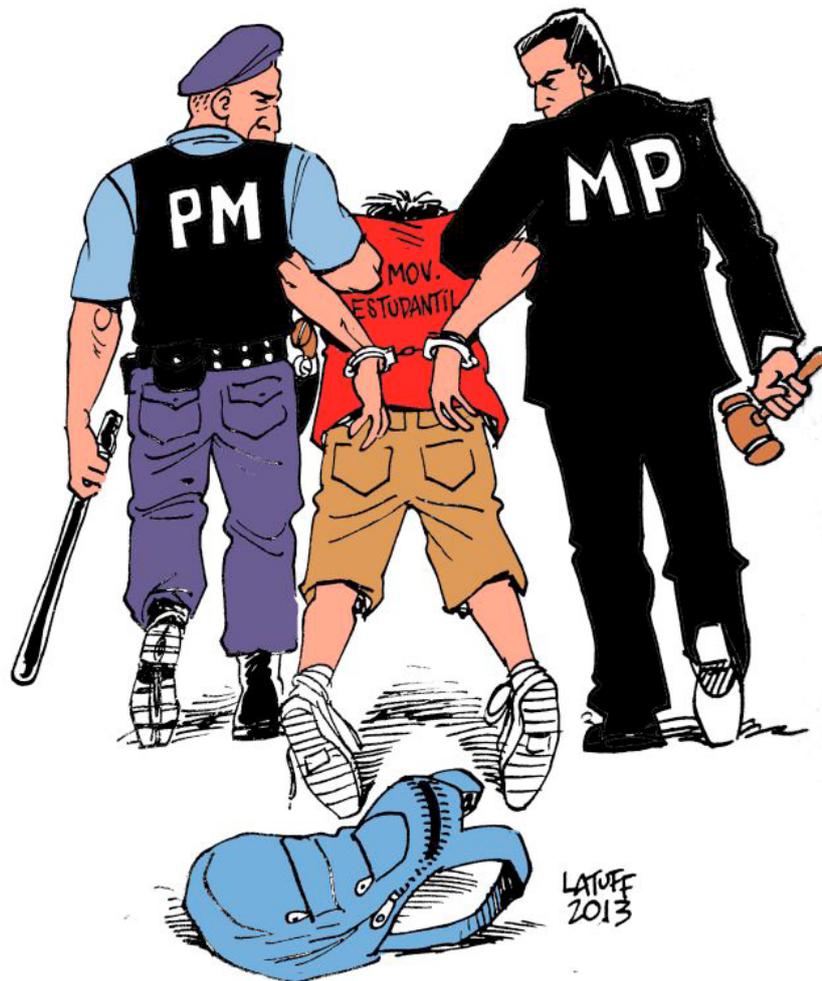


Figura 1 – Charge Ilustrativa
Fonte: Latuff, 2013.

Segundo a minha mãe, um dia, eles tinham que fazer um trabalho da faculdade, de uma cadeira em que eram colegas e foram fazer na casa da mãe dele, onde hoje é a Pizzaria Fragata, na Assis Brasil. Aquele casarão é lindo! Eu me criei naquela casa até os cinco anos de idade, depois minha avó morreu e não tive mais contato com a minha família por parte de pai. A mãe foi lá estudar com ele e, de repente, ele disse: *Sônia, eu quero te mostrar o orquidário da minha mãe.* A minha mãe: *o quê?* Tu imagina, gurria do interior: *Orquídeas? Ai que lindo, vamos lá ver o orquidário.* Aí foram ver o tal do orquidário. Os dois eram só amigos. E, no meio das orquídeas, aconteceu. Eles tiveram uma única relação sexual. Sete dias depois,

cerca de cinco e meia da manhã de um domingo, ela teve um sobressalto na cama. Passaram-se umas duas horas e ligaram para ela dizendo que o Antônio Fernando (o segundo nome dele era Fernando, não por acaso sou Fernanda) tinha sido assassinado por policiais militares. Foi assim, uma bomba atômica na vida de todo mundo.

Mas principalmente na vida da minha avó, pois ele era o filho caçula dela. Ela era doente por ele. E como ele era muito simpático – pelo que me contam, eu não convivi –, muito boa gente, muito alegre, ele enchia a casa. A minha avó era muito próxima dele. Ele tinha 27 anos quando foi assassinado. A outra pessoa que mais sentiu foi a minha mãe, entrou em crise. *Por quê?* Primeiro porque ela não sabia que estava grávida. Segundo, quando foi na missa de um mês de falecimento, ela já sabia que estava grávida, mas não sabia como dizer. E terceiro, ela ia ser mãe solteira na década de 70. Ela carregou esse estigma, perante a família do meu pai e dela também. Era ainda mais difícil para ela que era do interior e de origem italiana.



Figura 2 - Os anos de chumbo no Brasil

Fonte: Moraes, 2009.

A situação da morte do meu pai foi toda encoberta. Foi uma morte construída, constituída de maneira que fosse entendida como um crime comum. Uma situação de jovens que estavam bebendo de noite e na saída da festa a polícia mandou parar, eles não pararam e a polícia atirou. Uma troca de tiros. Depois ficou comprovado que não existiu a troca de tiros. O que existiu foram os tiros do policial. Mas não foi enquadrado na categoria de crime político, foi considerado um crime comum. E aí percebe-se a influência da ditadura. Os policiais militares foram todos absolvidos. É como se ele não tivesse morrido, como se ninguém o tivesse matado. E se criou um cenário de que eram apenas policiais no exercício da lei. A situação foi a seguinte: era um sábado de madrugada. A avenida Independência era *point* na época. Tinha vários barzinhos. O meu pai era muito boêmio, daqueles que reunia todo mundo. Onde ele dissesse que teria festa, ia todo mundo para lá. Quem me

contou foi um famoso fotógrafo aqui do Rio Grande do Sul e que era o melhor amigo do meu pai. Ele me disse que, naquele dia, tinha saído para comemorar a contratação para trabalhar numa empresa do Rio de Janeiro. Todos foram para essa festa na Independência e na saída da festa... Ele não estava dirigindo, ele estava ao lado do motorista, em uma Brasília amarela. Eles saíram, pararam em uma padaria na Mostardeiro e depois seguiram. Então, logo à frente, policiais mandaram o carro parar.

Por que motivo, eu não faço ideia. O que eu soube é que o motorista não parou; seguiu na Independência, desceu a Mostardeiro e então se estabeleceu uma perseguição policial. Eles os perseguiram até a Félix da Cunha com a Cristóvão Colombo, dando tiro. Como a polícia vai mandar um cidadão parar o carro, o carro não para e aí vão sair perseguindo, dando tiro? Ou seja, o mínimo que eu posso pensar é que naquela época a polícia possuía poder absoluto. Não se tinha qualquer garantia individual. E eles eram de classe média alta. Eu sei que hoje em dia há muitos casos de violência policial, de abuso, mas eles não entravam dentro do estereótipo do pobre, preto, indivíduo suspeito.

A análise que eu faço é que em 77 o criminoso em potencial, o criminoso mais perigoso, mais vigiado e mais perseguido era o criminoso de ideias.

Aquele que, de alguma maneira, deveria representar um perigo ao *status quo* do poder político. E então, esse tipo de pessoa era seguido, observado, investigado. Para que, na menor oportunidade, se pudesse derrubá-lo. Eu entendo assim o que aconteceu com o meu pai. Ele era uma pessoa com um potencial de mobilização muito grande; foi presidente do DCE da Publicidade, uma liderança grande.



Figura 3 – Mulheres na frente de protesto nas ruas

Fonte: Sena, 2013.

Ele não era ligado àqueles grupos revolucionários do tipo que a Dilma era ligada, grupos de violência armada. Não, ele era um cara mais tranquilo. Ele fazia a revolução dele através da cultura, da festa. Claro que participava de todas as manifestações políticas, mas num caráter mais de cultura. Apoio e cultura. Mas, de qualquer forma, ele era um subversivo.

E como subversivo ele atrapalhava.

Ele não preenchia os critérios do nosso inimigo público número um da contemporaneidade, porque ele era de classe média alta. Alta mesmo. Ele tinha fazendas. A família dele tinha fazenda em Viamão, casa na praia, eles tinham uma estrutura. E por conta dessa situação econômica favorável é que a morte dele repercutiu; foi capa de Zero Hora três

vezes, capa do Correio do Povo e matéria na revista Veja, enfim. Teve um apelo midiático muito grande com relação à morte dele. Vou ler aqui uma notícia. Essa aqui é do julgamento.

O caso dele foi julgado cinco anos depois. Ele morreu em 77, foi julgado em 82, daí aparece como um crime comum: “PMs que mataram o publicitário, absolvidos por falta de provas.” Detalhe: quem defendeu os PMs foi um dos maiores advogados do Rio Grande do Sul, que nunca cobrou nada para defender policial militar, na época. Até, se vocês tiverem oportunidade de investigar um pouco a participação desse advogado na ditadura aqui no Rio Grande do Sul, seria interessante, porque todos os crimes ligados à Polícia Militar na época – sobretudo os mais complicados – foram defendidos por esse cara.

Então eu acho que ele tem uma contribuição bem pesada. A família do meu pai, como tinha condições financeiras, contratou outro grande advogado do estado. Foi um júri de peso. E um júri que se estendeu. Mas em 82, quando foi julgado, chegaram à conclusão de que eles não foram culpados. Está aqui: “o crime foi em 77. Antônio Figueiredo vinha na carona de uma Brasília que não obedeceu à ordem de parar dada por uma patrulha da polícia. O Conselho Especial de Justiça julga a denúncia improcedente e absolve os réus por falta de provas.” Esse foi o veredicto dado pelo presidente da sessão. E o julgado aconteceu na justiça militar. Não foi julgado na justiça comum. “Quatro oficiais e um juiz auditor decidiram sobre o processo em que os policiais militares eram acusados de assassinar o publicitário Antônio Fernando Figueiredo, de 28 anos, em outubro de 77. Três amigos publicitários estavam numa Brasília, cujo motorista bateu na traseira de um automóvel e fugiu quase atropelando um PM.” As testemunhas que foram levadas – de defesa – disseram que não teve batida.

Tanto é que o carro não tinha escuriações. Também disseram que eles não atropelaram, nem quase atropelaram PM nenhum. O que houve foi um sinal para eles pararem e eles não pararam. Isso parece que é verdade.

“Foram perseguidos por uma viatura da Polícia e a fuga terminou com a morte de Antônio Figueiredo com um tiro, que lhe transfixou os pulmões. Cinco anos após o crime, os PMs estão absolvidos por falta de provas.”

Como assim, falta de provas? A bala era deles, a arma era deles. O homem está morto. Então é algo que não tem explicação. Inclusive, a minha mãe diz que a minha avó morreu por causa desse desgosto. Aliás, o julgamento foi em 82, cinco anos depois da morte do meu pai. Logo depois do julgamento, minha avó morreu. De ataque cardíaco. Não aguentou.



Figura 4 – Charge Ilustrativa

Fonte: Duarte, 2012.

É um sentimento total de injustiça, nem a condição financeira conseguiu influenciar a situação. E eles tinham excelentes condições financeiras e investiram pesado nesse processo. Porque era a coisa mais importante do mundo para eles. Vou ler um pedaço da reportagem sobre o julgamento: “Logo no início do julgamento, no tempo destinado à acusação, o promotor faz algumas conjecturas jurídicas. Mas pede a absolvição dos policiais militares, certamente convencido que as provas não eram suficientes para impor aos réus uma pena pela morte do publicitário Antônio Figueiredo. Sorte da defesa. Pois no início do mês, esse julgamento foi adiado, quando o advogado da defesa estava afônico e o promotor em férias.” Então todas as artimanhas possíveis e inimagináveis para favorecer os policiais foram colocadas em prática. Surge então a primeira cena em comum com os julgamentos desse tipo:

o assistente da acusação, o nosso advogado, contrariou a tese do promotor e durante uma hora e meia analisou profundamente as provas e depoimentos. Pedindo a condenação dos PMs.

Olha só: “eles colocaram revólver, pacotinho de maconha e outra substância desconhecida. Pó branco. Que foram enxertados dentro do carro onde morreu o publicitário. Na hora do flagrante elaborado às 16h, quando o fato aconteceu às 06h da manhã.” Fizeram o flagrante às quatro da tarde. “O policial disse que encontrou a maconha e o pó branco. Depois, na justiça, ele disse que não viu nada.” Depois: “Baseando-se principalmente no depoimento que ele prestou no plantão policial no Hospital de Pronto Socorro, vinte e cinco minutos depois da morte do publicitário, quando o homem disse: dei os tiros para intimidar” (...) “O advogado criticou os vários depoimentos diferentes prestados pelo

policial. E também o fato de uma das testemunhas, que disse ser motorista de táxi, para mais tarde admitir ser Policial Militar, na Companhia de Polícia Rodoviária.” A testemunha disse que era motorista de táxi. A testemunha da situação. E logo depois assumiu que era da PM.

A testemunha da acusação, a pessoa que alegou ter sido atropelada, todos eram PMs. “Acentuou o advogado assistente da acusação que estava tentando fazer justiça a quem não podia se defender, Fernando Figueiredo, que ontem mesmo completaria 33 anos, caso estivesse vivo. Sendo tragicamente assassinado por alguém prevalecendo-se de sua função.” Então é isso.

Eu vejo como uma época em que as pessoas não tinham garantias de direitos. Porque se tu participas de um crime onde a bala sai do revólver do PM e mata uma pessoa, como é que se consegue criar toda uma situação onde esse PM é absolvido?

Eu acho que hoje em dia as estratégias são um pouco mais sofisticadas, também acho que tem muita morte de jovens da favela por conta de violência policial, mas se fica comprovado que a bala era do revólver do cara, o cara vai ser julgado e condenado. Agora, se ele vai preso ou se ele vai ganhar uma medida mais amena, aí é outra história. Mas eu acho que houve algumas evoluções quanto à legislação. Até porque nessa época da ditadura, 1977, a legislação funcionava por base de decretos. Era o AI-5, o AI-4, o AI-não sei das quantas. E esses decretos davam total proteção para a polícia. Proteção nenhuma para o cidadão.

Sobretudo, se esse cidadão preenchia os critérios de inimigo público número um, que eram: o estudante que falava demais, que tinha ideias demais, que reivindicava demais, que insistia em ser livre, que insistia em não se submeter a um sistema totalitário.

Então, se ele preenchia esses critérios ele era inimigo público número um. Logo, seria o alvo número um desse estado de exceção que eles conseguiram estabelecer nessa época. E o caso dele foi um exemplo vivo – um exemplo vivo porque eu sou o caso, o que restou, ele não teve outros filhos. Eu acho que a história do meu pai é muito esclarecedora, mostra uma época em que tudo era possível no sentido de criar um cenário favorável para o governo.



Figura 5 - Charge Ilustrativa
Fonte: Latuff, 2013.

Ele sabe que, hoje em dia, se tomar uma atitude dessas, vai se incomodar. Ele vai ter que responder judicialmente.

O júri não vai ser tão parcial. Porque agora tem uma fiscalização maior da sociedade. Tem uma participação maior da sociedade.

Eu acho que se fosse hoje ele não seria assassinado. Porque tem uma série de garantias jurídicas e de legislações que fazem com que o policial queira se proteger um pouco mais.

Agora, se ele fosse pobre e preto, aí talvez pudesse se repetir uma situação dessas. Tem uma ferramenta que os policiais utilizam muito – uma ferramenta jurídica – que é o auto de resistência, que permite ao policial assassinar alguém ou agredir alguém, porque aquela pessoa teria efetivado uma resistência à ação policial.

O auto de resistência é um termo jurídico que de certa forma resguarda o policial. O auto de resistência é muito utilizado nas favelas, principalmente com os jovens, pretos, pobres. Ou seja, ele pode – não é que ele pode – mas se ele atirar nesse jovem, se ele o ferir ou se ele matar esse jovem, tem como se resguardar por conta desse mecanismo jurídico. É um mecanismo que talvez não vá protegê-lo no caso de uma pessoa de classe média alta e bem relacionada. Aí esse mecanismo vai ficar mais frágil, insuficiente. Mas na favela, onde a dificuldade de acesso à justiça é maior e onde tu tens a mídia – toda a mídia – construindo uma imagem de que a sociedade é um lugar perigoso e as pessoas que querem nos atacar e querem nos destruir são os pretos, pobres, favelados e traficantes, onde tem todo um contexto midiático que a todo momento retoma essa questão de que o perigo está na favela e tem essa cor, tem essa idade, tem esse jeito de falar, tem esse jeito de vestir, então se o policial mata uma criatura que se enquadra nesses padrões é mais

fácil que ele seja absolvido. A sociedade não vai reclamar. Agora, se o meu pai fosse assassinado em 2013, por exemplo, iria dar uma repercussão bem grande. E eu acho que não ficaria assim, sem um assassino. Eu acho que hoje é impossível isso. Eu acho que isso seria um pouco diferente. Entendo que a ditadura se caracteriza por isso: uma série de mortos, corpos que não são encontrados ou então assassinos que não são encontrados.

Eu considero o assassinato do meu pai um crime de ditadura porque ele é um crime onde o assassino não foi localizado.

Mesmo tendo toda a situação, todas as provas e os caras estando lá no julgamento. Então são crimes sem corpos e sem autores. Eu acho que essas são características dos crimes da ditadura.



Figura 6 - Cartaz “Nunca Mais! Mortos e desaparecidos”, do grupo Tortura Nunca Mais faz parte do livro “Os cartazes desta história”, do Instituto Vladimir Herzog, que reúne obras produzidas contra ditaduras na América Latina

Fonte: Livros e pessoas, 2013.

Somente aos poucos eu fui me dando conta da relação entre o que aconteceu com o meu pai e a escolha profissional que fiz. Na verdade, fui me dando conta disso muito sem querer. A primeira casa prisional em que eu trabalhei era administrada pela Polícia Militar. E eu tinha crises homéricas com aqueles brigadianos. Conflitos muito grandes. Eu brigava com eles, não tinha medo deles. Estava todo tempo tentando provocar um conflito, tentando desestabilizar aquela rigidez militar. Mas ao mesmo tempo eu me sentia bem no lugar. Sei lá, parece que eu tinha que estar em um lugar assim. Não vou me supervalorizar, mas acho que o meu papel em uma casa militar era importante. Mas eu não sabia por quê. Um dia, estava voltando do trabalho e aí fiquei pensando assim:

por que será que eu trabalho em uma casa prisional administrada pela Polícia Militar? Estou sempre arrumando confusão nesse lugar, mas não vou embora? Gosto ainda dessa confusão. Bah, o meu pai foi assassinado pela polícia. E eu, de certa forma, estou querendo dar o troco. Eu estou querendo proporcionar que essas pessoas ampliem a cabeça. Desestabilizar o contexto. Obrigá-los a ampliar a sua percepção.

Eu poderia ter optado por simplesmente não querer nunca ter contato com a Polícia Militar. Não querer nunca ter contato com a repressão, mas optei pelo contrário. Eu optei por cair de cabeça na repressão e adotar atitudes desestabilizadoras.

Eu sou responsável pela Coordenadoria da Juventude, o meu papel hoje, dentro da segurança pública, é provocar a desestabilização, provocar a crítica, provocar o olhar-se, provocar aproximações. Eu também faço muitas coisas para aproximar policiais militares e presos, que são o

inimigo público número um atualmente. É o preto, pobre, favelado, jovem.

Aproximar esse inimigo público número um atual do policial militar. Envolver eles nos grupos, trazer o pessoal da cultura hip-hop. Pela cultura tudo fica mais fácil. Isso também tem a ver com o meu pai. Porque o meu pai também era da cultura.

Também se envolvia com ações culturais. Nós levamos o rapper Dexter para um show na Penitenciária, no Fórum Social Temático. O cara montou um grupo de rap dentro do Carandiru. Ele veio fazer um show dentro da Penitenciária aqui. Foi um ônibus cheio de jovens da favela para dentro de uma casa prisional, como protagonistas culturais. E isso é quebrar paradigmas. Isso é muito arriscado, complicado, difícil.

Mas eu acho que a gente constrói em cima da destruição do passado. A gente constrói outras coisas.

Semana passada estávamos no grupo e eu perguntei: “tá, mas todos vocês aqui” – e eram só jovens – “estão presos por tráfico, drogas?”. Agora todo mundo é preso por tráfico. Um deles respondeu: “eu não doutora. Estou preso por tráfico”. Perguntei: “como assim? Crime de trânsito?”. Ele explicou: “não. Eu estava trafegando em lugar impróprio. Preto, pobre, em lugar suspeito doutora, dá cadeia”. Então talvez o meu pai tenha morrido porque ele estava trafegando em lugar impróprio. Na ditadura qualquer lugar era impróprio depois das dez horas da noite. Então, de certa forma eu vejo, agora, sob outra roupagem. E, de repente, posso ajudar.

A violência policial segue. Digamos que agora a gente tem um pouco mais de estratégia para adotar. A nossa margem de manobra é um pouco maior agora. Naquela época nada podia. Não pode isso, não pode aquilo. Também temos que considerar que estou falando a partir de um determinado lugar; quem está falando aqui é uma guria que estudou no Anchieta, que é de classe média alta, que fez faculdade na PUC e depois fez concurso e foi trabalhar em cadeia. Mas se eu fosse uma moça que morasse em alguma comunidade pobre, sem escolaridade, talvez eu não pudesse estar dando o troco. Ou estar de alguma maneira fazendo pensar. Produzindo crítica a partir da minha experiência. Eu tive que ter todo esse suporte financeiro, social, cultural, para daí poder chegar na outra ponta aqui da ponte e produzir, criar um arco-íris, entre uma ponta e outra.

Espero que esse projeto consiga encontrar mais gente com experiências como essa. Porque é muito importante trazer isso à tona.

Entrevista ocorrida no dia: 09/04/2013

Local: Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul

Entrevistador(a): Samantha Torres

REFERÊNCIAS

DUARTE, Rafael. Atestado de óbito. **Rnblogprog**. Charge, colorida. 2012. Disponível em: <<http://rnblogprog.org/2012/03/24/atestado-de-obito/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2014.

LATUFF, Carlos. Charge do Carlos Latuff pelos 72 processados da USP. **Jornal da USP livre!** São Paulo, 14 fev. 2013. Charge, colorida. Disponível em: <<http://usplivre.org.br/2013/02/14/charge-do-carlos-latuff-pelos-72-processados-da-usp/>> Acesso em: 08 de janeiro de 2014.

LATUFF, Carlos. Cartunista Latuff reage a novas ameaças de morte. **Catarse coletivo de comunicação**. 7 ago. 2013. Charge, colorida. Disponível em: <<http://coletivocatarse.com.br/home/cartunista-latuff-reage-a-novas-ameacas-de-morte/>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

LIVROS E PESSOAS. Grupo Tortura Nunca Mais. **Livro traz cartazes da resistência a ditaduras da América Latina**. 4 jul. 2013. 1 foto colorida. Disponível em: <<http://www.livrosepessoas.com/tag/ditaduras/>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

MORAIS, Ednilson. Os anos de chumbo no Brasil. **Mestres da história**. 2 dez. 2009. 1 Foto p&b. Disponível em: <<http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2014.

SENA, Leila. Mulher, esposa, filha, força, luta, alegria e fé: Parabéns pelo dia de hoje. **Rio com ela**. 2013. 1 Foto p&b. Disponível em: <<http://www.riocomela.com.br/index.php/2012/03/09/mulher-esposa-filha-forca-luta-alegria-e-fe-parabens-pelo-dia-de-hoje/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2014.



**HELENA BEATRIZ
KOCHENBORGER
SCARPARO**

**“O golpe apesar
de não ter sido
explicitamente
violento em minha
vida, mudou
radicalmente as
coisas que poderiam
acontecer”**



É psicóloga com mestrado em Educação (1995) e doutorado em Psicologia (2002) pela PUCRS. Atualmente é professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia dessa Universidade, onde coordena o Grupo de Pesquisa “Psicologia e Políticas Sociais - memória, história e produção do presente”. Neste Grupo desenvolve projetos nas linhas de pesquisa “Construção da Psicologia no Rio Grande do Sul: das práticas sociais à produção de conhecimentos através de múltiplas metodologias” e “Políticas Sociais e Psicologia: espaços de experiências e horizontes de expectativas”.

Pois bem, para mim a ideia de golpe é uma ideia de descrição da minha vida, da minha infância, da minha adolescência, porque

o golpe apesar de não ter sido explicitamente violento em minha vida, mudou radicalmente as coisas que poderiam acontecer,

de uma maneira previsível para uma infância normal. Quando do período do golpe eu tinha de seis para sete anos, por aí. Morava aqui em Porto Alegre, o meu pai era inspetor regional do IBGE. Na época o IBGE não era uma autarquia como é hoje, era uma instituição pública. E ele foi um concursado que depois trabalhou muitos anos como funcionário do IBGE e aos poucos foi avançando na carreira e chegou a esse cargo que para o IBGE da época era o cargo de coordenação.

Então nós tínhamos uma vida que não era abastada, mas era financeiramente muito tranquila. Profissionalmente o pai tinha umas coisas de orgulho, éramos uma família, aquela família típica dos anos 60, dentro de tudo o que se podia esperar de uma família. Mamãezinha, papaizinho e um caszinho de filhos, bonitinhos. Então quando veio o golpe, meu pai tinha contatos, tinha um posicionamento político, fazia parte de alguns movimentos, mas não era alguma coisa, nenhum cargo de grande proeminência nisso. E

começou uma perseguição muito forte com ele e meu tio, que morava no interior.

Era alguma coisa: “como que uma pessoa identificada com o governo João Goulart poderia estar no cargo?”

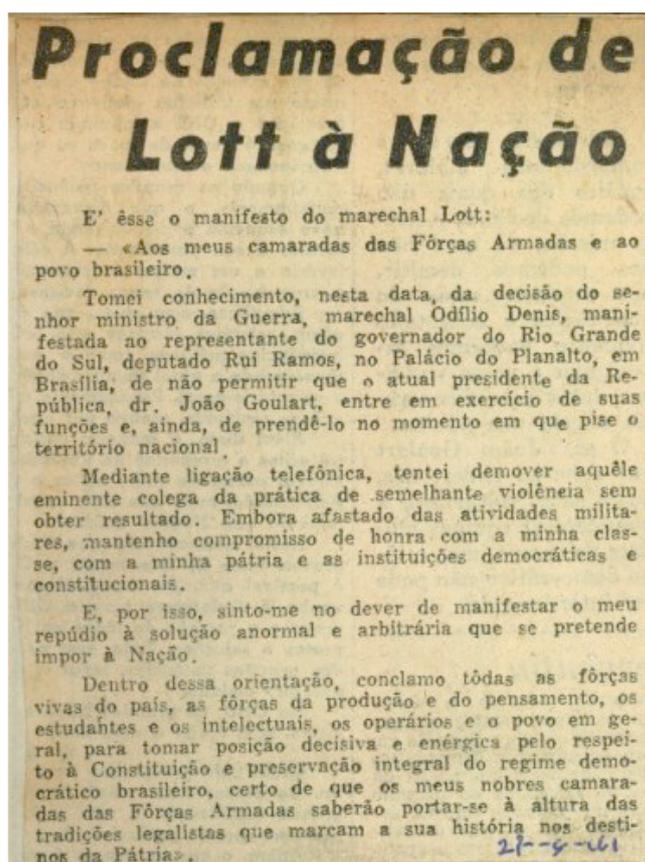


Figura 1 - Manifesto contra mandato de prisão a João Goulart em 1961
Fonte: Instituto João Goulart (apud Autor Desconhecido, 1961).

Ele foi destituído desse cargo nós tivemos que ir embora de Porto Alegre e fomos morar no interior. O pai passou a trabalhar no IBGE num cargo de subalterno e a nossa renda familiar ficou entre um ou dois salários mínimos para sobreviver. Então a nossa vida mudou bastante.

E tinha uma coisa muito forte de medo. Eu me lembro do medo do pai.

Eu não tinha medo do pai, mas o pai tinha medo em relação a nós. Porque nós não tínhamos nem uma coisa explícita. Eu me lembro de uma vez que entraram na nossa casa, lá no começo, mas isso é uma coisa nebulosa. Procurando coisas, pegaram uma “arminha” do meu irmão para dizer que tinha... Mas o pai tinha muito medo, muito medo que acontecesse alguma coisa conosco. E ele também em alguns momentos – ele nunca contou – mas houve

momentos em que ele não estava em casa conosco; já não sei se ele foi preso, se foi torturado, eu não sei. Porque ele nunca falou conosco sobre isso.

E aí nós vivemos muito tempo em volta disso, morando em uma pequena cidade do interior, sem dinheiro para pagar a luz, sem dinheiro para comprar comida e vivendo uma situação que era uma ‘situação do não dito’, mas ao mesmo tempo nós sabíamos que existiam coisas que estavam muito erradas no Brasil. Existiam coisas que não estavam bem, mas que não se falava naquilo porque era perigoso falar. Tipo: estou andando na rua com o pai, com a mãe e alguém tira uma fotografia da gente. Assim. E não era uma coisa que se justificava na prática, era uma coisa

que se justificava por um estigma. E dentro de casa nós tínhamos mais liberdade de conversar.

Nós procurávamos um irmão, pai, mãe; o pai gostava muito de ler jornal, então volta e meia, eu tinha o meu avô que sempre tinha jornal. Então nós pegávamos o jornal do avô, eu me lembro de que eu sentava no colo dele e ele folheava o jornal e comentava coisas do jornal.

E hoje eu estou fazendo a pesquisa sobre o golpe no jornal. Então parece que eu estou buscando encontrar o que não podia me ser dito naquela época, por uma coisa de proteção, eu acho.



Figura 2 - Notícia sobre morte do poeta Pablo Neruda faz multidão invadir cemitério

Fonte: Correio Braziliense (Imagem de Evandro Teixeira, s/d).

Então essa foi uma das questões, depois aos poucos, quando começou uma abertura maior, nós conseguimos voltar para Porto Alegre, o pai entrou com um processo em relação à mudança da carreira dele, que ele era um concursado, e tinha coisas que ele tinha direito e tinham sido sonegadas dele. Ele conseguiu algumas coisas boas: de voltar para Porto Alegre, trabalhar aqui e ele tinha muita vontade disso porque a ideia era de que ele pudesse nos deixar estudar. E ele sempre dizia que essa era a única herança que ele podia nos deixar: que era estudar, não tinha outra coisa. E aí nós viemos para Porto Alegre, isso foi no final dos anos 60, nós viemos e começamos a vida aqui.

Terminei o ginásio, na época, fui para o ensino médio, estudei no Julinho e aí uma coisa que sempre diziam lá casa, “tu não te mete em movimento estudantil, tu não te mete, tu fica quieta, tu estuda, tu vem pra casa”.Era uma coisa muito medrosa, um grande pânico.

Que eu até entendo, mas não sei qual é a justificativa, e eu acho nunca vou saber; qual era a efetiva ameaça que ele enxergava. E aí no Julinho eu participava, sim, do movimento estudantil, mas eu participava de uma maneira não formal por medo de apanhar, por medo de apanhar do pai e da mãe. Então eu participava e lá havia discussões sobre o Brasil, sobre as disciplinas que a gente tinha tipo OSPB, que era uma disciplina para entender a organização do Brasil. Então se fazia ali uma crítica daquilo, se ouvia muita música, se namorava; todo o ritual da adolescência acontecia ali e se estudava também, traziam alguns textos. Eu me lembro de que andavam uma vez lá com textos de Marx e que eu não entendi nada daquilo que eu li, mas eu me achei *a própria*.

Então, acontecia muito disso, eu participei muito na informalidade e também em relação ao meu irmão que tinha alguns amigos na faculdade ou no trabalho que às vezes faziam alguns grupos, algumas reuniões. Eu me lembro de uma reunião em que eu fui; na Faculdade de Engenharia, na UFRGS. Daqui a pouco gritaram que tinha ‘olheiros’ e saiu todo o mundo correndo. Então essas coisas ficaram para mim em termos de memória, memória não da oficialidade, mas de uma memória pessoal em relação ao golpe e o que ele significou; no sentido de que em função, até da própria falta de grana e desse boicote a uma conversa mais aberta sobre as coisas, eu acho que eu perdi muito do capital cultural que eu poderia ter tido no meu desenvolvimento.

A questão é: eu não perdi o gosto pela leitura, acho que isso me salvou bastante, mas eu não tinha muito acesso ao material mesmo. Até porque muita coisa era proibida, esse texto do próprio Marx que eu li, era um texto que tinha sido datilografado e mimeografado, tinha cheiro de álcool do mimeografo. Então era alguma coisa que feita meio que *na esquiva*.

Então acho que isso era uma coisa bem forte: de não acesso ao capital cultural e não acesso a coisas que talvez pudessem ter me dado um pouco menos de ingenuidade para enfrentar a vida depois.

O desenvolvimento de um pensamento mais crítico, ele acontecia como flashes, eu sabia que tinha alguém que tinha dito alguma coisa, mas eu não sabia muito bem que mundo que eu estava vivendo, o que estava efetivamente acontecendo, como é que ficava essa relação do professor na sala de aula que me dizia alguma coisa e outro que

me dizia outra no corredor? O que significava isso? Como é que eu podia fechar esses processos? E acho que essa coisa da discussão mais fechada em casa ajudava um pouco nisso, mas também ela não era muito frequente. Depois outra coisa que eu me lembro do golpe: a questão do vestibular. Quando eu fui fazer vestibular ele passou a ser unificado. Então essa era uma crítica que se fazia tanto nos 'bolinhos' de cursinho, quando se fazia cursinho ou no próprio Julinho também, se começou a pensar: o que é isso 'vestibular unificado', o que é isso?

Porque não vai mais ter clássico, não vai mais se estudar filosofia, não vai mais se estudar sociologia?

O vestibular era até 70; eu não lembro exatamente a data. Mas primeiro existia um vestibular para cada curso. Então se eu quero fazer Direito eu vou fazer um vestibular para o Direito, para as humanas, se eu quero fazer Medicina eu vou fazer para as biológicas e aí existia uma preparação para isso no ensino médio. No ensino médio tu podias estudar o curso magistério, clássico ou científico. Então eu, por exemplo, vou fazer psicologia: estudaria o clássico, no clássico teria literatura, sociologia, filosofia, então eu teria uma preparação para as humanas. Tem a reforma universitária, a reforma do ensino médio.

Então o que acontecia? Nós passamos a ter todo um mundo científico ou contabilidade e magistério que eram profissionalizantes, mas se ia para o científico e se estudava matemática, física, química, biologia, português, inglês, mas não se estudava nada que pudesse produzir um pensamento crítico. E o vestibular passou a ser um vestibular só para todas as áreas. Aí isso também era um mote de discussão, dessas discussões.

Daí na Faculdade – entrei na faculdade em 74 – já era um período mais de distensão, mas ainda existia um grande controle e eu lembro que eu tinha colegas, que de uma hora para outra resolveram fazer psicologia e que coincidentemente eram militares. Isso era uma coisa muito frequente, eram colegas que vinham e conversavam e queriam saber da vida da gente e se aproximavam muito, às vezes até queriam: “ah, vou te fazer uma visita, na tua casa”. Então eram umas coisas meio invasivas, né? De passar o tempo inteiro essa sensação do panóptico na tua cabeça.



Figura 3 - Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro em 1968 exige reformas no contexto universitário

Fonte: Jornal O Globo (Imagem de Autor desconhecido).

E junto com isso já se falava um pouco mais, nós temos colegas que são *dedo-duro*, os professores falavam em

siglas, alguns que queriam passar algum tipo de mensagem, faziam mensagem cifrada para quem entendesse. Outros professores que vinham já com esse objetivo, identificados com a ditadura, então já vinham com esse objetivo mais pungente de trazer a força ditatorial para dentro da sala de aula. Nós tínhamos professores que eram ligados ao DOPS, depois foram participar do próprio Conselho. Era uma coisa bem forte. Que mais que eu posso te contar? A ideia na faculdade, de uma inserção política mais incisiva de resistência eu não participei, os conteúdos da sala de aula eram conteúdos absolutamente neutros.

Até deixei separado aqui para tu veres o Manual de Psicologia Social que a gente tinha. Esse aqui não era de psicologia social, era um de psicologia geral e tinha um de psicologia Social que se chamava... Não está aqui, que pena. Eu trouxe errado, mas era: O Indivíduo na Sociedade. Que era um manual muito parecido, eu trouxe errado por isso, é muito parecido com esse, a mesma editora. Que era muito voltado para as noções de como prever o comportamento social. A ideia de um indivíduo que se insere em uma sociedade, que está aí para ele se inserir e se adaptar e ideia de uma sociedade pautada num ideal de harmonia.



Figura 4 - Livro: O indivíduo na sociedade, um manual de Psicologia Social.

Autor: David Krech (1969)

Fonte: Biblioteca Central, SABI, UFRGS (2013).

Então assim: a psicologia que eu aprendi era a psicologia que ia promover o ajustamento de um indivíduo à sociedade. Eu aprendi testes, eu aprendi atitudes, a ideia de poder se estudar ou de se conhecer a atitude de uma população para poder de repente prever, a partir dessa atitude, qual é o comportamento e antes desse comportamento acontecer evitar que ele aconteça.

Então digamos que eu vá fazer lá uma escala de atitudes para saber o que é que tu pensas sobre, qual é a tua atitude, tua pré-disposição para a ação. Qual é a tua atitude sobre aborto. E aí eu sei que aquele grupo, aquela comunidade daquele extrato social tem lá uma atitude positiva em relação ao aborto, então eu posso fazer algum tipo de intervenção, quem sabe transformo essa atitude? Se eu tenho uma ideologia contra o aborto. Então a psicologia social que eu aprendia era muito pautada nisso: atribuições, atitudes, não que sejam conceitos da ditadura, mas eram conceitos que eram absolutamente bem utilizados.

A outra questão era a questão da harmonia, a questão da psicologia como uma promotora desse equilíbrio do sujeito na sociedade. Era um equilíbrio, se eu vou promover o equilíbrio do sujeito na sociedade, se ele está em conflito com essa sociedade eu vou tratá-lo e ele vai entrar em equilíbrio, vai entrar em harmonia. Tanto que as noções de comunidade... Não existia aula de psicologia comunitária, mas existiam livros de psicologia preventiva. E aí as noções de comunidade que apareciam nesse livro de psicologia preventiva eram as noções do Kaplan, que era a comunidade harmônica.

O que é comunidade? É um lugar onde todas as pessoas convivem partindo das mesmas ideologias, dos mesmos desejos, do mesmo projeto, então quem está desviante disso merece quem sabe uma intervenção terapêutica. O Lancet

fala disso, tem textos dele belíssimos e ele fala bastante disso. Então esses eram os conceitos que circulavam, nós estudávamos bastante psicologia do desenvolvimento, então nós víamos como era a criança normal, nós estudávamos muito os testes que tinha DAT, Rorschach, TAT, meu deus, WISC tudo que era teste para medir ou comparar o sujeito com uma escala de normalidade nós estudávamos.

Nós estudávamos psicologia da personalidade, basicamente Freud, Melanie e Rogers, me lembro desses e também behaviorismo. No período que eu estava fazendo a faculdade o behaviorismo estava ficando bastante forte aqui, se fez um laboratório para se aprender a lógica, especialmente skinneriana, as caixas de Skinner. Professores daqui foram fazer curso fora para aprender o condicionamento. Eram as teorias que estavam fazendo mais sentido no período. Eu me lembro de que era uma coisa pitoresca, nós tínhamos um grande laboratório, um Laboratório com as caixas de Skinner, e aí cada um de nós tinha que ter um rato para condicionar. Tínhamos que aprender condicionamento com aquele rato.

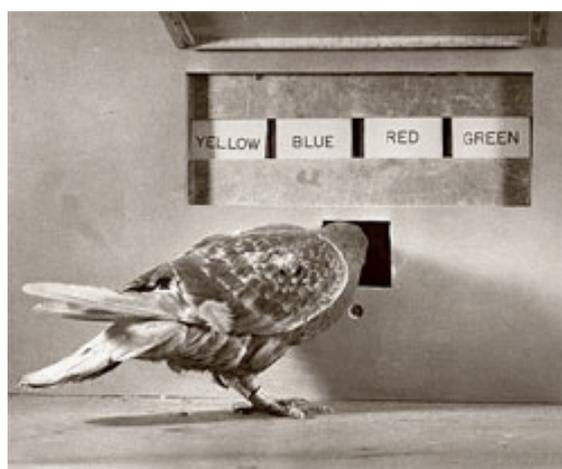


Figura 5 - Caixas de Skinner: Pombo tem seu comportamento condicionado em laboratório: controle e planejamento

Fonte: Revista Escola (2013). Imagem de Autor desconhecido.

Eu me lembro de que eu me afeiçoei ao meu rato e dava comidinha para ele e não o deixava em privação. Então eu quase rodei na disciplina, porque o professor disse para mim: “olha, ou tu condicionas o rato, tu deixa ele em privação...” para mim aquilo era uma coisa horrorosa. Era aprender a mostrar que torturando o outro, ele fazia o que tu querias. Porque deixar um rato com sede para ele apertar uma barra e sair uma gota de água para ele? Isso para mim é tortura. E era o que acontecia com a polícia política.

O Rogers também, eu acho que se eu for pensar, claro que tem um lado super bonito da teoria, não estou aqui julgando a teoria em si, mas acho que ela chegou aqui num momento extremamente propício, no sentido de poder se criar uma leitura da teoria que fosse mais adaptativa do que de indignação, então se tu pensas nos conceitos rogerianos: amor incondicional, a aceitação, isso eram coisas que, claro para mim na época romanticamente eu dizia: “ai que bom”. Ler Rogers era uma coisa que me trazia conforto, sensação de que tem coisas boas para acontecer por aí. Eu odiava o skinneriano, tinha horror daqui, então o Rogers me salvava porque era o outro lado que eu imaginava, mas mesmo assim era uma teoria que te propunha essa coisa de que tu tens que ser empático com o outro e esse outro pode ser o outro modo de pensar o mundo que não o modo libertário, né?

Isso era muito presente, acho que nos projetos das famílias isso era mais do que presente. Aquela coisa de: vocês são o futuro, vocês tem que ser do bem. Era uma coisa bem forte. Que mais que eu posso te contar? Esse aqui era um livro utilizado nas aulas de psicologia geral, sobre psicologia.

E ele tem, além de toda uma linguagem sexista que é muito presente no livro, mas que daí faz parte da

época. As ideias de separar o sujeito em fisiologia, aprendizagem, percepção, memória, como é que se mede esse sujeito.

Então era uma lógica bem quantitativa de observação do sujeito e bem avaliativa de observação. E junto com isso tinha um monte de testes que se aprendia e testes, na maioria das vezes, testes que não eram validados. Não tinha uma validação séria ou voltada para o contexto brasileiro. Os testes eram, na maioria das vezes, importados e traduzidos. Eu me lembro da história da Marilena Pato que voltou de um mestrado para cá e ela contava que queria aplicar o que ela tinha aprendido no mestrado nos Estados Unidos para estudar prontidão de crianças aqui no Brasil. Então ela começou a aplicar testes de motricidade fina nas crianças, os testes de lá nas crianças daqui. E as crianças se deram muito mal, se ralavam direto no tal do teste de motricidade fina.

Até que um dia ela estava passando e viu um *bolinho* de crianças em volta de um brinquedo. Ela parou para ver o que era e as crianças estavam montando uma pandorga, para montar um pandorga tu precisas ter uma super motricidade fina. E aí ela começa a questionar essa noção de que o teste, por mais que seja fidedigno num contexto, pode não ser no outro. Então essas coisas só começaram a aparecer na minha história do golpe, elas só começaram a aparecer mais tarde, depois que eu já estava formada, depois que eu comecei a estudar outras coisas, que eu comecei a participar de alguns grupos de estudos diferentes, gratuitos.

Essas coisas começaram a aparecer depois, eu me lembro de que foi muito importante para mim a leitura do Cooper, que era um cara que a leitura era proibida, então quando me chegou à mão um livro do Cooper; para mim foi um

negócio muito forte e eu e lembro que havia umas coisas de não aprovação familiar da minha leitura do Cooper porque o Cooper propunha a morte da família. Era uma coisa assim, meu pai: “tu és comunista.” Porque por mais que ele tivesse uma lógica de não concordar com o golpe, ele era completamente imbuído da ideia de que comunista não era uma coisa boa. Então para eles era um xingamento.



Figura 6 – Livro: A morte da família. Autor: David Graham Cooper (1931).
Fonte: Biblioteca Central, SABI, UFRGS (2013).

E uma coisa que essas leituras todas me ajudaram a ver foi exatamente separar essa coisa do amor que eu sinto e sentia por ele, da concordância com a ideologia para a qual ele justificava as práticas dele. Então foram essas leituras do Lang e do Cooper que me ajudaram a poder entender. Primeiro brigar e depois entender um pouco esse processo. Para mim acho que é isso, não me lembro de nada muito

glamoroso para te contar. Mas são coisas que se eu for pensar,

se eu for avaliar hoje o acontecimento do golpe, ele determinou as minhas escolhas. Eu não fui à toa para a psicologia social, eu não fui à toa para a história da psicologia, eu não estou à toa estudando essas perspectivas na psicologia.

Que psicologia é essa que se constituiu dois anos antes da instauração de um golpe? Como é que ela se constituiu? Então eu acho que eu continuo fazendo uma tentativa de continuar o pacto com o meu pai. Através da pesquisa em psicologia e quem sabe tentando fazer uma psicologia um pouco menos ‘pelega’, um pouco menos voltada para uma lógica de julgamento do outro. Mas voltada para uma lógica de parceria ou de alguma coisa que algumas pessoas dizem que é ingenuidade. Mas que eu continuo acreditando. A psicologia, o dia que conseguir fazer com que aconteça o livre pensar, eu vou poder chamá-la de psicologia e eu vou dizer com muito orgulho, eu posso ter 90 anos: “eu sou psicóloga.” Tentando ajudar a constituir isso.

Atualmente, eu acho que o golpe não acabou. Eu acho que nós temos lógicas constitucionais extremamente ditatoriais. E eu acho que nós estabelecemos isso, infelizmente, muitas vezes nas inter-relações das instituições. Eu não vejo vontade ou um grande desejo de promover nem micro revoluções nas instituições.

E eu acho que realmente na medida da pulverização dos movimentos sociais que está acontecendo hoje, eu acho que realmente nós reforçamos alguns espaços ditatoriais

bastante fortes e acabamos encontrando algum tipo de norte em algumas práticas que não são pensadas.

Por exemplo, que nós vivemos num capitalismo acadêmico. É ditatorial eu ter que escrever sem pensar, porque eu preciso escrever, e preciso publicar. Publicar o quê?

E outra coisa, é ditatorial eu ter que pensar que para as revistas mais qualificadas eu vou ter muita dificuldade de colocar alguma coisa em relação à história da psicologia no Brasil; mais qualificadas em termos de internacional, e de que isso é uma perspectiva de que eu precise colocar numa revista internacional alguma coisa que ainda não foi conversada dentro do Brasil. Claro, qual é o contraponto? Tu publicas na revista que tu quiseres. Mas em termos de avaliação de produção científica, a classificação da revista onde tu estás inserida é fundamental para uma carreira acadêmica.



Figura 7 – Charge ilustrativa.
Fonte: PPGCOM ESPM (2009). Imagem de Autor desconhecido.

E aí assim, onde é que a gente vai publicar conteúdos que interessam ser discutidos no contexto brasileiro e onde é que se dará esse fórum de discussão? Porque nem sempre a publicação significa comunicação do que se quer, porque nós estamos cada vez mais na ditadura do oráculo Google, onde as pessoas não leem mais. Tu podes andar por aí, tu vês todo o mundo com o seu celular na mão, isso para mim é uma ditadura. Todo mundo com seu celular na mão tentando ver a última notícia. Então o presente é onipresente? A pessoa quer ver quem quis falar com ela, onde quis falar com ela, rapidamente, naquele momento, ela deleta algumas coisas, ela absorve outras, mas são momentâneas. Tu não vês pessoas sentadas lendo.

Nós estamos em uma universidade, circula por aí. Quem é que está embaixo dessas árvores maravilhosas que tem banco, quem é que está dentro das bibliotecas absorvendo uma leitura? Os clássicos estão todos aqui a 50 metros de nós. A gente não vai lá olhar. Por quê? Porque a gente tem que entregar rapidamente alguma coisa, um texto para publicar, de quem precisa produzir publicação, um trabalho para fazer, uma prova para desenvolver. Tem que pensar rápido.

Essa prova também é feita de uma maneira muito rápida, com questões que possam ser reproduzidas, questões que já foram ditas para o sujeito, que o sujeito não precise criar. Isso para mim é uma continuidade do processo ditatorial, de não se pensar. Duas coisas da universidade ou das relações de qualidade, nem vou falar de universidade: a produção de pensamento e permissão de diversidade. Acho que nós vivemos muito pouco isso,

nós vivemos na mesmice do consumo sem pensar, tem que ser tudo muito rápido, tudo muito urgente. Acho

que a ditadura continua e nós estamos nos subjetivando nisso.

Se nós nos dermos conta de que não conseguimos mais ficar parado – mesmo se tu tens condições de ficar parado – tu não consegues parar, tu tens que estar fazendo alguma coisa. Quem sabe então tu vais roer a unha? Acho que essa é uma questão de processos de subjetivação que tomam conta da nossa existência, que não deixam contemplar. Acho que é por aí. Registro que eu lembrei agora da pesquisa que nós fizemos em relação à instituição do Conselho que se deu no período do Golpe. Então foi uma pesquisa bastante importante para o grupo, aqui para mim, e que mostrou muito isso: como é que nós como instituição também nos formulamos a partir de uma relação com o poder que nem sempre era das mais desejadas, por uma vida democrática, que é isso que nós queremos. Então essa foi também uma pesquisa bastante importante que fez parte de um momento forte aqui do grupo de pesquisa.

O registro que eu tenho final – eu não sei se nós podemos chamar de final – é de deixar bem marcado esse desejo de produzirmos uma psicologia que seja crítica, psicologia que seja libertária, uma psicologia que nos deixe respirar. Eu acho que inclui os espaços de vida que nos deixem olhar para o mundo de um jeito mais esperançoso, de que poderemos transformá-lo. Como acontecia nas passeatas que fazíamos na época da minha adolescência.

Entrevista ocorrida no dia: 09/05/2013

Local: Grupo de Pesquisa Psicologia e Políticas Sociais História, Memória e Produção do Presente - PUCRS

Entrevistador(a): Samantha Torres

REFERÊNCIAS

CORREIO BRAZILIENSE. **Foto de Evandro Teixeira, s/d.** Fotógrafo lembra como driblou a ditadura para registrar funeral de Neruda. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/>> Acesso em 18.12.2013.

COOPER, David Graham. **A morte da família.** Editora Martins Fontes, 1931. Fonte: Biblioteca Central, SABI, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.

KRECH, David. **O Indivíduo na sociedade, um manual de Psicologia Social.** Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1969. Fonte: Biblioteca Central, SABI, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.

INSTITUTO JOÃO GOULART. Imagem de Autor desconhecido. **Galeria de Fotos.** 27 de abril de 1961. Disponível em: <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/galeria.php>> Acesso em 18 de dezembro de 2013.

JORNAL O GLOBO. Reportagem de Lucia Hipolito. Imagem de Autor Desconhecido. **A UNE somos nós.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/luciahippolito/posts/2009/08/11/a-une-somos-nos-212111.asp>> Acesso em 19 de dezembro de 2013.

PPGCOM ESPM. Imagem de Autor desconhecido. Para rir um pouco. **Blog Comunicação e Consumo do Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM** - Escola Superior de Propaganda e Marketing. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://ppgcom.espm.br/blog/index.php/category/diversos/page/2/>> Acesso em 19 de dezembro de 2013.

REVISTA ESCOLA. Imagem de Autor desconhecido. **B. F. Skinner, o cientista do comportamento e do aprendizado.** Editora Abril, 2013. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/skinner-4281_43.shtml?page=3> Acesso em 04 de janeiro de 2014.

IARA CHAGAS CASTIEL

**“O quanto nós
não queremos
deixar que
isso aconteça
novamente”**



Iara Chagas Castiel, natural de Santiago-RS. Filha de Iza Chagas Castiel e Nísio Castiel, conhecido advogado e político de Santiago. O pai foi de fundamental importância, e grande influência na vida da filha. Professora Estadual Aposentada, Advogada e Psicóloga atuante. Eleita Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores para o mandato 2013/2016. É mãe e avó. Sua história de vida é marcada desde tenra idade pelo posicionamento político partidário de esquerda, como sindicalista e integrante de movimentos sociais. O perfil de Iara Castiel é de uma mulher forte, desbravadora, desassombrada, a frente de sua época. Traz em si, a marca de um tempo que foi árduo, mas que até hoje lhe impulsiona a lutar em prol da inclusão, justiça social e efetiva democracia.

Esse grupo de pessoas que foram presos eram pessoas esclarecidas politicamente falando, também havia comunistas. Meu pai nunca chegou a se declarar comunista. Ele se dizia socialista. Naquela época, afluía um nacionalismo muito forte, muito autêntico e nós vivíamos na família esse nacionalismo. Inclusive, na nossa casa tudo que se podia comprar, na sua maioria era de origem nacional. Nosso pai sempre explicava que o capital brasileiro tinha que ficar no Brasil. E foi isso - eu acredito - que originou toda aquela energia, aquela força para eles se contraporem tanto ao movimento de ditadura. Quando é que eu entro na história de forma muito clara? Na legalidade, que foi aquela situação do Jango assumir ou não a presidência quando retornasse da China, com a renúncia de Jango. E Brizola tomou o palácio Piratini e fez todo aquele trabalho de resistência em favor do Jango, transmitindo pronunciamentos do porão do palácio pelas rádios Maynink Veiga.



Figura 1 – Em 28 de agosto de 1961, Leonel de Moura Brizola requisitou os transmissores da rádio Guaíba de Porto Alegre, para conclamar o povo a defender a legalidade.

Fonte: Correio do Povo

Nós tínhamos, naquela época, um telegrama onde o pai foi considerado o Chefe Civil Revolucionário de Santiago. Ele assumiu essa postura e teve grande apoio dos ferroviários, que era uma das forças vivas da sociedade mais predispostos a guardar a democracia do nosso país.

Os ferroviários eram uma classe muito bem organizada e muito politizada também.

Eu lembro que meu pai, comigo pela mão e junto com os ferroviários e pessoas da comunidade, descemos a Avenida Getúlio Vargas (hoje calçadão) até a Praça da Bandeira que fica na frente do Quartel General. Ali meu pai fez um discurso inflamado pedindo ao general da época que aderisse à democracia e mantivesse a Constituição, pressionasse o 3º exército a fim de dar posse ao Presidente João Goulart. Isso está muito claro na minha memória.

Esses acontecimentos da legalidade em 1962; já foi um pré-golpe, que se concretizaria em 1964. Com o golpe de 64, aqui em Santiago, meu pai foi um dos primeiros homens a ser perseguido e ameaçado.

O Jango já estava exilado no Uruguai e chegou até nós um bilhete dele, pedindo ao pai que fosse embora para o Uruguai, que tinha lugar para ele, lá. Se ficasse aqui, eles iriam prendê-lo. Porém, eu lembro dele sentado dizendo: “eu não fiz nada de errado, eu estou defendendo meu país e não tenho motivo nenhum para sair daqui”. E não foi. Não quis se evadir.

Começou, então, a tortura psicológica antes dos militares o prenderem. Na época, os militares faziam grandes patrulhas a cavalo.

À noite, eles paravam a patrulha bem na frente da nossa casa. Nós, todos, lá dentro, ficávamos em pânico, sem saber se eles iam prendê-lo naquele momento ou não. Esperavam um tempo, que para nós era uma eternidade, e seguiam adiante.

Um bom tempo eles fizeram isso conosco. E nós loucos de medo que levassem o pai e o matassem; uma agonia, quase todas as noites.

Até que numa manhã eles chegaram. Eram mais ou menos 7 h da manhã. Quando a empregada abriu a janela do quarto do meu irmão para acordá-lo para ir à escola, eles estavam descendo de vários caminhões, armados com fuzis com baionetas caladas e cercando toda casa, inclusive pátio e jardim. Todos nós levantamos às pressas e apavorados.

Um deles bateu na porta, e quando foi aberta, vários deles entraram na nossa casa com as armas em punho e se postaram nas várias peças, como se fôssemos bandidos sendo presos.

Disseram que iam prender o pai e iriam revistar toda a casa atrás de armas e material subversivo. E, então, começou a revista, a bagunça. O pai, minha mãe, meus irmãos, não puderam nem se vestir, foram inicialmente confinados na cozinha, enquanto eles começavam a mexer em tudo: livros, discos, guarda-roupas, armários. Não teve canto que não mexessem, procurando, procurando. Até no forro da casa eles olharam. Colocaram uma mesa embaixo do alçapão do forro e mandaram um milico subir e revistar o forro. O milico tremia de medo, pois decerto na imaginação dele o forro da casa estava cheio de guerrilheiros armados. Levaram vários livros do pai, discos com músicas russas de uma coletânea internacional de músicos, algumas revistas chinesas com gravuras de flores. Há coisas hilárias, também, porque deixaram de levar um livro de Filosofia do George Politzer, que era comunista, mas, como o título era Manual de Filosofia, eles não acharam perigoso.

Ao mesmo tempo em que entraram na nossa casa da cidade, foram também na propriedade rural que o pai tinha na época. Estava sendo construída uma casa lá fora. Pressionaram muito o capataz para que ele dissesse onde estavam escondidas as armas. Até nos montinhos do lajeado que passava nos fundos da casa eles andaram procurando os cavalos e os homens armados. Complicaram até com um buraco que estava sendo feito numa peça para ser colocado um motor de luz. Diziam que ali dormira gente. E o capataz, com toda simplicidade disse a eles que não tinha porque alguém dormir ali. Se alguém tivesse que posar lá, dormiria no galpão onde era mais confortável.

Enquanto eles faziam tudo aquilo conosco, a rua onde ficava a nossa casa encheu-se de pessoas conhecidas, vizinhos, que paravam para ver toda aquela demonstração de força e poder.

Depois de tudo, pediram que o pai se vestisse e fosse com eles. Eles levaram o pai e nos deixaram desesperados, porque não disseram para onde iam levá-lo. Ele ficou incomunicável por vários dias e nós perdidos, sem saber o que fazer. Depois de dias ficamos sabendo que estava preso junto com muitos outros no quartel, que na época se chamava artilharia. Eles, algum tempo depois, estipularam um horário de visitas. Não lembro bem, se duas ou três vezes por semana nós íamos vê-lo por 1 hora. Então, nos encontrávamos com as outras famílias, naqueles horários em que íamos ver e matar saudade do nosso pai. Após várias semanas, recebemos o recado que deveríamos nos despedir dele, porque iriam levar todos os presos políticos para Porto Alegre. Outra vez o desespero pela incerteza do que aconteceria com ele longe. Fomos até o quartel, nos despedimos, foi uma comoção geral de

todas as famílias. Mas, no outro dia, quando já deveriam ter ido, fomos avisados de que haviam desistido de levá-los porque as cadeias de Porto Alegre já estavam muito cheias. Suspiramos aliviados, porque pelo menos aqui nós estávamos perto e podíamos vê-lo de vez em quando.

Todo esse tempo em que ele ficou preso, nossa vida virou do avesso.

Ele tinha negócios no Banco do Brasil com pagamentos, tudo parcelado. Foi determinado que ele tinha que pagar tudo, na mesma hora, sem parcelamento. Precisamos vender alguns bens para efetuar os pagamentos. Como meu pai estava preso e não podia lidar com os negócios, minha mãe é que fazia as transações, embora não tivesse experiência nessa parte. Todos nós éramos muito novos, mesmo assim, eu e meus irmãos mais velhos ajudávamos a resolver as coisas.

Passamos, nessa época, por grande dificuldade econômica, onde tudo nos era vedado, negado. Um verdadeiro terrorismo.

Houve uma passagem muito interessante, que eu lembro muito: o pai estava preso e faltavam dois dias para o aniversário dele, que sempre foi para nós um momento de muita alegria e confraternização tanto da família como com os amigos. Ele e a mãe tinham um pacto, que seus aniversários nunca passariam longe um do outro. Eu, como sempre tive essa forma de ser, bem emocional e sentimental, fiquei muito ruim por ele não poder passar o aniversário em casa, conosco.

Resolvi ir até a casa do general pedir que deixasse o pai passar o aniversário dele em casa. Bati na porta, uma pessoa me atendeu e pediu que eu esperasse na sala, que pelo modo de ver, na minha juventude, aquela casa era uma coisa grandiosa. Hoje eu vejo que é simplesmente uma casa, mas na época tinha uma simbologia. Sentei e fiquei esperando. Momentos depois o general desceu a escadaria que havia para o andar de cima da casa. Vinha de robe-de-chambre, altivo. Eu fiquei olhando aquela figura descer. Quando ele chegou perto de mim eu disse a ele que meu pai era um dos presos políticos e eu estava lá para pedir que ele passasse o aniversário dele em casa. Ele ficou furioso, olhou para mim e disse: “você sabe que seu pai é comunista e que ia nos matar a todos?” Eu destrambelhei e disse que ele era um mentiroso, um sem vergonha e perguntei o que era comunista para eles. Disse mais coisas que nem lembro mais, porque na hora me deu uma espécie de amnésia e nem lembro direito como voltei para casa. Minha irmã sempre fala que ela ficou me esperando no automóvel do pai enquanto eu ia à casa do general. Ela conta que eu voltei meio estranha, entrei no auto, dei várias voltas com ela, sem falar nada e voltamos para casa.

Aquilo para mim foi uma coisa terrível, porque eu achei que agora, sim, iam matar o pai. Quando eu contei para minha mãe e meus irmãos onde eu tinha ido, eles ficaram muito bravos comigo, culpando-me pelo que poderia acontecer ao meu pai. Sentia-me mais culpada, por ter agido no impulso, sem combinar nada com eles.

Foi um horror, passamos a noite em claro pensando que toda hora poderiam vir dizer que ele estava morto, poderiam até inventar algum acidente com ele, o que era comum naquela época.

Meus irmãos durante a noite iam verificar algum movimento estranho nos quartéis ou nas estradas, nas saídas da cidade. Foi um desespero geral. Só fomos dormir com o dia clareando, vencidos pelo cansaço. Lá pelas, oito ou nove horas da manhã estacionou na frente de casa um carro do quartel. Ficamos nervosos e apavorados. Foi quando o pai desceu do carro, lépido e faceiro e entrou em casa. Perguntamos o que tinha acontecido e o pai disse: Não sei. Hoje de manhã apareceu um capitão lá onde estávamos presos e disse: “doutor Níssio, parabéns pelo seu aniversário. Hoje o senhor pode ir para sua casa.” Foi então aquela felicidade. Fizemos uma festa para ele. Ficamos todos felizes e aliviados. No outro dia ele voltou para o quartel. Fico pensando até hoje o que teria passado pela cabeça daquele general, que acabou deixando o pai ir para casa naquele dia.

Eles não sofreram torturas físicas, se é que podemos dizer isso, pois havia precariedade das acomodações no quartel, uma profunda e angustiante tortura psicológica, interrogatórios, inquéritos e tantas coisas mais. Meu pai ficou em torno de três meses preso. Mas, mesmo depois de solto, uma parte dele continuava atrás das grades, pela perda dos direitos inerentes a todo cidadão democrático, principalmente a perda da liberdade de expressão - que meu pai tanto prezava - a grande desilusão com o judiciário, que pouco fez pelos presos políticos.

Começou, então, toda a perseguição política contra meu pai e toda minha família. Meu pai foi destituído, como advogado do Banco do Brasil, que ele era na época. Meus irmãos passavam em concursos para os quais nunca foram nomeados. Até eu ia sendo preterida numa nomeação para o magistério.

Uma das grandes tristezas do meu pai era ver que pessoas o evitavam, pessoas que antes conviviam normalmente com ele, por medo da repressão, dos militares, de perseguição. Lembro de que num dia de chuva um amigo do pai não aceitou uma carona dele. Isso foi um acontecimento que muito o entristeceu e magoou. As pessoas todas ficaram muito amedrontadas, não faziam nada para defender os outros. Nós temos que avaliar esse lado da defesa que cada um tem da sua própria integridade. No entanto, ficou a sensação de que as pessoas não tomaram atitudes mais evidentes e mais definidas em proteção dos que ficaram presos.

Na verdade, essas mesmas situações de opressão nós estamos vivenciando hoje, só que de outra forma, bastante mais sofisticada. E que dão continuidade a todas essas exclusões políticas e ideológicas que se mantêm até hoje.

Eu tenho bem claro que nós temos umas demonizações.

Existem as demonizações de interesse internacional e até do grande capital, que demoniza determinadas situações, como, por exemplo, a questão da droga.

Isso é muito claro porque, se nós formos avaliar - e eu como profissional da área do direito, eu tenho absoluta certeza e já fiz estudos e pesquisas sobre isso - o grande problema, a grande questão das estatísticas de violência não está no âmbito da droga especificamente. Claro, eu não estou dizendo que não haja o problema da droga, evidente que há. Mas se tu fores ver, a grande situação de violência está entre os que se conhecem; entre os que não têm problema

nenhum de droga, mas que tem divergências. É na família, é o pai com os filhos. É o marido com a mulher, essa violência terrível contra a mulher. Entre os vizinhos que não se toleram por um ou outro motivo. Então ali está o grande número de violência e de homicídios. Não significa que não tenha também na droga. É claro que tem. Agora, não é ali que está o grande percentual de violência que nós temos. Mas é cômodo dizer que é a droga. É um subterfúgio para que internacionalmente os Estados Unidos, com a desculpa da droga, possa ter aqui no Brasil as ingerências que tem em termos de conhecer e de explorar as nossas riquezas; em termos de explorar até a nossa biodiversidade. Essa é uma forma de espoliação.

Os menos favorecidos também. Essas pessoas que não tiveram oportunidade dentro do tipo de capitalismo que nós vivemos. Um capitalismo exacerbado, um capitalismo que é o neoliberalismo que se instalou. Então o que acontece?

O pessoal da periferia, que tem menos oportunidades são o que mais sofrem. As etnias, o negro, o índio, essas pessoas que acabam sendo, de forma muito pontual, os que menos conseguem sobreviver.

E é em relação a eles que existem as maiores explorações. Porque eu também sou profissional da área do trabalho e

(...) é impressionante a exploração com o trabalhador. É uma exploração sofisticada.

Há poucos dias tive aqui no meu escritório - e eu defendo muito o trabalhador - a questão do assédio moral que ocorre nas empresas em função das metas a serem cumpridas. E isso é uma forma perversa de exploração do ser humano. Porque é um adoecimento. É um adoecimento em função da exigência do trabalho. E especialmente aqui nessa metade sul aonde eu vivo, que é uma reminiscência do latifúndio, em que metade não tem emprego. Ainda se for lá para o norte, para lá nós sabemos que tem muitas empresas, indústrias, pequenas propriedades. O emprego ainda é mais fácil ali.

Aqui não existe emprego. E isto é sofisticadamente uma maneira de exploração do ser humano e de fazer com que as pessoas acabem ficando totalmente à mercê do grande capital e dos que têm dinheiro e se sentem poderosos para pensar que aquela pessoa tem que fazer o lucro deles aumentar. Eu vejo como dificuldade a exploração do trabalhador.

Aqui em Santiago, são poucas as pessoas que falam sobre o que passaram, que falam sobre as situações de violência que viveram. Geralmente são pessoas que sofreram muito também. Grande parte das pessoas que foram presas na época que o meu pai também foi, eram colonos, que faziam parte do Grupo dos Onze.

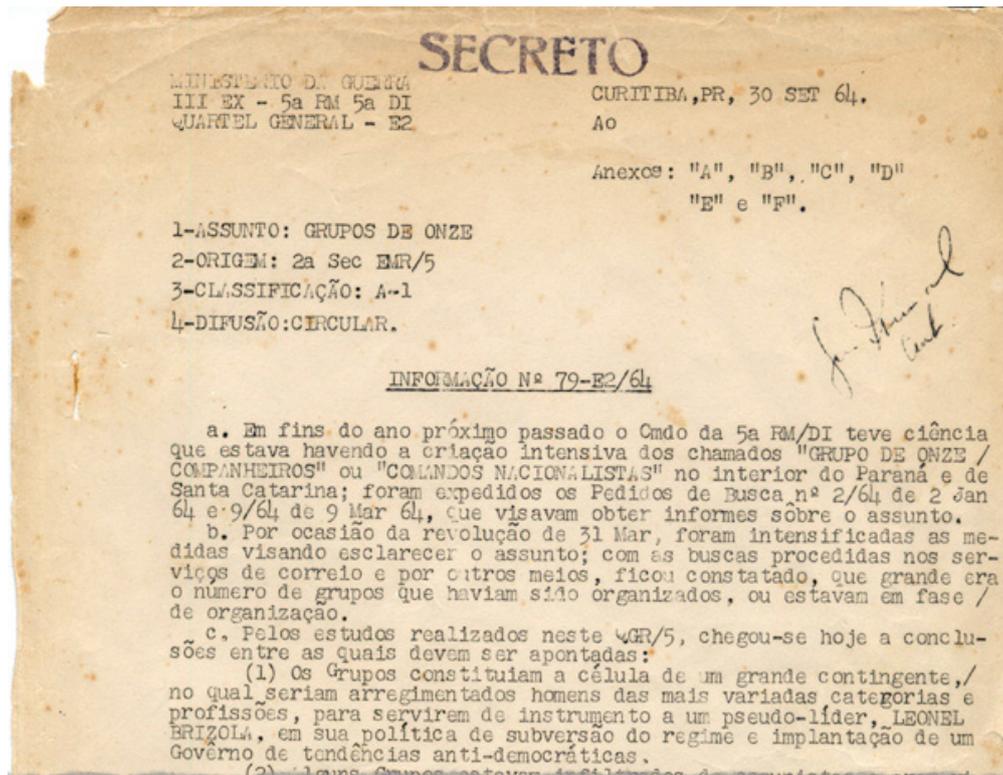


Figura 2 – Relatório da investigação dos serviços de inteligência do Exército sobre o “Grupo de Onze Companheiros”.

Fonte: CBN, 2009. (Foto: Arquivo GloboRadio.com)

Muitos deles entraram nessa organização porque queriam viver melhor. E O Grupo dos Onze não tinha mais nem menos do que a possibilidade de criar um cooperativismo. Que hoje está sendo trazido como uma fórmula solidária, para que as pessoas possam viver melhores.

Na época era isso o Grupo dos Onze. Era uma maneira coletiva das pessoas buscarem melhor trabalho, melhor produção. E, na época, se organizaram politicamente para evitar que pudesse ser descumprida a nossa Constituição.

E eram pessoas humildes, pessoas simples, pessoas que não tinham grande capacidade de conhecimento formal. Por isso, muito deles não entenderam até hoje exatamente

o que aconteceu e porque eles tiveram que passar por aquilo tudo. Por que foram presos também? E eu tenho algum contato com as filhas desses cidadãos. Porque também eu fiz alguns processos na tentativa de que eles tivessem uma indenização. Então muito deles vieram aqui e eu fiz o processo. Muitos receberam valores indenizatórios. Ficou bem esclarecido que não foi só o quartel, mas também a polícia civil que fizeram todas essas repressões. E a gente às vezes se encontra com esse pessoal que esteve ligado ao Grupo dos Onze. E é uma forma de a gente lembrar o sofrimento que teve, dos diferentes sofrimentos. Porque, por exemplo, eles ficaram proscritos na região, pequena, micro, em que eles viviam. Eles eram vistos como bandidos.

Uma senhora com a qual eu conversei e que é professora, ela me diz: “nós éramos bandidos lá naquela região. Ninguém chegava mais na nossa casa, depois que o pai foi preso.” E eles nem entenderam porque houve tudo aquilo.

Como eu te falei do falecido Jeferson da Silveira, que era um grande amigo do pai, comunista declarado, ele e a família dele. A Terezinha sua esposa, nós conversamos muito, é uma forma de nos aconchegar entre os que também sofreram e falar do fato. É um jeito que nós encontramos de falar para diminuir um pouco a dor que perdura. Uns com uma forma, outros de outra. Então a gente relembra as questões. E está sempre reativando o quanto isso foi uma coisa ruim.

O quanto nós não queremos deixar que isso aconteça novamente. É interessante porque nós nos encontramos também nas redes. Nessa questão da Comissão da Verdade agora, nós estamos dando o maior apoio, pelo

menos de energia, para que a comissão ocorra e para que nós possamos fazer justiça. Porque tem que ser feita justiça nesse momento. Não é possível que os torturadores não venham a ser penalizados.

Que a justiça não venha a dar a eles a responsabilidade que tiveram no momento político da ditadura. Toda vez que nós podemos compartilhar um assunto desses, nós compartilhamos. E aí nós vemos claramente todos àqueles que sofreram o problema compartilhando e dando força para que se mantenha a justiça em torno dos torturadores. É uma forma de retomar essa questão toda. E é interessante, porque a minha filha, que evidentemente não passou por tudo isso, também tem muito forte essa vontade de que as coisas possam acontecer e que se tenha justiça. Que se faça justiça. A sociedade brasileira precisa retomar tudo isso, porque é muito dolorido.

O estado que tem que proteger o cidadão foi justamente o que violou e que agora não está fazendo nada, num novo momento, para se autoanalisar e admitir que aquilo foi uma situação ilegal e punir quem o fez. Porque a tortura é a forma mais covarde de querer tomar alguma posição em relação a uma pessoa.

E eu luto contra a tortura! É uma coisa que eu quero deixar muito clara aqui: nós temos os resquícios de tortura, nós temos os resquícios de toda essa época nas instituições públicas até hoje. E eu como profissional da área do direito comprovo isso.

Constantemente nós estamos tendo aqui no escritório pessoas que sofrem as formas mais incríveis de tortura nas instituições públicas.

Da polícia, do próprio exército ainda. E nós temos entrado com processos e muitas vezes com dificuldades. Porque eles olham muito mal para o advogado que luta por uma pessoa que sofreu algum tipo de abuso de autoridade. Eles olham muito mal. E nós sofremos muito aqui no interior, quando defendemos as pessoas que sofreram esse tipo de pressão. Aqui em Santiago é comum isso. É muito comum. Eu tenho vários processos. Não vou agora relatá-los porque poderia ficar muito longo o nosso trabalho. Mas eu gostaria inclusive, no momento, poder relatar o que fazem com as pessoas. Aquela velha pecha, que dizem: que é o preto, o pobre e as prostitutas que sofrem mais. Que tem isso na história. Mas o preto e o pobre é o que sofre mais mesmo esse tipo de repressão e de autoritarismo. São os resquícios que ficaram de todos esses Anos de Chumbo, como se costuma dizer na mídia.

Foram anos assim, de mordança. Foram anos em que ninguém podia se manifestar.

E a direita raivosa. É uma direita raivosa. São pessoas que não enxergam o outro. Não veem o outro como alguém que tem que ter também oportunidades. E nesse ponto eu acredito que nós estamos ainda muito aquém politicamente.



Figura 3 – Imagem ilustrativa
Fonte: Latuff (2012)

Não vou negar que há grandes avanços. Eu sou uma vereadora do PT. Mas eu tenho uma avaliação crítica. Eu penso que muito mais poderia ter sido feito.

Sei que não é fácil porque nós sabemos também que a direita raivosa, que é a dona de toda a mídia, faz a cabeça das pessoas e acabam colocando a sociedade contra quem, porventura, quiser fazer alguma coisa para diminuir as diferenças.

E é o que eu estou vivenciando hoje como vereadora. Eu estou vivenciando exatamente isso. Nós temos aqui essa sociedade extremamente refratária, uma sociedade que faz muitos anos que está num projeto político exatamente de direita.

E o que a gente tem? Uma sociedade que tem medo de participar e dar apoio para quem tem uma ideia diferente de transformação.

Eu estou sofrendo isso. Inclusive uma mídia de direita, que ganha do poder público de direita, para poder viver e se manter. E que então, ataca a mim exatamente porque estou fazendo um discurso de esquerda, um discurso em que busca fazer com que a sociedade tenha oportunidade de participar. E estou sofrendo terrivelmente. Inclusive na última edição de um jornal que tem aqui em Santiago, que é extremamente contrário a todas as ideias libertárias, disse que a vereadora Iara Castiel estava isolada. E estou mesmo. Não é uma mentira que estou isolada, mas eu estou isolada porque não consigo entre meus pares, - que são todos eles dessas outras agremiações - não consigo da sociedade que tem medo de participar e tem medo de se manifestar qualquer apoio a favor. Mas eu, mesmo assim, acredito que a gente tem como resolver. Por quê? Porque não tem nada mais claro, que nesse momento tu tens que estar junto com o povo. Tu tens que conversar com o povo. Que aquilo ali, aquelas reuniões ali, é um mínimo que o parlamentar pode fazer.

O parlamentar tem mesmo é que ir lá desenvolver a cidadania do povo e explicar para o povo o que está acontecendo. E evidentemente lutar para que esse povo possa compreender um pouco melhor, ter um pouco mais de capacidade de participação.

É muito estressante. Vocês podem ter certeza que está sendo muito difícil. Ontem mesmo, até para poder dar um pouco mais de energia e força, eu fiz uma reunião, tinha 20 pessoas apoiadoras da minha candidatura.



Figura 4 – Manifestação Popular em Brasília

Fonte: Portal Ijuhy (2013)

Então pensamos por três horas como que nós podíamos agir, o que nós podíamos fazer para que a população pudesse compreender melhor a oportunidade que está tendo, até em função dessas manifestações. Em Santiago também houve manifestações. O que foi muito prazeroso.

Tem um conjunto de jovens que estão começando a querer participar. E já se nota um movimento em Santiago. E tem um grupo de rapaziada, de meninada, da maior capacidade. Pensantes, cidadãos muito bem politizados e que estão fazendo a diferença. Então dá ânimo na gente. A gente fica muito animada. Por que o que seria se não houvesse os sonhos? E eu sou uma sonhadora. E eu tenho sonhos de transformação, sonhos de mudança. Isso me acompanhou a vida toda. E eu acredito que os sonhos é que fazem as transformações.

E eu tenho certeza. Porque às vezes eu estou extremamente mal. Mas eu mesma consigo me reerguer. É muito interessante. Pelas ideias. Por isso que eu digo: que a sociedade precisava assumir a questão política, ideológica. Porque isto faz a gente ter vida. Tu defenderes o que tu acreditas que deve ser defendido. Isso te dá ânimo, te dá energia. E é assim que eu tenho vivido. Com muita energia. Muita vontade de transformar, de fazer transformações. É um legado de família. Não tenho dúvida que é. E a minha filha está no mesmo caminho. Meu neto já está no mesmo caminho.

Entrevista ocorrida no dia: 18/07/2013

Local: Consultório da entrevistada em Santiago/RS

Entrevistadoras: Carolina dos Reis e Samantha Torres

REFERÊNCIAS

CBN. **O dossiê do braço armado de Brizola**. GloboRadio.com, 2009. Disponível em <<http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupo-dos-onze/GRUPO-DOS-ONZE.htm>> Acesso em 21 de dezembro de 2013.

JORNAL CORREIPO DO POVO. **Concurso Cultural Vozes da Legalidade**. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/legalidade/>> Acesso em 21 de dezembro de 2013.

LATUFF. **Latuff Cartoons**. 2012. Disponível em: <<http://latuffcartoons.wordpress.com>> Acesso em 21 de dezembro de 2013.

PORTAL IJUHY. **O que se dizer das manifestações sociais pelo Brasil?** Disponível em: <<http://www.ijui.com/blogs/49571-o-que-se-dizer-dasmanifestacoes-sociais-pelo-brasil.html>> Acesso em 21 de dezembro de 2013.

LILIANE SEIDE FROEMMING

**“A sensação
de que o que
nós fazíamos
era muito
perigoso”**



Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978), Mestrado Em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília (1994) e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Atualmente é analista membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre e professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: psicanálise, cinema, associação-livre, cadeias associativas, sonhos, clínica-escola.

Queria dizer que eu,

(...) considero muito importante essa iniciativa do Conselho Regional de Psicologia, assim como o Conselho Federal, resgatar um pouco dessa história, da participação da nossa categoria, dos psicólogos, desde estudantes até depois, o papel que alguns tiveram, mais ou menos, nesse processo de redemocratização do país depois do Golpe 64.

Eu entrei no curso de Psicologia, como estudante, em 1973, era o meu segundo vestibular, já tinha feito um vestibular antes, em 72. Então comecei a participar no início da década 70 no movimento estudantil, fiz um ano de Matemática. E aí que surgiu o curso de Psicologia e eu tive convicção que eu queria trabalhar na área de humanas. E a Universidade Federal então passou a ter essa possibilidade, foi a primeira turma, o primeiro vestibular para o curso de Psicologia da UFRGS e eu entrei. Hoje eu

sou professora aqui no Instituto de Psicologia da UFRGS, que está completando 40 anos. Então eu fui estudante da primeira turma, me formei em 1978 e fiz concurso para ser professora aqui em 87. Eu já estou aqui há 25, 26 anos, quase me aposentando. Antes disso eu trabalhei na Unisinos, onde fui professora por cinco anos, de 82 a 87. O que é que eu posso contar das minhas lembranças e das minhas memórias do movimento estudantil? Quando aconteceu o golpe, em 1964, eu era criança, mas já era crescidinha, entendia um pouco o que acontecia. E a geração dos anos 60, eu acho que foi duramente atingida pelo golpe em todos os sentidos: na repressão, nas prisões, na tortura, enfim, de uma violência muito grande sobre uma geração que viveu o golpe ou entrou na universidade no decorrer da segunda metade da década de 60.

O golpe de 64 só vai ter um efeito de muito endurecimento em 68, quando é editado o Ato Institucional número cinco, o AI-5. Antes disso teve o famoso 228, eram dois números que nós repetíamos muito como palavra de ordem.

Abaixo o 228 e abaixo o 477, que eram números de Decretos que atingiam diretamente o movimento estudantil.



Figura 1 – Manchete da Folha de São Paulo.
Fonte: Blog Historiosidades (2013)

O 228, que impedia eleições diretas para os Diretórios Centrais dos Estudantes, é de 1967 e o 477 é de 69 e é mais violento ainda, no sentido de expulsar alunos; surge a Lei de Segurança Nacional, não há nada de uma dimensão jurídica. As pessoas eram presas em nome da Lei de Segurança Nacional, eram proibidas passeatas, imprimir qualquer tipo de material, mesmo de cunho estudantil, chapas de eleições. Faziam-se eleições diretas prévias para depois serem endossadas pelos Conselhos dos presidentes dos Diretórios Acadêmicos. A eleição era direta, do ponto de vista da repressão não podia fazer eleição direta, mas a gente fazia mesmo assim, mas ter um mimeógrafo, a tinta, ou álcool que era a forma que nós tínhamos de imprimir programas, panfletos era um problema da Lei de Segurança Nacional, pessoas foram presas.

Os Diretórios Acadêmicos tinham mimeógrafos. O CEUE que era o Centro dos Estudantes de Engenharia, o Direito, o próprio Diretório Acadêmico, do DAIU que eu fazia parte, que envolvia então, antes se chamou CAFBR, até 73, ele tinha o nome do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, olha a homenagem... Mas enfim, eu acho que, quando eu entrei na universidade, havia todo um momento de muito fechamento, impossibilidade de participação política, a geração imediatamente anterior à minha, ou as pessoas foram presas, torturadas, banidas, foram para o exílio.

Então, entrar no diretório acadêmico para um jovem que estava entrando na universidade, já havia uma dimensão de que era uma coisa um pouco perigosa, havia policiais vestidos de civis, infiltrados, participando de reuniões e eu entrei no curso de Psicologia, um curso novo que compartilhava o mesmo Diretório Acadêmico com cursos antigos, tradicionais, com experiências de muita politização.

Havia alunos mais antigos que tinham sido presos, que desapareceram no curso de História, Filosofia, Ciências Sociais e Letras. A Letras tinha o Diretório Acadêmico, era o DAIU, Institutos Unificados. O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, onde nasce dentro dele, junto com História, Filosofia e Ciências Sociais, a Psicologia e o Instituto de Letras. Então essa convivência com esses alunos dos outros cursos - nós fazíamos, por exemplo, disciplinas de Sociologia I com eles - foi muito importante na minha formação. Talvez eu tenha aprendido mais fora de sala de aula, no Diretório acadêmico.

Não que não tenha aprendido também muitas coisas mesmo em sala de aula, mas nós éramos muito críticos ao ensino. Então o Diretório Acadêmico terminava por ser um espaço de debate, de discussão, de leitura, de questões culturais, acho que foi uma via pela qual me pareceu muito importante. Fazia-se rodas de samba, havia algumas penhas folclóricas, o Martin Coplas e o Talo Pereira eram na época cantores locais; e nacionalmente, o Chico Buarque vinha para fazer uns shows, nós tínhamos a Violeta Parra como uma cantora importante, as músicas da Mercedes Sosa.

O movimento de cinema, nós tínhamos uma, aqui começava a surgir uma Casa de Cinema, as pessoas fazendo curtas metragens e grupos. Jornais que começam a surgir: o Opinião, o Movimento, o Em Tempo, depois o Versus eram jornais que tomavam muito essa dimensão de uma luta política, mas também de uma luta ideológica, que a universidade vivia muito cerceada; também eram proibidos determinados textos no campo da Sociologia, determinados autores.

Havia toda uma repressão que não era muito velada, os jornais eram censurados, os jornais diários também. A Folha da Manhã foi um jornal importante nesse período. No mundo inteiro havia certa repercussão aqui, o maio de 68 na França, então um pouco nesse clima eu entro na universidade e começo a participar do Diretório Acadêmico. E na Psicologia nós não éramos muitos e nós não tínhamos uma herança, uma tradição de alunos antigos. Nós éramos pioneiros, o curso estava começando conosco. Os alunos de História ou da Filosofia tinham professores cassados, que reeditavam textos do Gerd Bornheim, que era um professor daqui da Filosofia, foi cassado. Afinal ele foi, mais tarde, trabalhar no Rio, mas eles tinham essas referências de ex-alunos, certa memória que se colocava. Eu comecei a participar do movimento estudantil, do Diretório Acadêmico e logo estava numa chapa concorrendo às eleições, então fui do Diretório Acadêmico vice-presidente, o Presidente era o Renato Oliveira das Ciências Sociais, havia um de cada curso, da história tinha vários integrantes de uma chapa.

Participava do DCE, campanhas para o DCE e começamos a fazer comícios, passeatas, movimentos, tudo era proibido, a polícia vinha dispersava com gás lacrimogêneo.

E a UNE, que foi extinta formalmente depois do golpe em 64, continuou fazendo encontros clandestinos até 68. Clandestinos em termos, em Ibiúna, no interior de São Paulo, foi o último Congresso da UNE onde todo o mundo foi preso, porque era num campo, mas aí é óbvio que no interior, numa fazenda no interior de São Paulo. Muitas pessoas da geração dos anos 60 viveram esse período violento. O último presidente da UNE é o Honestino

Guimarães, morto pela Ditadura. Então nós começamos a discutir a questão de reorganizar a UNE, muito vinculados aos movimentos sociais gerais, o movimento estudantil e o movimento operário e os movimentos populares, havia uma preocupação em nos integrarmos enquanto movimento estudantil, não ter palavras de ordem específicas que nós tínhamos: abaixo a repressão, abaixo 477, 228, pela volta dos professores expurgados, pela liberdade dos presos, pela anistia.

Pouco a pouco nós fomos elaborando e construindo um programa de propostas de mudanças sociais, mas nós pensávamos em mudar o mundo também.

Até o livro organizado pelo Ivanir Bortot e pelo Rafael Guimarães, amigos contemporâneos, tem uma frase que eles destacaram está no início do livro - até estou com o livro aqui.



Figura 2 - Encontro da União Nacional dos Estudantes em 10 de Dezembro de 1963.

Fonte: Folhapress (2013).

Abaixo a Repressão, Movimento Estudantil e Liberdades Democráticas.

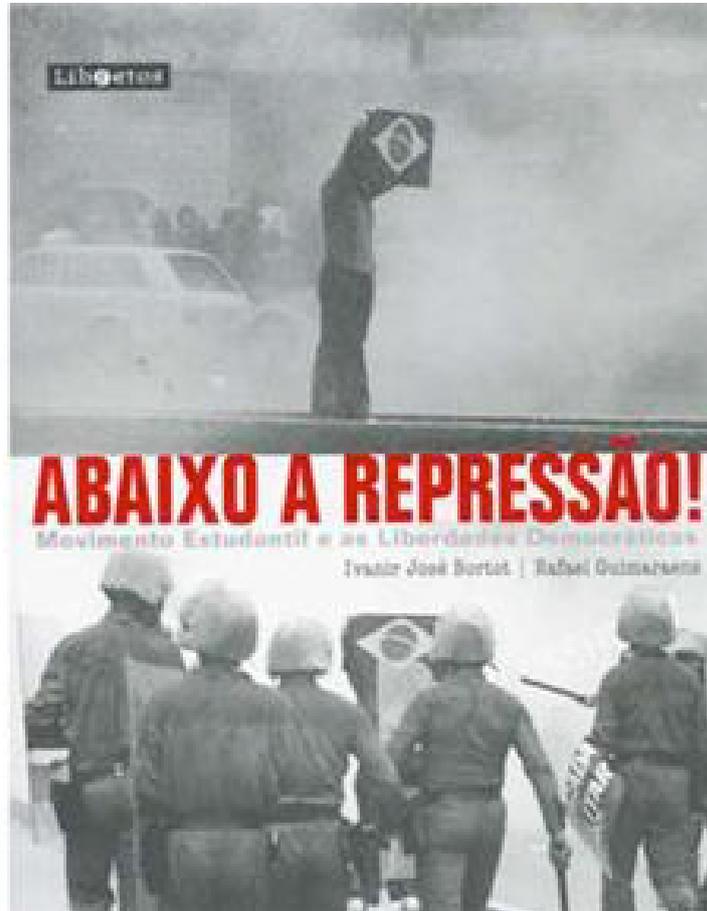


Figura 3 – Livro Abaixo a Repressão, de autoria de Ivanir Bortot e Rafael Guimarães.

Fonte: Editora Libretos

Então no início do livro eles reproduzem uma frase da entrevista que fizeram comigo e que eu gostei, assim ficou destacada. A frase é a seguinte: “Tínhamos a dimensão de que os nossos sonhos estavam distantes, mas exercitávamos cotidianamente projetos ideais de uma sociedade ideal. Aprendemos a compartilhar sonhos e a questionar dogmas.” Então nós imaginávamos não só uma sociedade no futuro diferente do que era a geração dos nossos pais e professores.

Nós também pensávamos já naquele momento, no presente, naquele tempo nós poderíamos também ir produzindo mudanças na forma de viver, de estabelecer relações amorosas e coisas que, às vezes, parecem bastante banais, mas nós imaginávamos: “poxa, tem tantas coisas que são da propriedade privada hoje e não precisavam ser”.

Por exemplo, dia de chuva como hoje, guarda-chuvas nós só temos para perder e é um objeto incômodo para carregar quando para de chover. Em cada esquina poderia ter, ninguém teria interesse inclusive em levar um guarda-chuva, para de chover tu largas na esquina e segue caminhando, quando começa a chover tu pegas. As bicicletas, claro que tudo é cobrado, mas hoje tem um pouco essa lógica. Mas enfim, nós íamos bem nesse sentido, nós colocávamos sonhos lá no horizonte como utopias, mas também procurávamos no cotidiano ir transformando alguns, mas as questões, as relações do cotidiano, essa ideia, principalmente tão arraigada da propriedade privada, de compartilhar muito, espaços, vida em comum e enfim, nós precisávamos de muito pouco para viver. Na época nem telefone se tinha, bastava um colchão, uma geladeira, um fogão e já era uma casa. Dividia o aluguel entre muitas pessoas.

Mas acho que marcante para contar dessa minha trajetória, especialmente dentro da Psicologia é que na questão de refundar a UNE, nos anos 70, em geral quando as pessoas contam esse período histórico, falam nos anos sessenta, aí a primeira metade dos anos 70, quase não, se pula direto para a anistia, 79, 78 as mobilizações estudantis. Eu sempre acho que há certo vácuo na história que vai de 71, 72, 73 até 77.

Então os anos 70 para mim dividem-se em duas décadas, então esse livro do Joanir - organizado pela Clô, pelo Ivanir e pelo Rafael - eu acho que é importante, porque eles procuram resgatar justamente esse período. De 74, 75, 76 eu participei de vários encontros nacionais de estudantes de Psicologia. Havia estudantes da UFRJ, estudantes da USP, uma das pessoas que participava pela USP era a Veroca, a Vera Paiva, filha do Rubens Paiva, o pai dela foi deputado cassado, desaparecido político, irmã do Marcelo Rubens Paiva que escreveu aquele livro, Feliz Ano Velho, do momento que ele mergulhou, teve um acidente. O pai deles era preso e foi morto pela ditadura e a Veroca era estudante da USP, nós até não nos conhecíamos muito pelo nome. Nós usávamos nomes. Nós fazíamos muitas festas aqui, bailes que nós nem íamos muito, mas para arrecadar fundos para o movimento estudantil.

Havia as festas na Odonto, as festas do CEUE; que víamos como formas de financiar nossas viagens com festas, com eventos culturais e a Reitoria dava uma pequena dotação. Claro que nós não contávamos que íamos fazer viagem, dizíamos que eram viagens de encontros por área. Nesses encontros por área, que era de estudantes de agronomia, faziam estudantes de Psicologia, eu participei muito nesses anos, acho que teve um em 75 no Rio, outro em 76 em São Paulo, 76 também teve um na UNB, que foi durante a SBPC, que era a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Aí a Reitoria nos deu um ônibus e ajuda de custo, nós ficamos em barracas na UNB hospedados e esse momento foi importante. Em 76 na UNB nós discutimos muito uma pauta de refundação da UNE.

Nesses encontros por área nós discutíamos questões relativas à Psicologia, o ensino da Psicologia, mas sempre também a contribuição, a organização de

uma refundação da União Nacional dos Estudantes e de pauta a Anistia, as pautas do movimento político nacional. Acho que o movimento estudantil tinha um papel de destaque, de interlocutor que hoje já não tem mais.

Nessa sequência eu fui delegada para participar do III ENE, que é o terceiro Encontro Nacional de Estudantes que tinha o propósito de refundar a UNE, isso aconteceu em 77, e eu me formei em 78. E no III ENE que aconteceu em Belo Horizonte na Faculdade de Medicina todo mundo, quase todo o mundo que foi, foi preso - antes ou depois. Aqui já tinha enfrentado muitos momentos de repressão, de fugir da polícia. Uma vez nós estávamos distribuindo material estudantil com o fusca de um amigo, e era até nesse prédio onde hoje eu trabalho, onde eram feitas as matrículas, se chamava Ciclo Básico. Acho que nós estávamos fazendo a campanha do Marcos Klassmann, que foi um vereador cassado, e que ainda foi uma tentativa dentro do MDB de participação e o Marcos Klassmann foi cassado e foi cassado também o Glênio Perez, hoje o nome do largo Glênio Perez, isso nos anos 70.

Aí nós estávamos no pátio do estacionamento, depois de ter distribuído muitos panfletos, na época a matrícula não era on-line, era presencial, então tinha filas, era um momento privilegiado, das matrículas da universidade, 'panfletear'.

As pessoas ficavam nas filas, reunia muita gente de cursos diversos e então... Nesse momento, nós entramos no carro depois, olhamos em volta parecia que os "ratos", como nós chamávamos, já tinham desaparecido, que eram os policiais camuflados e aí dois surgiram não se sabe de onde,

nos puxaram para fora do carro e aí começamos, eu não sei como comecei a gritar: “tão me agarrando.” Aí todo mundo, gritei muito, aí eles ficaram meio constrangidos porque as pessoas vieram; então vários colegas foram presos naquele dia e eu e meu amigo, meu colega que era da Agronomia, daí ele disse assim: “ainda bem que tu tinha voz forte”.

E daí aquela noite nem fui dormir em casa, nós só saímos daqui porque tivemos, por incrível que pareça, na época um deputado do MDB lá de São Luiz Gonzaga nós ligamos, e tinha pessoa para ligar, ele veio aqui, nos buscou no carro dele, Porfírio Peixoto, aí fomos dormir na casa dele e ficamos de campana em volta. Mas nesse momento, nós sabíamos que fomos ‘fichados’ e tudo, mas não fomos presos. E lá no III ENE então, eles constituíam, para impedir, sabiam, claro impossível fazer um encontro grande, aonde vão mil estudantes de todo o país, fazer um encontro relativamente clandestino, era evidente. Aí começou a haver barreiras na estrada, começaram a prender pessoas nos ônibus de linha. Teve até a história engraçada de um time de jovens, de jogadores de basquete que foi preso.

Estavam indo para um, enfim, um time esportivo, e os estudantes tinham que se identificar, bastava estar de calça jeans, camiseta e tênis, que era o uniforme da época, para ser preso.

Eu fui um pouco depois e já tinha notícia que as pessoas quando chegavam lá eram presas, que eu tinha estágio então terminei, já estava no 4º ano de Psicologia, eu não sou que nem os estudantes, nosso curso tem uma carga horária pesada, difícil. E eu fui um pouco depois, eu lembro que eu até tive o cuidado: “olha, estão prendendo, parando os ônibus, fazendo barreira, quem é jovem, tem

jeito, explica bem o que está indo fazer em Belo Horizonte é preso.” Eu lembro que eu me vesti com um tailleur, botei um sapatinho de salto, mas quando eu cheguei lá no encontro, consegui ir até a Medicina, cheguei ao local, vi um monte de gente sendo presa, estava com um ar tão... Então eu entrei na Medicina, fui um dos poucos gaúchos que foi preso depois, não na chegada, então eu participei do encontro lá. Até aqui no livro tem fotos das pessoas saindo, um corredor polonês, eles iam invadir, fizemos o encontro, mas decidimos não fundar. O Ivanir estava lá também pela PUC, era do DCE da PUC e muitos alunos de Belo Horizonte conseguiram chegar ao local do encontro. Então se discutiu se faria ou não, se refundaria.

Fez-se uma parte do encontro, se ficou lá dois dias, a polícia cercou o local com cachorros. Toda a cidade estava sabendo, daí ficamos lá, não dava nem mais para levar comida, água. Ficamos confinados lá, não me lembro de quantos, acho uns quatrocentos estudantes. E aí nos levaram para um grande centro rural não sei aonde.

E aí começaram separar as pessoas, entramos em ônibus, o corredor polonês, a gente passava, tem fotos até da gente saindo lá, no livro. Eu sei que Belo Horizonte tem todo um resgate da memória desse momento histórico. Aí começaram lá nesse espaço, bom, os presos no decorrer dos ônibus eram tantos que eles fecharam uma rua na frente da Polícia Federal porque não cabiam todos. Ficaram acho que uns 600, 700, 800 presos na rua, mas aí eles foram fichando um por um. Nós que estávamos no encontro, dois dias depois também ficamos nesse espaço, quem era de Belo Horizonte foi para um lado, quem era de outros estados foi para outro. Começaram a separar por estado, aí cada vez fui ficando num grupo menor. Aí separaram

homens, mulheres, lá pelas tantas me senti tão sozinha naquela multidão, mulheres do Rio Grande do Sul que tinham conseguido chegar ao local do encontro. E ali fui presa, voltei, fui fichada aqui, fui chamada para depor. Foi um episódio desagradável, a família nem sabia que eu tinha ido a Belo Horizonte fazer exatamente o quê.

Mas o que é que eu posso te dizer, foi um momento acho que muito, muito importante na minha vida, acho que na vida do país. Havia também muita leitura, os *cartoons*, a Mafalda para nós era uma coisa muito importante, acho que essa dimensão que nós não tínhamos, tantas contradições materiais com o Sistema, nós nos sentíamos muito aliados ao movimento operário, teve a Greve da Construção Civil, o movimento estudantil teve um apoio ativo, comecei a participar, havia grupos, eu fui da Nova Proposta, era um grupo estudantil aqui da UFRGS depois se aliou nacionalmente com o Centelha, que tinha uma referência forte em Minas.

Esse grupo rachou porque nós discutíamos e daqui a pouco já dava divergência de como conduzir o movimento e se transformou em Peleia e Manifesto. Então Peleia e Centelha a partir de 78 se aliaram. Mas aí eu me formei, terminei o curso e fui tentar encontrar um espaço de trabalho e de militância. Fui lá para Alvorada trabalhar numa assessoria de uma associação de bairro, na FRACAB, que era a Federação e participei bastante da formação do Sindicato dos Psicólogos e depois da Federação Nacional. Então algumas pessoas que eu tinha conhecido no decorrer do movimento estudantil também estavam fundando sindicatos de área, que ainda não existia, aqui o Sindicato tinha já sido fundado, fui da segunda diretoria. Era uma forma também de ter uma participação política pela via sindical. Depois participei da Associação de Docentes da Unisinos, depois daqui da UFRGS.

Que mais eu podia te contar? Casei, tive filhos, o meu namorado na época, até 73, acho que a gente acompanhava muito, não só as questões culturais, mas políticas da América Latina, muitas das pessoas que foram para o exílio ou presas, ou desaparecidos, alguns foram para Chile ou para a Argentina. E eu lembro que eu estava no Diretório Acadêmico, ali no bar da Filosofia, que era ali no Campus Central quando, acho que de manhã alguém disse: “olha, teve o golpe no Chile”.

Era 11 de setembro, que é a data que a gente pensa mais nas torres gêmeas, mas também é o dia 11 de Setembro o golpe no Chile, em 1973, também está fazendo 40 anos. Eu já tinha estudado um ano na universidade, já estava na Psicologia, mas o ‘zumzumzum’ que deu entre os estudantes mais velhos ou que já tinham entrado em 70, 69 tinham convivido com a geração ou que foram presos e que estavam saindo da prisão, foi assim, todo mundo desapareceu, com medo ou receio, tinha muita polícia. E preocupadíssimo com os brasileiros, os colegas que estavam lá no Chile. Porque o Chile do Allende foi um lugar que, para quem tinha que partir para o exílio, era um local privilegiado.



Figura 4 – Em 11 de setembro de 1973, Chile
Fonte: Últimos Segundos (2013)

O golpe no Chile do Pinochet foi em 73, o golpe na Argentina foi em 76 e as quarteladas da América Latina; aqui foi em 64.

Então em 73 eu lembro como foi forte para mim a sensação de que o que nós fazíamos era muito perigoso, e eu dimensionei de uma maneira do pavor que causou e da enorme preocupação do que estava acontecendo no Chile, o que representava; que retrocesso era esse? Acho que foi um momento histórico que repercutiu muito para mim, com muita intensidade.

Eu acho que tive uma dimensão do que é uma participação política, as repercussões, os efeitos que isso tinha e então nós começamos a ler muito autores argentinos, psicanalistas, grupo Movimento. Questionamos as revistas, algumas pessoas que tinham ido fazer formação psicanalítica na Argentina e tinham uma participação política, voltavam. Constituímos grupos de estudos, aí comecei a estudar psicanálise também, conheci esse viés que tinha uma articulação entre a psicanálise e política.

Bom, meu namorado, que eu comecei a namorar um pouco depois, na época era meu amigo participante, o Raul tinha sido do DCE Livre, tinha ficado preso, saiu da cadeia e voltou, ficou na Ilha das Pedras Brancas. Ele voltou para cursar História e Economia que eram os dois cursos que ele tinha largado, foi preso, primeiro foi para São Paulo ficou escondido, apostou de não ir para o exílio, aí foi preso, ficou, na OBAN, em São Paulo e aqui na Ilha quase dois anos. Antes ficou clandestino também, um bom tempo em São Paulo com outro nome, até que apostou que não precisava ir para o exílio como tantos amigos e colegas foram, então... Eu tive na época, hoje, enfim, o povo, uma série de funções e lugares, mas na época era um presidente do DCE que tinha sido como todos: nunca participou da luta armada,

mas participou ativamente de um grupo que era o MUC, Movimento Universidade Livre, ligado ao POC, que são siglas dos anos 60, do fim dos anos 60. Então ele saiu daqui em 70 e retomou o curso de História. Tinha que refazer cadeiras, conseguiu retomar a vaga dele, tinha prestado vestibular, mas entrou com todo um processo e conseguiu.

Quando finalmente ele foi julgado em 73 num Tribunal Militar foi condenado a três meses por fazer tentativa de organização de partido clandestino, coisa do gênero. Daí foi condenado, tinha todas as confissões tiradas, tortura e tudo o mais, a três meses. Então ele já saiu logo em 73 ficou preso quase dois anos e a condenação mesmo, naquelas condições adversas, espúrias daquele julgamento, num Tribunal Militar, ainda o condenaram a três meses, então ele já tinha cumprido quase o triplo, mais que isso.

Bom, então eu digo, olha às vezes me perguntam: como é que é estar casada com um homem público? Eu digo: “olha, um pouco difícil.” Eu o conheci no tempo que ele se escondia. E nesse dia do golpe no Chile em 73, nós ainda não éramos namorados, nós estávamos caminhando juntos, acho que indo almoçar no RU e isso aconteceu outras vezes, de repente ele desaparecia.

Ele: “não, não porque eu vi um...” Tinha muito medo de ser preso de novo, então quando via um ‘rato’; ou às vezes a gente escondia livros na casa de alguém. Até há pouco tempo alguém nos devolveu uma sacola, depois de 20 anos. A biblioteca dele, quando foi preso, tudo desapareceu objetos, bens. Então eu acho que tem essa questão, depois também nós temos duas filhas, um neto e foi um momento de ter ido lá à Ilha com elas, visitar, mostrar onde o pai esteve preso, até como contar para os filhos essa dimensão, porque desde quando são pequenos não é muito fácil tu

dares essa dimensão. Mas para resumir e encerrar, eu acho que se eu for pensar, eu estou com sessenta anos, não é sempre que eu revelo a minha idade e quando eu penso nessa história, nessa vivência, eu penso que vivi minha juventude com muita intensidade, foi muito bom e eu acho que foi um momento histórico difícil, mas foi um privilégio ter compartilhado com tantas pessoas, que todas, eu acho engraçado, mas todo mundo virou gente importante. Que engraçado. Esses dias eu encontrei o Cesar Labaresco que foi presidente do DCE, hoje é um dos principais assessores da Dilma. Esses dias, eu o encontrei aqui pela universidade, está fazendo doutorado. “O quê? Tu voltaste a ser estudante, não tem cura?”

Eu penso que as instituições são importantes, de alguma forma, apesar de nós transbordarmos completamente o espaço institucional, no caso da minha experiência na Universidade. Nós íamos para a rua, nós procurávamos ocupar espaços e muitas coisas mudaram e se transformaram. Uma das reivindicações dos anos 60, da Reforma Agrária, as reformas de base ainda no tempo do João Goulart. Não era ele propriamente, mas os movimentos sociais tinham reivindicações que chamavam as reformas de base, algumas aconteceram, outras nem tanto.

A Reforma Agrária é uma que está por ser feita, então a questão da terra no Brasil é de um atraso que a gente pode dizer quase do tempo feudal. A reforma na universidade; acho que aconteceu nesses últimos anos, se ampliou muito o número de vagas na universidade pública.

O PROUNI, o REUNI ampliou o número de professores, os concursos públicos, mas se tu fores pensar, por exemplo, as cotas como acesso à universidade para a juventude.

Mas espaços sociais para a juventude não são muitos e não se ampliou muito, então eu diria algo que nós falávamos muito sobre a juventude: a importância de a juventude ter espaços de participação cultural.

Eu acho que há investimentos em termos de pontos de cultura, do ingresso de pessoas em cursos técnicos. Mas o sistema prisional ficou praticamente intocado e essa é a forma que se tem ainda para lidar com o que hoje nós chamamos da violência. Então a violência toma outro caráter, mas a violência policial; eu acho que esses anos da Ditadura deixaram muitas marcas em determinadas instituições. O Exército - eu acho que tu não podes tomá-lo como uma instituição única. Isso eu até penso, o Freud nos ajuda a pensar desde a psicologia das massas. Ele fala do Exército e da Igreja, então eu acho que alguns espaços institucionais surgiram, mas outros que deveriam supostamente, tanto espaços de trabalho para a juventude, de estudo, de participação política e social, acho que a gente ainda tá engatinhando.

São esses elementos, essas dimensões que vão poder... Claro, hoje nós temos a questão avassaladora das drogas, mas não pode explicar por ela exclusivamente o que acontece. Dentro daquilo que nós chamamos da violência da sociedade.

Então o aparato repressivo, policial, eu acho que está muito, muito marcado. É um longo caminho refazer, reconstituir um espaço onde haja um pacto social em torno de que determinadas leis, regras as pessoas precisam cumprir, mas são tão desiguais ainda em relação a algum tipo de crime, como se dizia, de colarinho branco e outros.

A própria legislação, a gente fala muito das drogas e eu acho que às vezes excessivamente explicando tudo em relação à violência, quase sinônimos, eu acho que não. Então eu acho que é uma área importante, o campo. Acho que a Psicologia tem algo aí a contribuir nesse espaço da questão jurídica da juventude, que não significa simplesmente tirar a liberdade, colocar em espaços trancados, trancafiados, essas pessoas que tem cometido um delito.

Acho que tem muito, muito a ser feito e penso que uma contribuição dentro do campo da Psicologia, do Judiciário, da Educação, eu acho que se fez pouco e uma área que ficou... O Exército também não deveria tomar, hoje quando se fala na Comissão da Verdade, acho que é importante, tem uma psicanalista Maria Rita Kehl, eu participo da APPOA, Associação Psicanalítica de Porto Alegre, foi fundada há 22 anos e a Maria Rita apesar dela estar em São Paulo, ela é membro da APPOA também, e é da Comissão da Verdade. Uma das questões que a Comissão, tem Comissões Regionais, mas estou falando da Comissão Nacional, acho que tem como tarefa e quando coloca, temos que revisar, essa anistia foi muito unilateral, a maneira como ela foi proposta, não dá para esquecer.

A memória é importante, constituir essa memória, quantas coisas vêm agora à tona, o caso Herzog gaúcho que olhando documentos, estudantes da História descobriram esse ano, ano passado uma coisa atroz, o enforcamento de alguém de joelhos. Coisas desse tipo se vivem. E quando eles falam, o Exército parece que toma para si como um todo, como instituição, uma defesa. Talvez não devesse, não dá para dizer que a instituição como um todo teve, muitos foram cassados, banidos ou transferidos, mas lá para o fim do mundo. Mas como é interessante, o Exército se comporta numa coisa defensiva como se fosse uma unidade.

Acho que sim, a Ditadura cometeu crimes, delitos, isso tem que ser devidamente revisto, repensado. Essa violência ela repercute no imaginário social.

E agora está se fazendo muitos filmes, debates, a imprensa está cobrindo 40 anos depois. De certa forma a experiência na Alemanha nos faz pensar, às vezes se fala o que foi o Nazismo. Quantos anos depois alguns grupos terroristas, chamados assim como *Baader-Meinhof* na Alemanha são, de alguma forma, filhos de pais, acho que não explica o todo, que foram completamente omissos durante o nazismo. Não que eles não soubessem; não que tenham colaborado necessariamente, mas até uma neutralidade, uma omissão num período de tanta violência tem repercussão e é como se isso se transmitisse de uma forma onde os filhos tomam uma radicalidade, já nos anos 60 dentro dos movimentos sociais.

Então acho que a questão da pobreza explica muita coisa, mas não só. Acho que tem um dado, países onde a disparidade entre, não sei bem o nome em economia disso, da renda mais alta e da renda mais baixa é muito acentuada é onde a violência é maior. Países onde há muita pobreza, mas a renda mais alta e a renda mais baixa não tem uma proporção maior do que dez, de um para dez, nessa escala. Como se não fosse tão ostensiva a riqueza, o esbanjamento, a violência. A pobreza como um dado isolado explica em parte, mas não exclusivamente a desigualdade social que é enorme no Brasil.

Então acho que é um país muito desigual. Acho que é um dado importante nessa dimensão da questão da violência.

O desemprego que eu acho que é uma coisa que teve uma mudança. O golpe de 64 tentou criar uma ideia de milagre econômico até 73, quando ele não se sustenta mais em cima desse discurso. Mas foi o que tentou, foi a violência, mas foi uma enorme propaganda oficial pela imprensa do milagre econômico que em 73 atingia o seu auge, a Copa do Mundo. Não sei se a gente não está revivendo algumas coisas, tudo pela Copa do Mundo.

A Copa do Mundo de 70 obscureceu todos os gritos dos presos que estavam presos, torturados. Acho que agora é que está se recuperando um pouco essa história.

Já que temos a Copa, é bom lembrar aquela Copa de 70 e que ela, claro futebol é algo importante, não vou retirar essa importância, mas foi certo superdimensionamento para também alavancar uma ideia de milagre econômico num país em que está tudo bem... Logo depois, 74,75, a ditadura teve que também procurar enrijecer, mas aí houve um movimento social nas ruas reivindicando, apoiando muitas lutas sindicais de melhores salários e o problema do desemprego, o direito a sindicalização que era muito vedado. E aí também eu participei da fundação da CUT, já formada, como delegada também, quando a CUT era para ser a central única dos trabalhadores, depois, hoje tem vários, mas em 80, 81 eu não lembro bem agora, a fundação da CUT. Tiveram vários encontros prévios a fundação da CUT que também foi bem cerceada e ali também teve muita perseguição política. Eu lembro que eu tive muito medo de ir, eu já era primária já tinha sido presa. Alguma outra pergunta?

Entrevista ocorrida no dia: 11/06/2013

Local: Instituto de Psicologia da UFRGS

Entrevistador(a): Samantha Torres

REFERÊNCIAS

EDITORA LIBRETOS. **Abaixo a Repressão:** Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas. Disponível em: <www.libretos.com.br> Acesso em 19 de dezembro de 2013.

FOLHAPRESS. **50 anos do golpe de 64.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=655611834489780&set=pb.633040626746901.-2207520000.1389045508.&type=3&theater>> Acesso em 21 de dezembro de 2013.

HISTORIOSIDADES. **Ditadura Militar Brasileira.** 2013. Disponível em: <<http://historiosidades.blogspot.com.br/2013/04/ai-5-ditadura-militar-brasileira.html>> Acesso em 21 de dezembro de 2013.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Chile relembra 40 anos do golpe militar em meio à resgate do legado de Allende.** 2013. Disponível em: <www.ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2013-09-11/chile-relembra-40-anos-do-golpe-militar-em-meio-a-resgate-do-legado-de-allende.html> Acesso em 19 de dezembro de 2013.



**MARIA LUIZA
CASTILHOS FLORES
CRUZ**

**“Assim, nos
demos conta
que toda família
tinha sido
reprimida”**



Maria Luiza Castilhos Flores Cruz, nascida em 1955 viveu sua juventude em Rosário do Sul, na fronteira-oeste do Rio Grande do Sul, local em que seu pai exerceu a vida política até sua cassação. Formada em psicologia pela PUCRS no ano de 1979, trabalha na rede municipal de saúde em Porto Alegre onde reside até o momento. Lançou o livro “Elvis, Che, meu Pai e o Golpe de 64” pela Ed. Libretos, em 2008, relatando as memórias da família no período da ditadura.

Quando teve essa chamada para quem quisesse apresentar alguma experiência, alguma vivência direta ou indireta da situação da ditadura que vivemos no Brasil, meu primeiro impulso foi assim: eu tenho que ir, porque os espaços estão começando a surgir agora para nós falarmos, relatarmos, trocarmos ideias, para vermos como isso repercute sobre as pessoas. Eu digo “tenho que fazer” porque nós não temos vontade de falar sobre isso. Melhorou muito depois que tive a experiência que eu quero dividir com vocês. Refiro-me ao fato que envolveu meu pai: uma pessoa comum que morava no interior; um político da fronteira oeste, de Rosário do Sul.

Era uma pessoa atuante, bastante popular, vereador, mas sem grandes expressões fora da região. Muito inteligente e culto. Bem quisto, apesar das questões políticas da época. Ele foi preso duas vezes por ser liderança do PTB, tido, igual a vários outros, como “um comunista”.

Na época, era só não estar gostando da intervenção militar e pactuar com ideais de cunho mais social que se era taxado de comunista.

Conforme o governo da época anunciava a reforma agrária e demonstrava preocupação com a desigualdade social, a reação de perseguição se agravava. Meu pai esteve duas vezes preso, nos anos de 64 e 65, e nós ficamos longos anos sem conseguir falar sobre o que havia se passado nesse período, depois que ele retornou da prisão. Essa foi a época mais suave, o início de todo esse processo da ditadura. Olhando agora, parecia com o Exército de Brancaleone, uma coisa gozada, tudo feito de forma meio cômica, meio primária. Na época, a gente não achava graça nenhuma. A experiência que quero relatar é a do meu pai e da família que ficou anos sem conseguir falar sobre o assunto.

Simplesmente, quando retornou das prisões, ele não conseguia falar. Começava, falava alguma coisa e se emocionava e nós nos emocionávamos também. Nós não nos autorizávamos a falar mais.

Então, na minha cabeça eu imaginava mil coisas. Será que foi torturado? O que será que aconteceu? Até que em 89 eu fiz parte da organização de um congresso de psicanálise e marxismo (o III congresso) que foi organizado aqui por Porto Alegre com representação de vários outros estados do Brasil. Esse evento foi feito através de convênio entre a Universidade de Havana e o Sindicato dos Psicólogos, apoiado por várias entidades da psicologia. Fui então a Cuba, ainda no começo da abertura de Cuba para o turismo, lá conheci a Cecília Coimbra que iniciava o trabalho do *Tortura Nunca Mais*. Ouvei seu relato sobre as

entrevistas que estavam fazendo com o pessoal que havia sido torturado, uma coisa informal, num bar em Varadero. Achei muito legal, mas fiquei pensando que nada tinha a ver comigo, entendeu?

Era o início desse trabalho. Acho que foi o primeiro trabalho em que ouvi falar sobre esse processo, que considerava os “estragos emocionais” da ditadura e da contribuição da psicologia nesse sentido. Aí ela disse, lá pelas tantas, que era impressionante como havia dificuldade para as pessoas prestarem depoimentos ou relatos da família, mesmo não sendo os que sofreram diretamente da experiência porque havia quase um pacto de silêncio, ninguém queria falar no assunto. E quando ela falou nisso foi aquele... “tóin”... Sim!

Epa, mas isso também acontece com a minha família! E daí eu comecei a pensar que também estava implicada naquilo tudo, porque até então era só o meu pai. Uma experiência do meu pai. Assim, nos demos conta que toda a família tinha sido reprimida.

Que a repressão vai além do indivíduo é uma coisa óbvia. Mas tu consegues achar óbvio quando tu lês, quando a coisa está em um plano mais teórico. Quando se passa para o plano vivencial, a tendência é a gente ter dificuldades de se visualizar na experiência. Bem, então aquela foi a primeira vez que o tema mexeu realmente comigo. Se os outros sentem o mesmo que nós diante dessa experiência, talvez nossos sentimentos não sejam uma experiência tão particular, pensei eu. Mesmo assim, ainda não foi aí que aconteceu a consciência, eu comecei apenas a ficar mais curiosa, a querer retomar o assunto adormecido.

O que mexeu mais profundamente com a família foi ver um filme do Costa-Gavras sobre Sacco e Vanzetti. Um filme que falava da experiência deles de repressão, a reação do público foi de aplaudir em pé ao final. Foi engraçado porque foi toda a família, naquele dia, que quis ver esse filme.



Figura 7 - Imagem Ilustrativa

Fonte: GRAVATV24HORAS, 2011.

Nós não falávamos algumas coisas entre nós, mas tinham determinados assuntos que nos interessavam e reagíamos coletivamente. Aqui no Brasil também teve um filme que mexeu conosco: o *Pra Frente Brasil*, saiu todo mundo chorando do cinema, sem falar nada. Mas esse, do Costa-Gavras, o que mexeu foi que, quando terminou o filme,

muito emocionante, primeiro ficou aquele silêncio, depois as pessoas começaram a se levantar e bater palmas.

Ficamos impressionados, começamos a chorar com a reação das pessoas, porque daí nós nos demos conta que a coisa tinha terminado, tinha terminado quanto a fazer parte daqueles que não eram bem-vindos, que pensavam de uma maneira diferente ou que não eram valorizados: essa coisa de sair do oprimido, da vivência do oprimido. A história se mostrando do nosso lado e confirmando algumas coisas que nós vivemos de injustiça, da distorção que ocorreu. Eu estou dizendo isso porque foi assim que comecei esse longo processo de me dar conta do que havíamos sofrido.

Nesse meio tempo, meu pai foi adoecendo. Ele teve uma doença crônica degenerativa e sempre quando falava na doença dele, (uma esclerose lateral amiotrófica), ele defendia a teoria de que essa doença tinha sido desencadeada por todos esses processos das prisões, ele foi – eu me esqueci de dizer – expurgado de um cargo de professor numa escola pública, cassado por dez anos. E então, sofreu uma marca muito grande, principalmente no interior do estado, onde as pessoas ficam nitidamente posicionadas. No interior, tudo fica muito às claras; tu és contra, tu és a favor, tu és querido, tu não és, tu és amigo ou inimigo, ainda mais naquela época quando tudo era assim, muito partido. Aquele dualismo todo que tinha. Desse modo, nós vimos a extensão do sofrimento dele, porque ele atribuía a doença também a essa situação, ele foi perdendo os movimentos.

A parte motora vai sendo atingida e ele passou a ter dificuldade em caminhar, movimentar os braços, e foi indo, foi indo, até que num último estágio, ele só movimentava a cabeça e falava baixinho. No mínimo, era de novo a vida colocando-o numa situação de impotência, de interdição. De novo! E aí nós nos mobilizamos enquanto família! Ao

mesmo tempo, eu fui me dando conta que a história viva é uma coisa superimportante.

Então, estimulada por todo esse contexto, toda essa questão afetiva, social e política, acabei escrevendo um livro.

Uma brincadeira com um amigo desencadeou tudo: “vamos escrever uma história a quatro mãos?” Ele demorou em mandar a história dele e eu sentei no computador um dia, meus filhos viajando, aquela fase em que começa a sobrar tempo, e aí comecei a pensar em começar a escrever. Eu vou escrever. Mas sobre o que eu vou escrever? Não, quem tem que escrever alguma coisa é o meu pai, pensei. Ele tem que contar a história dele, pois está envelhecendo, os netos precisam saber o que ele viveu! Isso foi em 2008. Pois é, mas ele não consegue nem falar, ele chora, se emociona. Quem sabe então eu relato o que me recordo, porque eu tinha nove anos na época.

Eu tinha uma coisa “traumática” daquele período, que é o seguinte: eu planejei ter um baile nos meus dez anos de idade. E o meu pai foi preso primeiro em 64, e depois em 65, no mês dos meus dez anos. Ele não chegava e nós não sabíamos aonde ele estava. Toda aquela história sobre aviões, navios americanos aqui, o boato sobre terem colocado os presos políticos numa ilha em Porto Alegre: “que vão atirar na água, afogar, vão não sei o quê”.

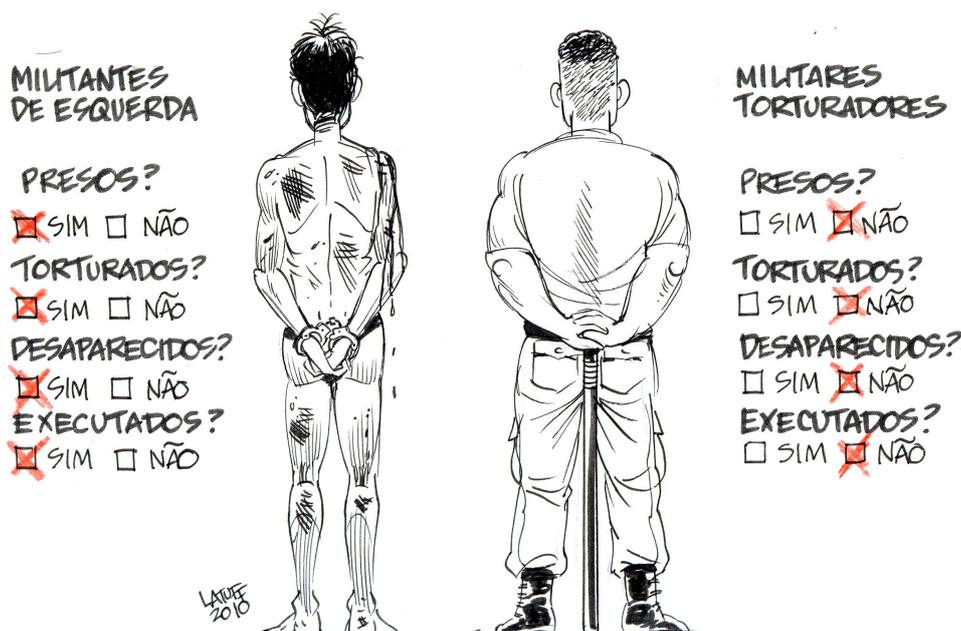


Figura 8 – Charge ilustrativa
 Fonte: Latuff, 2013.

Todas aquelas coisas que se ouvia: “vão fuzilar!” Mas o meu trauma, a princípio, com nove anos era: como é que eu não ia ter minha festa de dez anos, por que exatamente naquele momento tinha que estar acontecendo aquilo tudo com a nossa família? O meu pai fora de casa e a insegurança e incerteza. Então, quando esse amigo provocou isso de escrever, eu pensei em contar o que lembrava, mesmo que na lógica infantil. E comecei a contar, mas fiquei impressionada.

Foi como se tivesse entrado em um túnel do tempo, em um cinema antigo, porque eu não sabia que lembrava de tanta coisa. Veio assim aquilo tudo, num turbilhão. Começou e eu não conseguia parar, ao mesmo tempo ia me dando conta de todas as faltas de informação, de coisas que eu achava que não poderiam ser reais. “Mas esse tempo, como é que era mesmo? Depois disso, o que aconteceu?”

Isso provocou que nós conversássemos entre família, com a ideia de registrar aquela história para ficar para os netos, para ficar para a família ter um registro dele, dessa história. Então foi o que nós fizemos e isto foi fazendo meu pai se motivar para contar. De fato, ele não sofreu torturas físicas, mas toda a tortura emocional, todo o impacto disso na vida dele, da falta de liberdade, da marca disso. Do reflexo em nós também!

Nós somos três filhas, três mulheres. Fizemos um livro caseiro, com os recursos do computador. A irmã mais moça, que na época do golpe tinha uns dois anos, pouco lembrava, mas leu e achou que estava tão bom que não podia ficar em casa. Bom em termos de ser uma narrativa rica. E acabou mandando para uma editora, a Libretos, que então resolveu publicar. Esse livro conta como era, num cotidiano comum, de pessoas comuns, que ousaram pensar coisas diferentes e fazer uma oposição, uma resistência na cidade. Foi muito significativa a atuação do meu pai e de um grupo de pessoas que foram presas. Um grupo que era de vereadores. Houve outras pessoas que passaram por esse processo lá, as pessoas que cito no livro estavam na militância política, na linha executiva da política no partido do PTB e outros partidos da coligação tida como esquerda. Isto acabou dando não só em um relato do que aconteceu conosco, mas dos costumes e comportamentos da época, contado por uma criança, do olhar de uma criança!

Há medida em que fui escrevendo, o meu pai começou a se animar e a minha mãe seguiu esse processo. De um jeito engraçado até, ele conseguiu contar coisas que eu não sabia; fatos que eu não concatenava, mas ao mesmo tempo foi confirmando que aquelas memórias que eu tinha eram muito reais. Não tinha distorções! Aquilo era verdadeiro mesmo.

E assim foi se desenvolvendo esse processo de conseguir trabalhar, do ponto de vista emocional, psicológico, com a situação passada; foi uma espécie de elaboração, de reconhecimento. Infelizmente foi feito pela família. O que eu gostaria é que tivesse sido feito pelo Estado! O reconhecimento, aquela tentativa de reparação, que não se repara.

Mas principalmente o reconhecimento, porque ele (meu pai) foi publicamente cortado da participação na vida pública. Eu lembro até hoje de quando saiu o nome dele no Jornal Nacional, em meio a vários outros nomes, sendo cassado. Era uma coisa, um misto de humilhação e ao mesmo tempo nós tínhamos uma noção de que ele estava certo: bom, nós sabíamos que aquilo que fizeram com ele era desonesto, mas tu queres o reconhecimento das demais pessoas! Então eu queria muito que tivesse havido um reconhecimento público. Quem acabou fazendo isso, no fim, quase sem querer, sem muito planejamento, foi a família através desse livro, porque eu escrevi, trouxe muitas das minhas memórias, mas ele foi um processo supercoletivo.

Coisas no livro que eu dizia: “mãe, eu não me lembro direito como foi aquilo, que história foi aquela”, algumas coisas ela não lembrava. Ela começou a se lembrar mesmo, depois que o livro foi editado e lançado. Parece que daí ela se autorizou e começou a lembrar. Eu disse: “mãe, vou ter que fazer outra edição, cheia de situações muito interessantes também”. Ela se lembrava do outro lado, das pessoas que também ficaram muito pressionadas por terem que se posicionar a favor da “revolução”, quando nem queriam se envolver, mas era uma coisa que ou tu eras contra ou eras a favor. Então, este livro conta da nossa vivência de casa. Acho que essa memória infantil como protagonista,

praticamente narradora do livro, foi interessante, e registra coisas dos acontecimentos na cidade.

A gente fez o lançamento em 2008 e o meu pai faleceu há dois anos. Não pode acompanhar o lançamento em todos os lugares por causa do problema da doença. Mas lá em Rosário, onde ele continuou morando, nós lançamos o livro e foi muito legal para ele, porque pessoas que na época eram da situação, da famosa ARENA, UDN; aqueles dos partidos da “revolução”, estavam presentes; então foi uma coisa que, de certa forma, a família conseguiu realizar, mas principalmente foi um processo, uma catarse coletiva e uma coisa que nós conseguimos sozinhos. O ato de contar foi a primeira grande etapa no sentido de lidarmos melhor com a situação, foi bom poder falar, e o que eu acho admirável é que saiu da experiência individual.



Figura 9 – Livro escrito pela entrevistada Maria Luiza Castilhos. Título: Elvis, Che, Meu pai e o golpe de 64.

Fonte: Libretos (2008).

Eu vi, frequentemente, em todos os lugares onde teve lançamento, que as pessoas liam e me mandavam muitos retornos, e-mails, pronunciamentos; ligações.

Foi algo muito interessante, elas traziam uma coisa de “mas como é que eu não vi isso acontecer? Nossa, eu lembro que falavam alguma coisa, mas eu não vi tudo isso acontecer”, então, era a repressão coletiva. O quanto a ditadura conseguiu, nesse sentido fazer um bloqueio em toda uma geração.

E a que ponto! É como se fosse assim: “tem lá no fundo do baú umas lembrancinhas meio nebulosas” e começaram a reconhecer e identificar como é que tinha sido a ditadura na vida de todos. Esse processo foi muito legal, porque daí eu comecei a ver que não tinha nada de particular. E o livro, nesse sentido, foi um processo diferenciado. Tem fotos nossas, um processo meio caro e trabalhoso, meio sem querer. Não era uma ambição fazer um livro, mas sim proporcionar para o meu pai a possibilidade de ver que tudo isso estava sendo percebido, que tudo que ele passou não foi à toa, não foi em vão; foi importante, válido e que fica na nossa história, e que ele foi uma pessoa que fez a sua parte na luta pela democracia, para o processo democrático ser preservado nesse país. Por tudo isso, eu não sei muito bem o que falar sobre os efeitos da ditadura, porque durante muitos anos nós detestávamos política lá em casa. Embora tivesse, contraditoriamente, certa sedução pela política.

Sempre foi meio assim: algo que tu reconheces o poder e ao mesmo tempo teme. Assim como a função do Estado. Pra mim, que sou funcionária pública hoje, o Estado era uma coisa temerosa. Eu tive que tratar do processo da reintegração do meu pai ao cargo de professor como funcionário público, quando os governos começaram a abrir esse processo de admitir os erros. Eu tive que ir à Secretaria de Administração do Estado e lembro que ao chegar perto de alguém que tinha um cargo de poder e estava tratando da reintegração do meu pai, restituindo

a renda funcional como professor - o que era uma coisa boa, porque ele estava doente, precisando de que a vida, a carreira dele fosse reconhecida - dava medo, porque era muito poderoso.

Eu me lembro do choque de ter visto - isso eu relato também nesse livro - ele (o funcionário) mostrando vários processos de pessoas que estavam sendo procuradas e daí ele apontava e dizia assim: “ó, esse aqui se matou, esse aqui ninguém sabe, sumiu”. E eu olhava aquilo ali e pensava: “nossa! A vida de um monte de gente, feito pasta de papéis!”.

Quando tivemos o nosso pai de volta, ele pode continuar a vida dele, porque era advogado, trabalhando como autônomo. Imagina quem “sumiu”, quem perdeu trabalho, quem perdeu a sanidade? E não só mentalmente falando, fisicamente também. Esse é um processo do qual eu poderia ficar falando horas porque parece que nunca termina...

O livro reflete na capa, essa coisa caseira que foi, porque essa aqui é a nossa família. A nossa família! Era uma foto da nossa família, que nós tínhamos. A minha irmã, que é mais dotada em recursos tecnológicos, fez uma montagem e a editora acabou integrando tudo como a gente tinha planejado. Entre nós estão sentados o Elvis e o Che, porque o nome do livro é “Elvis, Che, Meu Pai e o Golpe de 64”. É que o “mote”; vou dizer assim, como eu pude contar, foi que na época eu tinha dois ídolos: era o Che Guevara e o Elvis Presley. É completamente oposto, ideologicamente falando. Um menino bonzinho americano e o outro, um cara que vinha sendo criticado, perseguido.

Bom, os dois eram ídolos. Mas eu vivia nessa divisão, que eu acho muito emblemática porque, como criança, por um lado, odiei aquele negócio do golpe. Eu admirei o meu pai ter feito tudo aquilo, mas o odiei ao mesmo tempo. Por que ele tinha que complicar a nossa vida? Era bem mais simples se ficasse todo mundo do lado da “revolução”, pois eu via todas as benesses, como criança, que as pessoas tinham quando ficavam ao lado do poder, dos militares. Tudo era militar, o diretor de colégio era um militar, não sei o que era militar, o bom partido era ser militar, aquelas coisas todas que a gente viu. E nós naquela coisa: sendo olhados criticamente.

No colégio, sofria algumas discriminações deste tipo: brincando de roda, ia dar as mãos e chegava alguém dizendo “não, não dou a mão pra filha de comunista”. Essas coisas que as crianças escancaram.

Eu conto dos meus amores, e é óbvio que é bem edípico o livro, antes que alguém fique apontando (risos), porque aí eram os meus ídolos. Meu pai, Elvis e Che. E aquilo também era um registro bem do período! Há fotos da família, cópias de documentos como, por exemplo, o documento oficial que depois da medida de abertura o SNI mandava. O Ministério manda para ver o que constava no registro. Várias coisas que não eram verdadeiras, outras sim. Agora estou muito curiosa para ver o que encontro no DOPS. Porque o meu pai não sabe onde ficou o registro que ele fez de memória.

Ele tinha tanta consciência que isso tudo ia ser muito importante, significativo, que quando foi interrogado, por mais de uma vez pelo DOPS – ele esteve aqui preso aqui em Porto Alegre – registrou de memória o interrogatório a que foi submetido. E eu estou louca para ter acesso

agora aos arquivos, para ver um pouco disso também. Dá uma sede da gente ver tudo. Não sei se consegui fazer um relato muito coerente, mas tem cópia desse material oficial recebido, com data, do que constava na ficha dele, muito resumido, nós sabemos que eles selecionavam algumas coisas.

De qualquer maneira, este é um registro conquistado nessa experiência familiar, e cheio também de coisas irônicas. Eu acho que esta forma engraçada de contar me ajudou, lançar mão desses recursos (mais maníacos) para poder falar.

Até porque havia coisas muito ridículas mesmo. Eu tive um tio na minha família que foi trabalhar no Serviço Secreto! Era no DOPS mesmo! Eles tinham escritórios disfarçados, eram espões. E esse meu tio não tinha noção ideológica nenhuma do que isto significava; foi um emprego que ele conseguiu, ele não se dava conta do que estava fazendo. Contrataram-no porque desenhava muito bem. E faziam-no desenhar o Che Guevara sem barba, com barba, cabelo repartido no meio, não sei o quê, o Fidel também. No fim, chega a ser meio cômico.

Quanto ao livro; tem gente que diz assim: “dá para chorar e dá para rir”. Tem quem mais ri do que chora. Havia uma primariedade no início do golpe, depois foi ficando mais profissional. Eles foram se sofisticando, mas eu acho, e algumas pessoas disseram, que gostaram de eu poder ter contado assim, porque é uma crítica, na verdade, que funciona: ridicularizar. Talvez para poder contar, mas que eram ridículas algumas coisas, eram mesmo. E até hoje são. É isso. Não sei o que mais vocês acham que poderia ser importante.

Agora eu consigo falar sem me emocionar demais, mas era também difícil para mim contar. Tu vês quantos anos nós precisamos, e isso que não houve uma coisa tão terrível, tão derradeira, fatal, porque teve gente que morreu; gente que ficou com danos, sequelas no seu corpo pelas torturas; muito claras; muito evidentes. Mas quanto tempo nós precisamos para falar disso?

Nós fomos falar em 2008, nós estamos falando de 1964, 65. O máximo que nós fazíamos era ter do meu pai pequenos relatos. Daí ele chorava e ficava aquele silêncio pesado, sabe? E como psicóloga, eu trabalho na saúde pública, vejo assim: não tem nada de diferente de qualquer outro ato de violência. Eu vejo as pessoas contando dos abusos sexuais, do que passaram, e dá para me identificar muito com tudo. Como eu vivi e como vi o que minha família viveu. A minha mãe detestava a cidade! O bom disso (a gente está sempre brincando um pouco) é que agora ela diz: “depois do teu livro, gosto da cidade e não quero mais ir embora.” Porque ela se sentia tão pouco considerada que aí resgatou seu lugar na cidade, por ter obtido certo reconhecimento.

Sobre a influência da ditadura no processo de subjetivação, acho que em primeiro lugar é na relação com a política que nós sofremos até hoje a consequência disso. Sou de uma geração que agora vem começando a descobrir a política, não com aquele significado de uma coisa pesada, velha, sem espaço para muitas coisas individuais. Aquele peso pelo foco do que coletivamente as pessoas são empurradas a fazer; coisas que, a princípio, parece que eticamente, individualmente, não seriam estimuladas a fazer ou não fariam, eu não sei. Mas eu acho que tem a política como algo que é importante, não adianta a criticarmos pelo modo como ela foi feita, ao que ela serviu, mas tirarmos dela o que ela tem: que é o poder! Nossa mãe! A gente pode fazer tanto.

Agora mesmo, em Porto Alegre, nós vemos nas coisas micros, no cotidiano, o processo das passagens que os estudantes conseguiram reverter. Isso é ótimo, porque teve um tempo que a juventude não queria saber de nada de mobilização coletiva.

O coletivo também, o significado do coletivo: “fazer as coisas coletivamente é só para encrenca, não dá certo e tu és castigada sempre. Sempre vai te dar mal, vai ser perseguida, vai arranjar inimigos.” O conflito sempre vai dar errado? Não tem coisa positiva no conflito? Então foram vários conceitos, valores e coisas que eu acho que fomos incorporando, fruto dessa experiência do “não pode ser assim”, “não pode fazer isso”, sem nos darmos conta. As pessoas não gostavam de política, não queriam falar sobre política, não queriam militar. Eu não gosto muito da palavra agora, por causa da herança militar, mas quer dizer, fazer, ter vida política, exercitar a vida política.

Por isso a descrença nas instituições também, nas nossas instituições que ainda são muito carregadas dessa função onipresente, onipotente da coisa, autoritária. E as nossas instituições todas têm essa herança.

Então, o indivíduo se relacionar com o coletivo foi uma coisa muito pesada. “O que eu sozinho posso fazer?” “E como eu posso ser contra algo que está na ordem do dia? Predominando coletivamente?” “Assim eu não posso”. Típico exercício da submissão. “Aonde a massa vai eu tenho que ir?” Porque se diferenciar é muito perigoso. Então eu acho que tem tantas coisas de influência dessa época da repressão que te digo que preciso ouvir as pessoas, os pensadores, porque não sou pensadora nenhuma para

analisar isso, preciso ouvir os pensadores porque agora, muito recentemente, de poucos anos para cá, eu começo a poder ler sobre isso.

Eu quero ouvir essas palestras que estão fazendo, porque, não só para quem não viveu, mas também para quem viveu isso tudo, vai nos nutrir; para tu poderes nomear melhor o que viveste, para poderes realmente tomar para ti essa experiência, te extrair dela, reconhecer o que tem de impacto e de herança negativa e também do que tem que ser mudado no curso do futuro. Eu estou aí já mais velhinha. Mas os filhos poderiam fazer esse exercício de crítica, como nós, frutos todos da ditadura, pois todos somos, não?

Não fica mais politizado quem passou por isso. Não necessariamente. Fica, às vezes, até mais alienado. Mas o bom sempre é resgatarmos o sentido da experiência traumática, tornar uma possibilidade de exercício de ação para mudança. Eu era muito sensível a qualquer possibilidade de falta de liberdade, e tinha muito medo, muito medo. Então são coisas todas nesse processo de subjetivação que ficaram muito marcadas.

O modo como as pessoas fazem política. Os partidos, a administração pública, como ela se coloca. Ela dita as coisas para os outros, mas ela própria não cumpre o que exige. O conceito de cidadania ainda é uma coisa que as pessoas regulam, regulam, regulam. É como se tu só pudesses ser livre para fazer o que os outros querem, “Eu, teu chefe; Eu, teu patrão; Eu, teu governante: valor só quando tu estás ao meu favor...” Essa coisa de querer benefícios para fazer as coisas públicas.



Figura 10 – Figura ilustrativa
Fonte: R7 Notícias (2014).

Eu acho que tem a ver com isso, porque é como se a política em si não pudesse ser positiva, efetiva e boa para vida da pessoa. Então eu preciso ter outras gratificações, outros estímulos e aí eu negocio. Eu torno mercadoria, que perde, às vezes, a finalidade que poderia ter. Meu Deus, eu vejo tanta coisa e algumas não vejo ainda, porque eu sinto a política enquanto posicionamento filosófico.

A filosofia política é um exercício mais intelectual para mim, então mais fácil fazer política. Eu atuei em sindicato, aqui dessa categoria, participei de vida política partidária, mas sempre de uma forma meio tímida. Eu ia até um ponto e naquele ponto eu ficava: “não, não vale a pena, não” Sabe? Acho que têm mais coisas, eu não saberia analisar. Eu não sou a mais indicada para dizer, porque acho que estou muito implicada nisso tudo, mas algumas

são essas. É recente falar sobre isso, ouvir o que escuto de mim mesma e, ainda, ouvir os outros. Então é isso. Tem uma coisa que eu achei legal, que ouvi de um jovem, bem jovem, dizendo assim: “poxa, eu tenho uma inveja de vocês, os mais velhos, que passaram por isso tudo, porque vocês tinham pelo o que lutar, era tão claro pelo que tinham que lutar...”. Claro que isso é uma simplificação, nós vivemos, naquela época, um momento muito mais simples do que está colocado hoje. Mesmo sem a democracia?

Ainda que não seja total, hoje se tem um processo democrático, o que torna tudo mais complexo para a tomada de posições. A democracia sempre torna a vida mais complexa! São muitos partidos, muitas posições, muitas linhas, muitas correntes de pensamento fluindo; é mais difícil dizer: “sou a favor do socialismo ou contra o socialismo”. A gente sabe que hoje, a própria utopia é um projeto questionado de sociedade, não se sabe com clareza para onde ir. Mas com ele dizendo isso, também fiquei pensando que, por um lado, nós ficamos muito envolvidos emocionalmente, a política não era uma coisa qualquer, era uma coisa que estava no cotidiano da gente. Eu recordo (é uma pena que teve essa interrupção na ditadura), de adorar ir a comício. Era uma festa. Era uma festa estar no meio do povo. Tinha gente de todas as camadas lá.

De certa forma, acho que tinha mais povão do que gente engravatada nos que eu ia. Mas votar era dia de festa, dia de eleição. E tinha toda uma preparação, uma expectativa, então participávamos; mesmo criança, eu lembro. Os panfletos. Ninguém nos obrigava, mas era uma festa e não era só eu que me envolvia assim.

Lembro que depois de todos aqueles anos em que não pudemos votar, quando ia votar, morria de medo.

Tremia, eu não sabia por quê. A primeira vez que votei, teve um barulho estranho na hora em que estava chegando, e eu já achei que tinha acontecido alguma coisa, sabe? Na minha cabeça a fantasia foi de alguém ter disparado um canhão ou um tiro, eu não sabia dizer o quê. E sempre achava que não ia conseguir votar, que eu havia esquecido a minha carteira, o meu título... que havia feito alguma coisa errada, que não ia dar certo votar.

Era uma tensão esse momento, um medo, medo que anulasse o voto, sabe? Que saísse errado, então não era uma coisa que fazia parte do cotidiano. E quanto tempo nós levamos para conseguirmos nos sentir bem no meio de uma multidão, gritando com bandeiras coisas que nós acreditávamos. Mas eu acho que o principal,

o processo democrático, ainda está longe de chegar aonde deveria para poder realmente ser estimulante ser cidadão, ou querer conquistar esse lugar – que também não adianta ficar esperando ele acontecer, se eu não fizer nada, não vai acontecer – a gente é quem faz.

Eu não sei se me escapa alguma coisa importante, certamente me escapa, mas fico à disposição, quero muito participar disso, quero ver como é que fica quando juntar tudo... Que mais que aconteceu também, porque há certa universalidade, no que as pessoas passaram. Nada é muito particular mesmo, então não tem nada de muito original nessa história minha e da minha família. E por isso que ela é significativa também, porque ela fala de um antes e de um depois... Acho que é isso.

Eu quero agradecer a oportunidade. Acho que os Conselhos Regionais eram instituições vistas com muito motivo de desconfiança, parte do aparato, de serviço de *status quo*. Mas tu vê como, ainda bem, as coisas podem mudar, o sentido delas pode mudar. Também por isso acho que a administração pública, em geral, precisa crescer e vai poder ser uma coisa realmente muito boa para as pessoas, e as pessoas tem que se relacionar com ela de uma maneira diferente. Então muito obrigada por poder estar aqui.

Entrevista ocorrida no dia: 10/04/2013

Local: Conselho Regional de Psicologia/RS

Entrevistador(a): Samantha Torres

REFERÊNCIAS

GRAVATV24HORAS. **As cicatrizes e manchas da ditadura militar**. 2011. 1 foto, p&b. Disponível em: <<http://www.bloggravatv24horas.com.br/2011/03/as-cicatrizes-e-manchas-da-ditadura.html>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

LATUFF, Carlos. O chargista Carlos Latuff e o programa nacional de Direitos Humanos. **Revista Vírus Planetário**, 11 jan. 2010. 1 Charge. Disponível em: <<http://virusplanetario.wordpress.com/tag/carlos-latuff/>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

LIBRETOS. **Elvis, Che, meu pai e o golpe de 64**. 1 foto, colorida. [2008]. Disponível em: <http://www.libretos.com.br/audiolivros?page=shop.product_details&flypage=flypage.tpl&product_id=81&category_id=39&vmcchk=1>. Acesso em: 07 jan. 2014.

R7 NOTÍCIAS. Há 29 anos movimento Diretas Já levou milhares às ruas que exigiam voto popular para presidente. **R7 Notícias**. Brasil 07 jan. 2014. 1 foto, p&b. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/fotos/ha-29-anos-movimento-diretas-ja-levou-milhares-as-ruas-que-exigiam-voto-popular-par-a-presiden-te-16042013?foto=13#!/foto/13>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

PEDRINHO ARCIDES GUARESCHI

**“Examinarmos
o que passou,
e prevenir as
pessoas quando
estão em situações
relativamente
parecidas”**



Pedrinho Arcides Guareschi possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição (1969), graduação em Teologia pelo Instituto Redentorista de Estudos Superiores de SP (1964), Pós Graduação em Sociologia pela PUCRS (1965), graduação em Letras pela Universidade de Passo Fundo (1968), mestrado em Psicologia Social - Marquette University Milwaukee (1973), doutorado em Psicologia Social - University Of Wisconsin At Madison (1980), pós-doutorado no departamento de Ciências Sociais na Universidade de Wisconsin (1991) e pós-doutorado no departamento de Ciências Sociais na Universidade de Cambridge (2002). Atualmente é professor convidado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Conferencista Internacional.

Gostaria que essa conversa fosse dentro de uma perspectiva pedagógica. Por que afinal tudo o que fazemos na vida – ao menos é uma convicção minha – é para examinarmos o que passou, e prevenir as pessoas quando estão em situações relativamente parecidas. Que de fato procurem superar ou evitar os percalços, as dificuldades e coisas mais sérias: crimes, torturas e agressões à dignidade humana que foram acontecendo, que infelizmente, é também parte da nossa história. Então como vocês me pediram eu vou me ater mais a considerações sobre isso que nós chamamos de “Anos de Chumbo”, os anos de 1964 até 1985. E me perguntam: como eu me incluo nisso?

O ano de 1964 foi o ano em que realmente eu comecei a minha vida pública. Eu tinha terminado filosofia, tinha terminado teologia e até me ordenei sacerdote no ano de 1964. Quase que na época do golpe. O golpe foi 1º de abril

e minha ordenação ocorreu em 29 de junho do mesmo ano de 1964. Creio necessário distinguir bem alguns pontos. O que veio até 64 e depois o que foi se sucedendo nas diversas etapas depois de 64, e como que eu estou nisso. Eu lembro que antes de 64, mais precisamente em 1961 quando queriam derrubar o Jango e quando o Brizola se revoltou, eu não estava no Rio Grande do Sul, eu estava em São Paulo e lá nós não tínhamos verdadeiramente notícias do que estava se passando. Mas percebíamos que os campos já estavam delimitados.

Porque o golpe de Estado de 64 só foi possível porque, inteligentemente, poderes estrangeiros, especificamente os Estados Unidos, e dos Estados Unidos os centros de divulgação cultural legitimaram o golpe. Eu lembro até hoje, por exemplo, que nós assistíamos filmes, terríveis, sobre “os perigos do comunismo”. Porque o gancho ideológico que foi criado para poder se legitimar o golpe foi exatamente de que nós estávamos entrando num governo comunista. Foi por isso que se conseguiu o golpe.

E a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, feita principalmente em São Paulo, promovida pela elite, pela aristocracia, pelas mulheres burguesas, foi exatamente porque eles perceberam que nós estávamos numa época de transformação e que realmente toda a sociedade estava mobilizada para poder dar um passo à frente.

Alguns chamam isso de populismo, mas era mais do que populismo era a mobilização da sociedade. É difícil hoje ter uma ideia de como a sociedade estava mobilizada. Os estudantes, um exemplo mínimo, mas importantíssimo, até os seminaristas tinham a sua associação, Associação dos Seminaristas Maiores. E nós fazíamos reuniões

interestaduais em São Paulo. Dessas reuniões participavam frei Beto, frei Tito – que foi torturado – e muitos outros que estão por aí. Nós nos reuníamos para quê? Para refletir sobre a realidade brasileira.



Figura 1 - Marcha da Família com Deus pela Liberdade
 Fonte: HistóriAtiva Net (2011).

E assim os sindicatos estavam organizados, os camponeses, e todos os segmentos da sociedade. Então aquilo que Paulo Freire dizia bem, aquela mobilização da sociedade inteira. Percebia-se que estava na época de dar um ‘chega pra lá’. Em 1959 nós temos Cuba, isso faz parte do contexto. Cuba se independiza e pende para o socialismo, exatamente porque os Estados Unidos reprimiam a independência dos Países da América Latina.

Fidel percebeu que não conseguiria trabalhar na linha dos Estados Unidos, então se ligou a Rússia. Nesse momento os Estados Unidos se convenceram que era preciso tomar conta da América Latina para que não seguisse o caminho

de Cuba, essa é toda a história. Então que fizeram? Quando Kennedy se elegeu, imediatamente começou com “Aliança para o Progresso”, “Alimentos para a Paz”. Eram todos programas que vinham aqui para a América Latina. Eu lembro no meu tempo de estudante, nós recebíamos leite, queijo, uma porção de alimentos dos Estados Unidos. Para quê? Para que nós soubéssemos que eles são bons e que não pensássemos em comunismo.



Figura 2 – Triunfa a Revolução Cubana

Fonte: Blog Monografias (2011).

E com tudo isso vinha também filmes; os filmes tiveram um papel fundamental, porque eram passados em praça pública mostrando os perigos enormes do comunismo. Eu lembro, por exemplo, de um filme sobre a China, terrível, em que uma pessoa estava sonhando numa noite de Natal, então recebe uma carta de um irmão dele que estava sob o jugo comunista da China, então num sonho vai vendo

o pessoal matando, matando padres, matando freiras, matando o povo, e de repente ele acorda e diz: “meu Deus, que país é esse?” E falou: “graças a Deus estou em um país de liberdade”, porque isso só está acontecendo na China e em outros lugares. Eram filmes poderosíssimos. Tudo isso foi preparação para o golpe de 64. E disso eu tenho clara lembrança. Eu não tinha plena consciência, esse é um ponto sério, nós não sabemos como que a história vai rolar.

Então talvez com esta entrevista, quando eu falei que seria de cunho pedagógico estava pensando nisso, e já vou adiantando um ponto que eu acredito: que nós estamos em situações tão ou mais dominadoras do que às daquela época. Só que hoje os atores, os personagens são outros, mas as relações não mudaram.

Eu, pessoalmente, estou até terminando um livro aí que está me custando centenas de horas de trabalho, sobre o papel que tem a mídia brasileira. Eu concordo com o Betinho, o Herbert de Sousa, de que nós não temos uma democracia no Brasil. Nós temos por enquanto, tentativas de avanço. Mas enquanto não tivermos uma mídia livre, uma comunicação livre, nós não teremos democracia no Brasil. Nós vivemos uma situação um tanto parecida com a de 64, só que naquela ocasião nós não tínhamos possibilidade de pensar. O que comigo mesmo acontecia?

Eu suspeitava, eu via que alguma coisa estava errada, mas a maioria dos meus colegas estava absolutamente a favor de que de fato nós estávamos caminhando para o comunismo. Se os meus colegas, estudantes de filosofia, achavam isso, com muito mais razão o povão. Então o povão foi levado a dar apoio ao golpe. E a própria Igreja, a qual eu estava muito ligado, e ainda estou ligado à Igreja também ficou assim meio

‘na corda bamba’, ‘em cima do muro’. Em 1964 ocorre, então, o golpe, e todo o mundo ficou só na expectativa. Um ano depois que começaram as reações. Quando se percebeu que as pessoas estavam sendo presas, que estavam sendo cassadas; que se suprimiu o Congresso, então o pessoal começou a pensar.

Mas para mim uma das razões que mais ajudaram e me convenceram de que nós estávamos verdadeiramente numa ditadura e num fascismo foi um artigo escrito pelo Bispo de Bauru, Dom Cândido Padin, que era assessor dos estudantes.



Figura 3 – Dom Cândido Rubens Padin
Fonte: Catedral São José (2008).

Ele trabalhava com estudantes da JUC – a Juventude Universitária Católica – e também com os seminaristas. E eu participei ao menos de dois encontros com ele e ele começou a nos alertar. Em 1966 ele escreveu um artigo sobre a doutrina de Segurança Nacional, mostrando que doutrina de Segurança Nacional não se diferenciava de todos os regimes fascistas e nazistas que nós já tínhamos tido na história. Aí o pessoal de Igreja começou a reagir.

Os Bispos perceberam a sua ilusão e a sua ingenuidade e aí de fato a Igreja se colocou já como uma reação a isso. De fato, a Igreja passou a ser um guarda-chuva onde o pessoal corria para se esconder, mas assim mesmo muitos da própria Igreja foram perseguidos, foram torturados e aos poucos foi sendo dado o alerta. Não havia outra instituição no Brasil, depois veio a Ordem dos Advogados, a Associação Brasileira de Imprensa, mas o primeiro a denunciar foi a CNBB, que começou a se colocar claramente: Dom Ivo Lorscheiter, Dom Aluisio Lorscheider, Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom Cândido Padin, que são os grandes nomes e que começaram a perceber o 'brete' por onde nós estávamos entrando.

De 64 a 68 eu já comecei a viver essas dificuldades. E era uma época, de fato, já de muito controle, mas não era tão sério quanto o que aconteceu a partir de 68. Então, se eu distinguisse 64 foi um começo, em geral. Parece que os ditadores, no caso os militares, gostaram do poder.

Em 68 foi dado então o golpe dentro do golpe. Na verdade a noite que eu me formei em Letras 14 de dezembro de 68, foi a noite do AI-5. E você vê: o nosso paraninfo fez um discurso em que ele citava Che Guevara. Porque o Che Guevara tinha sido morto só que a turma não sabia, mas corriam vozes entre todos os jovens, de que eles tinham matado o Che Guevara. E ele fez uma pergunta assim no discurso de formatura: por que será que os jovens se sentem tão entusiasmados, levados por Che Guevara? Ele fez em forma de pergunta. Terminou a cerimônia ele foi preso, foi levado para o quartel. Então nós ao invés de fazermos festa de formatura, fomos para frente do quartel. E ficamos lá até que eles liberaram o paraninfo.

Ali as coisas já se agudizaram. Eu fazia parte do diretório dos estudantes e nós tínhamos enviado colegas nossos para aquele encontro que teve em Valinhos, aqui em São Paulo, em que foram presos centenas de estudantes.



Figura 4 – Primeira página da edição de 14 de dezembro de 1968 do jornal Última Hora

Fonte: Museu Virtual Brasil (Foto: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Então aí a gente de fato já estava vendo que as coisas tinham endurecido e que os confrontos estavam delineados.

Eu comecei a agir na época mais difícil, 69, 70 eu acabei sendo detido também pela polícia, duas vezes.

E a gente começou a perceber que as coisas, não podiam continuar. O que eu queria acentuar nesse ponto são as estratégias que eles usavam. E para quem trabalha com psicologia isso é importante. A primeira é a estratégia de

intimidação, de vigilância. Eles começaram a tomar conta de tudo. Você não podia fazer, até um sermão na igreja, sem que não houvesse alguém que lhe vigiasse. E nas aulas, por exemplo, eu lecionava numa universidade, muitas vezes ou na maioria das vezes tinha lá alguém para controlar. Então eu pensava assim, quando um regime precisa de controle e vigilância alguma coisa não anda bem.

Agora uma coisa dolorosa e aqui entra um pouco da nossa querida psicologia. Uma das coisas mais tristes que eu guardo desse tempo duro foi – eu não sei se eu chamo isso de ingenuidade, acho eu que ingenuidade é uma palavra muito fraca – a quase concordância dos colegas, de muitos colegas com as técnicas de repressão que estavam sendo feitas. Então o que acontecia? Esse é um ponto muito sério para mim e delicado. Quero ver se eu deixo claro, muitos eram convocados, eram chamados para quê? Para fazerem testes psicológicos. Mas testes psicológicos para quê? Para gente que tinha sido presa, subversivos. Então as pessoas que mais ou menos discordavam; rebeldes, eram presas.

Então se aplicavam testes psicológicos com o intuito de mostrar que eles eram de fato desequilibrados, que eles eram gente que não era normal. E esses testes serviram muitas vezes para confirmar as penas, as torturas e tudo mais.

Quem trabalha com ciência sabe que valor tem os testes, que eu posso manipulá-los como eu quero. Mas o mais sério disso é justamente uma premissa epistemológica que ainda está presente no Brasil e que vigorava fortemente, de que a ciência é neutra, de que eu chego lá eu faço meus testes, os testes revelam uma personalidade de fato ‘quebrada’, uma personalidade ‘perigosa’. Então com isso a ciência estava

dando uma ‘colher de chá’ exatamente para a repressão. Para vocês verem que isso é sério, eu vou trazer aqui um documento, eu tenho um livro e o livro se chama: *The Making of Modern Social Psychology*, eu tenho esse livro e posso dispor. Foi escrito por Serge Moscovici e por Ivana Markovà, que são dois grandes pesquisadores.

Eles no fim da década de 60, década de 70 principalmente, estavam começando a fortificar a psicologia em todo mundo, então faziam encontros de psicologia social em todos os países. Inclusive vieram até para o Brasil. E quem mandava na Psicologia Social aqui no Brasil era o Aroldo Rodrigues. Com toda a situação no Brasil e da América Latina, muitos psicólogos começaram a ser presos e às vezes torturados. Então Moscovici e Markovà, psicólogos vindos da Europa, ficaram sabendo das torturas dos psicólogos latino-americanos e perguntaram ao representante Brasileiro que era, no caso, o Aroldo Rodrigues, o que estava acontecendo na América Latina, então eles diziam: “a psicologia não tem nada a dizer? A psicologia social? Não são colegas da gente?” A resposta porque o Aroldo representava essa ideia epistemológica de que uma coisa é a ciência, outra coisa é a política. Então a carta dele diz assim: “nós temos como princípio separar a política da ciência.” Então se alguém assume alguma postura ele assume por conta dele. E de fato vários psicólogos latino-americanos, o Ricardo Zuñiga e outros tiveram que sair e outros filósofos como o próprio Dussel tiveram que deixar daqui, para fugir da repressão e da tortura. Então esse é o ponto que eu acho mais útil para nós no campo da psicologia e da psicologia social.

O papel que os psicólogos e os psicólogos sociais exerceram aqui, de fazer testes, de propiciar a repressão, por que se declararam neutros? Então de fato, para quem pensa um pouco é impossível você separar a ação

de uma ética. E a atuação conseqüentemente vai levar a conseqüências éticas. Essa para mim é a lembrança mais dolorosa, Agora, ela ainda se torna muito séria porque até hoje ainda há pessoas que acham que a ciência é neutra.

Aquilo que o Bauman denuncia no livro dele: Modernidade e Holocausto. O que faz o Bauman? Ele mostra que os pressupostos da modernidade de que há uma ciência neutra, foram a causa da morte de 6 milhões de pessoas. Quer dizer, esse tipo de ciência neutra, porque se você diz que a ciência é neutra, acaba a ética, acaba a política, acaba a moral.

Você não pode mais falar em ética e moral, tudo se resume ao biológico, ao neurológico, ao genético. Veja você como isso aqui é real hoje. Por exemplo, o predomínio dos médicos sobre as outras áreas da psicologia, o ato médico no caso. É que eles trabalham com dados empíricos, constatáveis, como no caso da neurologia, da genética, essas ciências todas. Então isso é ciência. Dizem que psicólogos fazem qualquer outra coisa, mas isso não é ciência. Quer dizer, se nega. A psicologia nega uma dimensão fundamental do ser humano que é a dimensão psíquica. Porque no fundo o que está se negando com isso é de que existe uma dimensão do ser humano que é representacional, que simbólica, que é imaterial, que é psíquica, porque está se negando a psicologia.

Naquela época, de fato a psicologia que predominava era essa dos testes. Porque era tudo testes e os testes tinham um valor científico. Então quando alguém se desviava; alguém era preso, alguém se rebelava contra o que estava aí era preso e os psicólogos faziam testes para mostrar

que de fato eles eram pessoas desequilibradas, anormais, perigosas. Diante dessa vigilância, nesse controle em que você não podia mais fazer nada, eu saí do Brasil em 1971, fiquei fora dois anos. E ao voltar em 1973 já voltei um pouco mais descansado, mas ainda continuei, aí já vim bem mais documentado e também com mais garantia de poder dizer as coisas. E fui me organizando, comecei com meus trabalhos de psicologia comunitária nas vilas, organizando a população.

Porque aqueles, até alguns que tinham sido alunos meus no fim da década de 60 que aderiram à guerrilha foram exterminados. De fato a guerrilha foi totalmente exterminada. Então a década de 1970 marcou uma nova maneira de reagir à ditadura, que era através da organização popular.

E foi aí que começou a se desenvolver uma psicologia comunitária a partir do povo, a partir das comunidades, das Associações de Bairro, dos Clubes de Mães, de tudo que era tipo de organização que se fortificou durante toda a década até que em 80 já estavam articulados e se começou de fato a luta pelas “diretas já” que culminou em 85, com o fim da ditadura, que não foi de fato, não foram eleições diretas. Foram eleições bem indiretas, mas foi um avanço. Então se construiu outro período de história. A Igreja que era uma espécie de guarda-chuva no fim da década de 60 e década de 70 também então se afastou. Por quê? Porque começaram também a surgir os partidos políticos, os sindicatos, as associações de bairro e eles foram tomando o seu papel, como é de fato o papel de autônomos e independentes. E podiam já pleitear, se organizar, falar, fazer demonstrações. Foi mais ou menos por aí que eu caminhei.

Então essas são mais ou menos as coisas mais centrais que eu poderia dizer nessa minha caminhada. Mas se me permite, já que eu comecei dizendo da importância de que isso seja pedagógico, é trazer à lembrança de que a ditadura foi um exemplo doloroso com mortes e torturas, mas que hoje em dia nós também vivemos, não é que a gente um dia vai ficar livre da dominação ou livre de relações de dominação.

Nunca vamos ser totalmente livres, todo ser humano carrega em si essa contradição, agora o papel de alguém que trabalha com o ser humano, como é o psicólogo, deve continuamente pensar, refletir, problematizar.

Eu sou fundamentalmente freiriano, e quando eu tive que sair do Brasil – de 71 a 73 – eu estive com Freire em Genebra, na Suíça e foi lá que eu vi, porque ele também tinha sido um exilado, alguém que queria fazer com que as pessoas se educassem; que tivessem a sua consciência política e aí eu percebi que o trabalho nosso, e aí de fato eu acho que foi a minha opção, é realmente empoderar as pessoas, fazer as pessoas tomarem consciência e à medida que tomam consciência – que é um processo infinito – vão também se empoderando, se libertando. Então a educação, a psicologia deve ser uma prática de liberdade. O livro de Freire ‘Educação como Prática da Liberdade’ é exatamente isso.

É que isso torna as pessoas responsáveis, é uma consciência que leva à liberdade e me faz responsável porque eu vou compreendendo quais são essas relações de dominação.

Então veja que essa nossa psicologia hoje, ela não presta atenção a isso que é central, então estuda mil tipos de relações, mas não se pergunta pela dimensão ética. O que nos levou a isso, à tortura e tudo, como eu tentei dizer, foi uma psicologia que excluiu a ética, uma psicologia que se dizia profissional. “Eu sou profissional, eu faço teste e entrego o teste para quem quiser”. Ficou até conhecido aquele caso do Rio, das torturas em que os médicos iam e ficavam controlando para que a tortura não fosse a ponto de matar a pessoa. Então eles ficavam vigiando a pessoa: “não, para, é muito forte. Sim, pode dar mais choque”.

Em outros termos é isso o que fazia a psicologia, em que a psicologia dava as armas “científicas” aos torturadores.

Esse é um pecado que nós carregamos. Agora o importante e, acentuo de novo, são as premissas epistemológicas. Premissas epistemológicas do conhecimento, de que é possível uma ciência neutra, de que nós podemos ser neutros, como se nós excluíssemos o ser humano da dimensão da ética, da dimensão da moral, a dimensão do simbólico, a dimensão do psíquico, daqui o problema ser humano é um ser de responsabilidade, é um ser de consciência. Pedagogicamente falando, nós não estamos muito longe daquela situação hoje. Se formos examinar com critérios, você pense nos milhões de brasileiros aboletados toda a noite diante de uma televisão dirigida por alguns. São oito ou dez famílias que podem falar no Brasil. Ok, então eles dizem o que querem, quando querem, como querem. Então eles detêm o poder. Só que esse poder tem como consequência não torturar, só em último caso, que eles apelam para isso.

Mas eles têm o poder de fazer as pessoas consumirem, fazer as pessoas trabalharem sem reclamar, fazer as pessoas absolutamente submissas e obedientes, um pouco aquilo que o Marcuse, quando analisa a ideologia desta nossa sociedade diz: “fazer as pessoas beijarem os grilhões que as aprisionam”.

Então são obedientes, são submissos, são explorados satisfeitos. Eu vejo um pouco por aí. Ora, isso é dignidade do ser humano? É por isso que eu trabalho, pesquiso muito nessa dimensão. Inúmeras agências da sociedade trabalham assim. E os psicólogos estão nessas agências.

Então os psicólogos deveriam examinar a família, até que ponto as famílias não são instrumentos ou aparelhos de dominação? As escolas, até que ponto? E ultimamente também, muita atenção, aqui é preciso cuidar das políticas públicas. Hoje em dia só se fala em política pública, mas o que acontece? Será que estas políticas públicas estão empoderando mesmo a população?

Eu tenho alguns doutorandos pesquisando exatamente como o povo vê; como o usuário vê essas políticas públicas, e é interessante que à medida que você dá voz a eles, que você provoca, eles vão revelando esses mecanismos sutis de dominação. Isso, então, é diferença de hoje. Em 1964 isso se agudizou mais porque a sociedade estava numa situação de mobilização, foi por isso que veio o golpe. Se não houvesse nenhuma mobilização - isso quem viveu aquela época sabe - se não houvesse organizações de tudo o que é tipo: os tenentes, os camponeses, os operários, até os padres, os seminaristas, os estudantes, de toda a sociedade não haveria o golpe. Paulo Freire numa das palestras conta como essa mobilização, e esse é um dado

inédito que eu acho que pouca gente sabe; que eu ouvi do encontro que tivemos sobre comunicação em São Paulo, uma fala de Paulo Freire, em que ele diz assim: “o pessoal estava tão convencido que a gente ia ter uma mudança qualitativa na cidade” que uma vez ele estava sentado, acho que num estádio e viu que algum do povão falar assim: “nós já fizemos a revolução, agora só falta trocar o governo.” Era a convicção daquele povo.

E de repente, através da propaganda, da publicidade, da influência estrangeira, do uso do religioso como dominação também, nós entramos nesse ‘brete’. O pessoal era meio ingênuo. Por isso Paulo Freire chama aquela atitude de consciência ingênua ou populista. Eles não tinham projetos claros. Ele define o populismo como a falta de um projeto claro. A gente também poderia perguntar se hoje em dia nós temos projetos claros. E o quanto os psicólogos estão colaborando para projetos claros, realmente uma mudança qualitativa para a nossa sociedade.

Em termos de subjetividades, eu vejo que antes do Golpe a subjetivação foi feita através da mídia, ainda não me saem da cabeça os filmes. O que fazia *USIS – United States Information Service – e USIA (United States Information Agency)*, que eles tinham centros em tudo, tinha em Porto Alegre, em tudo. Eles recebiam filmes dos Estados Unidos e iam para o interior e levavam o povo para a praça, por que naquele tempo cinemas assim não havia muitos, eles passavam os filmes na praça, de graça para o povo. Naquele tempo filme era o máximo, eles iam e aí eles foram aos poucos, subjetivados para aceitarem que de fato o comunismo vinha aí, que nós estávamos à beira do comunismo, de que era preciso apoiar o golpe. E foi o que eles fizeram: eles apoiaram o golpe, isso até 64. Após isso as técnicas começaram a serem outras, começaram as técnicas de amedrontamento, ameaça e controle, controle

já direto. E aí eles trabalharam muito, e esta também é uma coisa dolorosa que eu em parte disse dos psicólogos, na divisão das pessoas. Os romanos dizem assim: se você quer controlar um povo, divida esse povo, *divide et impera*, quer dizer: divida e você vai mandar. E isso aconteceu quando os responsáveis pelo golpe começaram a recrutar vigilantes dentro do próprio povo, os próprios colegas de trabalho. Isso chegou a acontecer até na igreja, em que inclusive um ou outro padre era o delator dos outros, essa foi a estratégia usada. Então o que acontece?

Você se coloque no lugar de uma situação assim, em que em primeiro lugar é definido que é errado fazer tal coisa, por exemplo, se concentrar, é errado você fazer mobilização, tudo isso é errado e se você fizer vai ser denunciado. Você se coloque numa situação dessas, você sabe que tem colegas, gente perto assim que podem estar te vigiando e controlando, você muda todo o teu comportamento. O teu comportamento passa a ser um comportamento de medo, de temor, de cuidado. Então são poucos os que arriscam, e isso então é exatamente o controle. O que o Foucault explica no estudo sobre a vigilância, “Vigiar e Punir”. Isso aconteceu, foram as estratégias empregadas em seguida.

Então nós temos aí um povo apavorado que até hoje, se você for conversar com gente de 64, teme isso.

Claro a nova geração que nasceu em 80 não tem mais isso, 80, 90. Quem nasceu; quem viveu a década de 70, por exemplo, é uma pessoa amedrontada, é uma pessoa que não conseguiu tirar de si aquela vontade de gritar: sou livre, não tenho medo de ninguém, sou um cidadão livre, digo o que eu quero. Dificilmente você vai encontrar uma pessoa assim, então esse ferro, essa coisa que foi imposta

de cima no controle, na vigilância, isso fez as pessoas, pessoas tímidas, amedrontadas que até hoje os pais até passam para os filhos. E a psicologia não percebeu, não percebia essas estratégias de dominação, pelo contrário, deu força para que se continuassem tais estratégias.

Eu sou um pouco freiriano e eu acredito que é possível uma psicologia diferente, acho que uma outra psicologia é viável. No momento que você começa não dando respostas às pessoas, mas fazendo perguntas para que essa pessoa comece a responder a grande pergunta que perpassa a humanidade: quem sou eu, porque eu sou assim. Aquilo que Agostinho, o filósofo Agostinho de Hipona, no ano 300, quando entrou naqueles impasses, nas dificuldades de uma mudança, da queda do Império Romano, aquela mobilização toda e que tudo ruía. Os bárbaros chegando, bárbaros entre aspas, quem chama de bárbaros somos nós. Mas os povos do norte chegando em cima do Império Romano já meio apodrecido. Então Agostinho começou a pensar, diz assim: *factus eram ipse mihi magna quaestio*, quer dizer: eu comecei a meditar quem afinal sou eu e porque eu sou assim. E foi ele que deu a grande resposta: *Civitas Dei*, a Cidade de Deus é o livro dele. Onde mostra que não é o fim, que essa é a história. Vamos ver o que nós fizemos de errado e vamos então tentar superar essas coisas.

Hoje em dia também, mas nós precisamos se fosse dizer, acho que a nossa estratégia hoje principal é a reflexão, é a discussão, é a meditação, que nós esquecemos. Mas meditação produtiva e não a meditação alienada, uma reflexão que leve à ação. E isso então faz as pessoas crescerem em consciência e se empoderarem, que eu acho que é um pouco o que o Conselho Federal ao menos, o tempo que eu trabalhei lá e os Conselhos Regionais de Psicologia tentam fazer. Fazer os psicólogos tomarem consciência da

responsabilidade da sua ação. De que não há um que sabe mais, outro que sabe menos, que há um que sabe uma coisa, outro que sabe outra.

Que o psicólogo não é o máximo, mas que ele está ali para garantir que o ser humano é uma pessoa de ética, que é uma pessoa de responsabilidade que ele não se reduz a resultado de testes neurológicos.

Mesmo todas as discussões que os Conselhos fazem sobre a questão dos testes e de certas dinâmicas, que são dinâmicas de repressão, feitas até por religiosos e etc., do que dinâmicas de libertação. Eu acho que é por aí que a psicologia deveria pensar hoje, aprendendo do golpe de 64. Porque lá no começo foi à persuasão e depois a repressão. Hoje em dia eu acho que voltamos à época da persuasão, em que as pessoas são dominadas através de ideologias.

Retornando ao início, aquilo que o Betinho diz na clarividência dele, de que só há democracia numa sociedade quando há democracia nos meios de comunicação. Se não há democracia, se o povo não pode dizer a palavra, se não há um monitoramento de quem tem os meios de comunicação. Porque os meios de comunicação constroem a realidade, ditam a pauta e influenciam poderosamente na construção da nossa subjetividade. Então, se não há um monitoramento, o povo vai continuar do mesmo jeito, porque nós vamos saber o que eles querem que a gente saiba, e eles vão interpretar os fatos de acordo com os vieses deles. Essa passeata dos estudantes, por exemplo, como que determinado jornal colocou: diferentemente da semana passada, onde houve baderna, não sei o quê, não sei o quê, teve uma passeata pacífica. Mas já disse tudo, quer dizer, já criou a notícia.

Eu não vejo como é possível superar isso, porque a mídia, o papel dela, é a nova realidade de hoje, nós estamos envolvidos como água para o peixe, como o ar que respiramos; a nova ambiência social.



Figura 5 – Capa do Jornal “O Globo” de 17/10/2013.

Fonte: Vi o Mundo (2013)

A mídia com todas as cores e luzes e sons, toma conta de nós. Então se nós não temos uma percepção crítica disso, se não paramos para fazer a pergunta e eu acho que esse é o papel do psicólogo, ela nos devora.

Para mim o papel do psicólogo é o papel da esfinge. A esfinge que enfrentava o grande problema da humanidade, afinal é isso que a psicologia se propõe: quem é o ser humano? A esfinge perguntava, ela mesma um enigma, metade psíquico, metade biológico. Ela mesma já era o enigma. Ela vivia fazendo a pergunta. A questão não é o jeito que vai responder à pergunta ou vai conseguir achar uma resposta final, não. É que quem não continuou o tempo todo fazendo a pergunta, acabava devorado pela esfinge. Então a convicção nossa é fazer a pergunta, o tempo todo, isso é, reflexão.

Eu acho que esse é o papel do psicólogo. São eles as novas esfinges que ao invés de estar dando respostas, controlando, manipulando, descrevendo, deus sabe o quê? Vivem perguntando. Afinal, quem somos nós? O que podemos fazer? Quem você acha que você é? Porque você acha que é? E nos solidarizando no sentido de mais felicidade, porque a consciência leva a liberdade e a liberdade nos faz felizes. E nos leva a um nível de vida digno, gostoso, gostoso de ser vivido. E isso eu também coloco a mim mesmo, acho que quando você se coloca a você mesmo, a gente está aí para que afinal? Então tudo isso se não levar a uma felicidade, a um gozo, a um prazer. Esse prazer não pode ser alienado, não pode ser o prazer dos que beijam os grilhões. Porque isso é um pouco essa nossa era de consumo, coisas assim, de trabalho indiscriminado e loucura. É justamente para nos levar a um gozo que no final vai a quê? Acaba no estresse, acaba no deus sabe o quê, até morrendo de derrames e coisas assim. Então a gente trabalha, trabalha, mas não goza a vida.

Acho que a vida tem que ser gozada toda ela. Agora gozar a vida não é se atirar assim, tipo os gregos, os romanos, eles tinham várias filosofias, então, por exemplo, os estóicos diziam que a vida se resume num sofrer, já os epicuristas diziam: não, a vida é gozar, é beber. Não, eu acho que a vida é essa consciência que nos faz crescer e que nos torna solidários, isso que dá sentido à vida.

Sem solidariedade não há felicidade, porque se você não tem solidariedade, você se fecha sobre você mesmo, que é exatamente a teoria liberal.

A teoria liberal vê o ser humano, indivíduo, voltado sobre si mesmo, egoísta e os outros que se danem. Não,

eu acho que o que nos faz feliz é saber que eu tenho um companheiro, uma companheira, tenho um irmão, uma irmã, um parceiro, uma parceira, dê o nome que você quiser. Mas eu acho que é impossível ser feliz sem o outro. E é isso então que nos solidariza. E se eu penso no outro necessariamente tu deixas esse egoísmo, que é o que no fundo, no fundo, foi 64 porque as elites perceberam que iam perder o poder, tudo isso ocasionou o golpe. No fundo foi uma reação do capitalismo contra o povo que queria começar a solidarizar-se, compartilhar.

E hoje em dia essa luta continua, nós estamos praticamente no mesmo dilema. Enquanto agente não tiver uma sociedade mais solidária, partilhada, chame isso como quiser, chame isso de socialismo, chame isso de anarquismo, chame como quiser, mas dificilmente vai fugir. Os parâmetros centrais da nossa sociedade ainda são liberais e capitalistas.

Entrevista ocorrida no dia: 04/04/2013

Local: Instituto de Psicologia da UFRGS

Entrevistador(a): Samantha Torres

REFERÊNCIAS

BLOG MONOGRAFIAS. Reportagem de Ramón Guerra Díaz. **Revolución, la victoria**. Disponível em: <<http://blogs.monografias.com/cultura-cuba/2011/12/16/revolucion-la-victoria/>> Acesso em 13 de janeiro de 2014.

CATEDRAL SÃO JOSÉ. **Notícia: Aos 92 anos, morreu Dom Cândido Padin**. Postado e 26/01/2008. Disponível em: <<http://www.catedralsaojose.org.br/catedral2011/noticias/4517-aos-92-anos,-morreu-dom-candido-padin.html>> Acesso em 13 de janeiro de 2014.

HISTORIATIVANET. Reportagem de Babbitos. **A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade**. Disponível em: <<http://historiativanet.wordpress.com/2011/11/23/a-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>> Acesso em 13 de janeiro de 2014.

MUSEU VIRTUAL BRASIL. **Promulgação do AI-5 – Dezembro – 1968**. (Foto: Arquivo Público do Estado de São Paulo). Disponível em: <http://www.museuvirtualbrasil.com.br/museu_brasilia/modules/brrtimeline/index.php?pid=17&ano=1968> Acesso em 13 de janeiro de 2014.

VIOMUNDO. O protesto de Manifestantes contra a capa de O Globo. **Vi o Mundo**. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/oprote_stodemanifestantes-contr-a-cap-a-de-o-globo.html>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

ROSAMARI FRAÇÃO MORIM



**“Para
uns tudo,
para outros
nada?”**



Meu nome é Rosamari Fração Morim, 55 anos, resido em Santa Maria - RS, trabalhei como Agente Socioeducador no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) e Centro de Atendimento em Semiliberdade (CASEMI) em Santa Maria (antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor - FEBEM), durante dezenove anos e meio. Em 2004, me formei Psicóloga e, a seguir, fiz Pós-Graduação em Neuropsicologia, atualmente trabalhando no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e na Unidade Básica de Saúde (UBS) da cidade de São Martinho da Serra - RS.

Bom, o que me reporta há esse tempo? Que para mim ainda existe. Mas enfim, pelo menos aquela que estava legitimada era a ditadura e pronto. Sabe do que eu lembro?

De terror, de medo, porque meu pai era político e foi perseguido.

Inclusive, foi fichado no DOPS. Só que o governador, nem lembro o nome dele, mandou botar fora tudo, os registros que tinham lá em Porto Alegre. Até tentei saber de alguma coisa e não consegui por enquanto nada. Eu queria, e no fim não consegui nada. Mas o que é que eu me lembro? De reuniões lá em casa, dos amigos do pai,

(...) todo mundo falando: “olha, vão invadir tua casa, tu vais ter que esconder tua família, tu vais ter que te esconder”.

E eu ouvia aquilo tudo. Que idade que eu tinha? Cinco anos, seis anos, sete anos. Eu não sou muito boa em história, sou boa em outras coisas. Mas eu lembro assim: o pai sempre foi político, então na época, ele era contra o governo. O pai tinha em casa espingarda, gostava de caçar; tinha uma arma enorme que era; como é que o nome daquilo? Mosquetão. Uma arma que ele ganhou e guardava. E tinha revólver, tinha umas também de guerra, mas que nem funcionava mais. Mas qualquer coisa que tivesse ele teria que se desfazer. Eu lembro que ele falava que teriam que fazer um buraco no chão para enterrar as armas, daí os amigos, mas todo o mundo, daí eles vão cavocar o pátio, todo mundo vai ver que foi cavocado. Nós passamos muito tempo, eu não sei te dizer por que eu era muito pequena. Que tempo foi esse?

Eu sei que vivia aterrorizada, que a todo o momento podia entrar alguém dentro da minha casa e carregar meu pai e nos matar.

Eu lembro também que tinha um amigo na época, um amigo do pai que morava para fora, tinha uma fazendinha, não é fazenda porque não era uma coisa tão grande assim. Mas ele ia fazer um esconderijo para a gente ir para lá. Aí eu ficava imaginando, a cabecinha da criança – não se davam conta que estava ali ouvindo tudo e vendo – e que a gente ia para lá e eu ficava nos imaginando dentro de um buraco, tapado, no escuro, com bicho. Sabe? Eu ficava imaginando tudo isso. Então para mim isso foi muito traumático e pelo jeito foi muito tempo assim. Lembro também dessa época que o pai tinha um amigo que também estava se formando advogado, meu pai era advogado e quem estava o ajudando era o pai e ele o traiu. E eu gostava muito dele como se ele fosse um irmão mais velho. E eu sofri demais com isso.

Porque ele foi para o lado do governo e traiu o pai, não falou nada para ele.



Figura 1 - Infiltrados fingem ser militantes de esquerda e exercem a função de informante aos militares.

Fonte: Revista Época, 2011 (Foto: Arquivo Ag. O Globo).

E isso eu tenho muito nítido na minha cabeça. Que o meu sofrimento foi como se eu tivesse perdido um irmão mais velho. E assim, o que mais tu gostarias de saber, eu gostaria que tu me desses um viés. Bom, eu nasci em 58 e eu tinha uns 5, 6 ou 7 mais ou menos que eu lembro dessa época isso aí. Ele era do MDB. Tinha ARENA e MDB. O pai era do MDB. Antes disso ainda tinha outro partido que eu não me lembro. Ele era contra o que era do governo na época.

A mãe também ficava aterrorizada, eu a via com aquele, eu lembro até do olhar, do olhar de pavor.

Me lembro de todo o mundo em roda assim, não saber o que nós vamos fazer; o que nós vamos fazer? A sensação de impotência. Eu pequenininha mesmo e sabendo: bom se chegarem aqui eu só vou ficar assistindo e vão me matar também, o que vai acontecer? Eu sinto também, nós sempre fomos perseguidas por causa de políticas, sempre fomos. Nós sofremos muito por causa disso. Ele não foi preso, foi só fichado, ele não chegou a ser preso. O porquê que ele não foi preso eu nem sei. Não me lembro do porque que ele não foi preso.

Levaram-no para algum local lá na cidade mesmo. E eu não sei se ele ficou muito tempo do dia sem estar em casa, e todo o mundo apreensivo. Não sei assim te dizer, todo mundo com medo, do que podia estar acontecendo, nós não sabíamos se ele ia voltar.

Era em São Vicente do Sul que nós morávamos nessa época. O pai era advogado lá. Eu lembro assim, eu já maiorzinha, já não criança. Criança não lembra se foi discriminada, se sofreu *bullying*, isso eu não lembro. Mas me lembro de que então maior, já com mais de 18 anos, isso eu lembro, que eu tentava ter emprego, concurso para as coisas. É, mas eu vejo que isso acontece muito ainda hoje, por isso que eu digo que ainda existe ditadura. E eu acho que na esfera de governo mesmo, de Estado. Só que não é declarado, não pode ser legitimado então é feita de forma fraudulenta nos concursos, essas coisas.



Figura 2 - Coreto, ao Fundo Igreja Matriz em São Vicente do Sul – RS.
Fonte: Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul (2013).

Isso acontece ainda. Estamos fazendo muito bem o concurso lá, parará, parará, daqui a pouco estoura lá um baita de um rombo, de fraude de concurso, não é verdade? É um exemplo, têm vários.

Se repete no abuso de poder, naquele que eu me sinto tão impotente quanto aquela criança de 5, 6 anos e não poder fazer nada. Sabendo que está errado e eu não sou nada, não poder fazer nada, porque eu não sou nada. Porque o poder está acima de tudo.

Eu vejo. E assim, eu posso falar, porque a democracia me permite, mas eu não sei até que ponto. Porque se chegar

aos ouvidos das pessoas. Por exemplo, se eu citasse nomes aqui, eu já seria perseguida por isso. Entendeu? Eu já seria nada diante de um poder. Aqui por perto mesmo, existe abuso de poder numa cidadezinha que tem 3 mil habitantes, gente; 3 mil habitantes e existe abuso de poder porque as pessoas se acostumaram com isso.

Confundem o público com o privado, já estão há muito tempo no poder, então não sabem mais o que está certo, o que está errado.

Existe isso sim, de usarem a máquina pública para fins pessoais. Usar até o carro da prefeitura para fins pessoais. Entendeu? São exemplos. Eu quero fazer um curso para me capacitar. Não posso porque a prefeitura não tem dinheiro, acho abuso de poder isso, falta de respeito com o profissional. Eu acho que ela está muito ainda cheia de ditadura, ela não é uma democracia franca, como era uma ditadura franca. Era ditadura e pronto.

Nós temos uma democracia, mas não exercemos essa democracia. Está sempre de uma maneira ou de outra sendo tolhida com uma ditadura, abuso de poder, com poder.

O que eu vejo de positivo é tu poderes, ainda mesmo cheio de problemas, é tu poderes batalhar, poderes buscar, poderes sonhar e ir atrás do teu sonho. Pode não dar em nada, mas tu vais atrás do teu sonho. E de negativo, eu não sei te dizer exatamente o que eu acho. Eu acho que é esse abuso de poder e nós não poderemos, nós simples mortais, não poderemos fazer nada.



Figura 3 – Imagem ilustrativa.

Fonte: Latuff (2012).

Porque o poder ainda manda. Eu dou muitos exemplos meus. Eu fui fazer uma faculdade já velha, já me formei velha, me formei em 2004, velha para estudante que eu digo. Eu agora em junho eu pago a última prestação do Financiamento Estudantil (FIES). E o que o banco ganhou em cima de mim para eu poder estudar, estás me entendendo? Isso eu acho um abuso. Eu não podia pagar, não tinha condições de pagar um cursinho para concorrer com as pessoas para a federal. E o meu desejo era muito intenso de me formar em psicologia. Eu queria, porque queria fazer. Eu agora, mês que vem estarei pagando a última parcela do FIES, que ganhou quanto em cima de mim? Faz um ano mais ou menos que baixou cinquenta reais, eu pagava quatrocentos e cinquenta e poucos, agora estou pagando quatrocentos e oito. E duas prestações atrasadas, por isso só no mês que vem eu termino, senão terminava agora em abril. Aí eu digo: isso aí é democracia?

Para uns tudo, para outros nada?

E os que não têm nada, tem tudo, o governo dá tudo. E a gente que aí para lá e para cá não ganha nada. E ainda o banco ganhar em cima de um estudante que não pode pagar. Se eu estivesse pagando só o que foi dado para a universidade tudo bem. Mas não ela ganhou em cima. De vinte e poucos mil acho que foi para quase quarenta. É revoltante isso, muito revoltante. Sobre minhas vivências na infância, talvez nesta época eu tenha adquirido ou desencadeado muitas neuroses, muita coisa.

Eu adquiri muitos problemas emocionais. Eu tive fobias, hoje eu poderia dizer que foi estresse pós-traumático, um monte coisas. E eu acho que fui influenciada por esses problemas, essa minha vivência, por esses meus traumas emocionais que foram bastante influentes para eu pensar a psicologia, para entender.

Não sei, acho que todo mundo vai fazer, no fim é pensando nisso. Não que as pessoas que nunca vivenciaram algum trauma não vão poder se colocar no lugar do outro, vão poder sim. Mas eu tenho a impressão que quem viveu, vivenciou um trauma emocional muito grande e que trouxe outros e outros e é uma bola de neve. E superou e superou. Eu acho que tem olhar diferenciado; uma escuta diferenciada. Não desfazendo quem não vivenciou, de maneira nenhuma. E é bem isso, a gente vivenciou a época da ditadura, a gente está vivendo esse processo democrático que não é tão democrático assim. Eu acho também. Às vezes eu tenho até medo de expor a minha ideia.

Sobre a violência de estado na subjetivação do sujeito, eu não sei, eu como sou muito de Freud, então a primeira vez que eu li isso aqui, a primeira coisa que me veio na cabeça é o Freud, que é o pai.

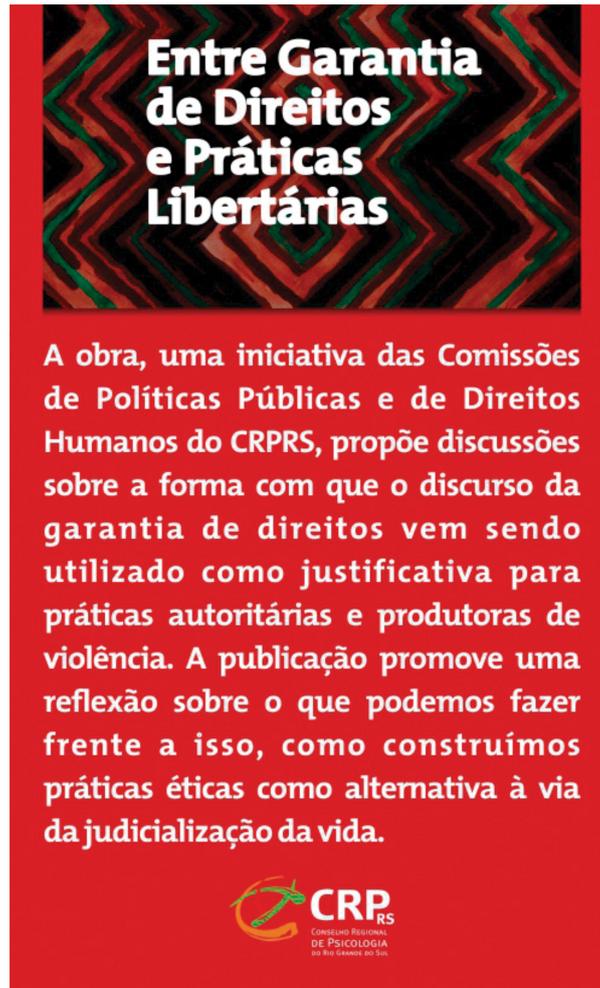


Figura 4 - Atividades do CRP/RS origina livro que discute as violências de estado.

Fonte: Ximendes, Reis e Oliveira (2013).

O Estado ter representação simbólica de um pai; é isso que me vem à cabeça. Um pai que está falhando, que não está protegendo o seu filho, que está violando os seus direitos, o que pode acontecer? Falta de respeito com o pai, violência. E violência vai gerando violência. Eu acho assim bem simples isso. O que vocês são? Eu adoro Freud. Eu adoro, posso pensar uma coisa, ou outra, ou outra, mas Freud para mim é muito forte.

O que seria o papel do Estado? Se tu tens uma ideia de que tem que ter um Estado para cuidar das pessoas e esse Estado está falhando. E aí? E aí vai virar o quê? E esse

pai não tem, não existe, está falhando. Aí tu tens dupla mensagem. Isso é o que eu penso; a primeira coisa que sempre me vem. Porque eu trabalhei na FEBEM, quer dizer Case, é que quando eu entrei era FEBEM depois transformou em um Case. Eu trabalhei como monitora. Então isso sempre me vem; um menino, uma história de um menino e que está entrando lá, infrator. Sempre me remete a Fase, sempre.

Podíamos pensar um modo de existir sem o pai. O que eu acho interessante é a gente poder pensar que até pode existir sim, uma sociedade sem pai mesmo. Onde tenha cooperação e autonomia de todos os sujeitos, que é o ideal anarquista. Mas quando tu dizes que a sociedade tem que ter um pai e esse pai não cuida, não educa. E mais ainda, além de não cuidar, para compensar a falta do cuidado dá presentinho, não é? Bolsa não sei o quê, bolsa, bolsa. Não é isso? Compensar a culpa?

Entrevista ocorrida no dia: 03/05/2013

Local: Residência da entrevistada - Santa Maria/RS

Entrevistador(a): Daniel Dall'Igna Ecker, Samantha Torres

REFERÊNCIAS

XIMENDES, A. M. C; REIS, C. dos; OLIVEIRA, R. W. (Orgs.). **Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias**. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo60.pdf>> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

LATUFF, Carlos. **Latuff cartoons**. 2012. Disponível em: <<http://latuffcartoons.wordpress.com>> Acesso em 19 de dezembro de 2013.

REVISTA ÉPOCA. Reportagem de Leonel Rocha (Foto: Arquivo Ag. O Globo) **Os infiltrados da ditadura**. Editora Globo, 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/11/os-infiltrados-da-ditadura.html>> Acesso em 19 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL. **Coreto, ao Fundo Igreja Matriz em São Vicente do Sul**. PROCERGS, 2013. Disponível em: <<http://www2.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=galeria&cid=371&g=19>> Acesso em 19 de dezembro de 2013.

RUTH ORDOVÁS

**“E aí eu acho
que deu para
refazer a minha
vida e deu para
andar nesse
caminho”**



Meu nome é Ruth Ordovás, sou filha de Henrique Ordovás Filho, natural de Porto Alegre, nascido em 03.07.1919, que foi preso político em 64, no dia 1º de abril de 64. Foi médico, pediatra, comunista nos áureos tempos do comunismo.

É uma história que eu acho que é tão interessante como de todos os outros presos. Meu pai foi militante de esquerda desde os 18 anos. Ele foi pego pichando “o petróleo é nosso” quando era estudante de medicina nos muros em Porto Alegre, onde ele morava. Aí ele se formou, foi para São Francisco de Paula, militou lá como comunista, como pediatra e era médico do hospital; junto com ele estava o sogro da atual Presidente da República Dilma Rousseff, Sr. Afrânio Araújo, e também o Sr. Derci, eram os três comunistas de São Francisco de Paula.

De lá ele veio para Caxias, montou o consultório aqui; montou a clínica infantil, o “partidão” junto com advogados como Dr. Percy Vargas de Abreu e Lima, junto com metalúrgicos como Bruno Segalla, Sr. Pizetti, e Ernesto Bernardi, e acabou criando a primeira associação de bairro de Caxias do Sul. E como ele militou sempre no movimento comunitário, no movimento sindical, foi médico dos sindicatos, dos filhos dos militares do Exército em Caxias do Sul, da época. Em julho de 64, foi indiciado em IPM (Inquérito Policial Militar), instaurado pelo 3º Grupo de Canhões (3º G. Can.) para apurar atividades esquerdistas em São Francisco de Paula/RS. Ao final o encarregado do inquérito concluiu que os fatos apurados constituíam crimes da competência dos tribunais civis, e encaminhados ao comandante do 3º G Can.

Concluiu que além dos fatos apurados através do parágrafo 3º do art.117 do Código de Justiça Militar (CJM), existiam indícios de crimes previstos na L. 1802 de 5/1/53 e no DL n. 2848 de 7/12/40, determinou que o relatório e a conclusão da investigação do IPM fossem remetidos ao chefe geral da Comissão de Investigação, a quem competia autorizar sua remessa ao órgão de julgamento.

Em setembro de 64, juntamente com outros comunistas, foi indiciado o IPM, instaurado para apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos que, na Guarnição de Caxias do Sul/RS, tivessem desenvolvido atividades capituláveis nas leis que definiam crimes militares e crimes contra o Estado e a Ordem Pública Social. No relatório do encarregado do inquérito, datado em 11 de setembro de 64, foram registrados os seguintes dados sobre o meu pai: inteligente e sagaz, comunista da velha guarda; militante no Partido Comunista desde 1947; atuado nas cidades de Porto Alegre, São Francisco de Paula e Caxias do Sul, fichado no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), onde se verifica participação comunista ativa; sua atividade comunista pode ser constatada pela promoção de reuniões que realizava, tanto no consultório como na sua residência, reunindo elementos comunistas e simpatizantes, certamente foram tratados assuntos de interesses do PCB; declara no presente ter se desligado do PCB em 1958, contudo pela apuração dos fatos há a inveracidade da declaração; recebeu e coletou assinaturas visando à legalização do PCB; participou de reuniões dos metalúrgicos, quando tramavam a greve em Caxias do Sul; inteligente com o fito de esquivar-se do § 3º do art. 11 da L.1802/53 (LSN), assinou manifesto em apoio a Revolução Cubana.

Foi integrante da Comissão responsável pela difusão em Caxias do Sul, do Jornal Nova Rumos, participou e orientou o Movimento dos Sem Terra, participou da campanha-comício pró Fidel Castro.



Figura 1 – Manifestantes em frente ao antigo “Dopinha” em Porto Alegre, em ato de criação do Memorial Ico Lisboa.

Fonte: Comitê Carlos de Ré (2014)

O encarregado do inquérito concluiu que havia indícios de que meu pai havia contrariado o prescrito no parag. 5º e 13º do art.141 da Constituição Brasileira de 1946 e o parag. 3º do art.132 do Código Eleitoral (L.1164 de Julho de 1950), além de indícios de culpabilidade por ter incidido no crime previsto no art. 5º 7º 9º; parag. 3º do art. 11,17º, 40º e com agravante no parag. único da L. 1802 (LSN), que definia crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Foi cassado como suplente de Vereador em conformidade com o OF. nº 139/64 da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul pela Aliança Renovadora Nacional (ARS). Informações estas, dadas pela Secretaria Nacional de Informações (SNI). Foi atingido pelo Art.10 do Ato Institucional de 09 de abril de 64.

Seu nome constou na relação nominal datada de 06 de janeiro de 1966, elaborada pela Casa Militar/RS, de funcionários estaduais e municipais atingidos pelo Ato Institucional com demissão e aposentadoria. No seu caso,

figurou no rol dos aposentados, como médico clínico, da Secretaria Estadual de Saúde do RS.

Em dezembro de 67, a partir do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, foi estabelecida uma estrutura básica para o Partido que previa órgãos como: Comitê Central (CC), Comitê Estadual (CE) e Comitê Municipal (CM). Meu pai integrava o CE do Rio Grande do Sul. Em agosto de 74, figurou em relação da Secretaria de Segurança Pública do RS (SSP/RS) como militante político-ideológico, com atuação na Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Em julho de 1979, participou de debates e palestra de cunho político ideológico na UCS. Em 1984, atuava como médico da Diocese de Caxias do Sul/RS, na Comissão da área de Saúde da Pastoral Operária. Nos dias 29 e 30 de Out de 84, participou de um painel sobre Direitos Humanos e Violência, organizado por diversas entidades de direitos humanos e realizado em Caxias do Sul/RS.

Eles se reuniam no consultório dele, na minha casa ou na casa do falecido Dr. Percy Vargas de Abreu Lima, que era um advogado que também tinha um centro de cultura aqui em Caxias. Na madrugada de 31 de março de 64, ocorreu a prisão de vários comunistas na cidade no mesmo momento, foram todos na mesma madrugada presos; foi a uma da manhã que meu pai foi preso na madrugada do dia 31 de março. É tem um fato bastante interessante e bastante curioso. Como ele foi médico pediatra de alguns filhos dos militares do Exército, nenhum deles queria prender meu pai. O que aconteceu? Eles fizeram um sorteio para ver quem iria prendê-lo, porque ninguém queria prendê-lo. Aí veio um pessoal de Porto Alegre prendê-lo.

Eles já tinham tirado das casas, vários comunistas e quando chegaram à minha casa às duas horas da manhã esperaram meu pai se vestir, disseram que estavam tirando-o para um interrogatório, ele disse: “eu sei que eu não vou voltar, mas deixe eu me vestir, eu sei por que

eu estou saindo, porque estou sendo preso”. Esperaram que meu pai passasse seus pacientes para outro colega pediatra. Ele avisou minha mãe que estava sendo preso. Eu tinha duas irmãs adolescentes na época e uma irmã criança também, mais velha que eu. Aí tiraram meu pai num carro que não era um camburão, era outro carro.

E depois que meu pai saiu, entraram muitos militares dentro da minha casa, cada dois ficaram em cada uma das camas, com luz forte, com holofotes e com armas de cada uma porque eles imaginavam que nós tínhamos documentos da Rússia dentro de casa, que vinham da Rússia.

E não tinha. Ninguém nunca teve documento da Rússia, nenhum comunista tinha documento da Rússia. Mas eles ficaram ali a noite inteira. E nós ficamos com luz forte, eu tinha dois anos de idade, mas a nós ficamos com luz, imagina? E com arma, sem entender o que tinha acontecido. Para as minhas irmãs mais velhas a minha mãe falou que meu pai estava sendo preso, para mim não, mas também não tinha muita noção disso. E eles ficaram rodando com o camburão, rodando a noite inteira e vários dias para ver se chegavam os documentos. Não chegavam. Claro que não chegavam documentos. Aí que eles levaram meu pai para um quartel aqui e daqui ele foi para o DOPS em Porto Alegre.

Ele ficou 60 dias preso, entre quartel e o DOPS e depois foi para o hospital, um hospital que era de um amigo dele em Porto Alegre, era o Hospital de Reumatologia dos Drs. Saul e Antônio Messias, e ficou preso lá num quarto com dois militares armados, fortemente armados ali na porta do quarto. E cada vez que entrava um médico no quarto, qualquer pessoa que entrasse no quarto faziam tudo para ver se tinha arma, documento, vasculhavam bolsa, roupa, tudo porque eles acreditavam que as pessoas iam trazer

documentos e se alguma arma seria entregue a ele. Nunca houve esses documentos. Então o que aconteceu? Eles entraram na minha casa e viram uma série, havia coleções de Machado de Assis, coleções de filosofia, de todos os autores, o meu pai era um grande leitor.

Eles pegaram o livro A Divina Comédia, de Dante, como exemplo de subversão e levaram dizendo que aquilo ali era a prova da subversão, do comunismo.

E queimaram uma série de livros, coleções, mas coleções eles queimaram e muitos livros foram enterrados no pátio da minha casa, atrás. Porque era uma coisa tão persecutória, tão paranóica durante todos os anos que não dava, nós éramos seguidamente controlados, diariamente controlados.

As minhas irmãs iam para a escola, havia gente controlando, qualquer lugar que elas iam, e sem contar que elas foram discriminadas na escola pelos professores, pelos colegas, ninguém podia ficar perto porque elas eram filhas de comunistas e “comunista comia criancinha”.

Comunista era o horror do mundo. Havia coisas muito engraçadas, porque eles faziam reuniões no consultório do meu pai, meu pai escondeu Luís Carlos Prestes em casa, em Porto Alegre, eles nunca souberam, nem a minha avó paterna ficou sabendo que o meu pai escondeu Luís Carlos Prestes. Era uma coisa muito sigilosa, muito escondida, não se podia falar nada. Mas minhas irmãs quando foram prestar vestibular, uma das minhas irmãs, minha segunda irmã, a Nádia, que foi prestar vestibular também para medicina, prestou vestibular com dois policiais federais na frente dela. Na frente da mesa dela tinha dois policiais federais.

Ela passou no vestibular, eles a reprovaram. Porque ela não podia passar, ela acabou indo pra Itália para fazer o primeiro ano de medicina, mas, até 1985 eles tinham a nossa vida toda, sempre, sempre. Eles sabiam exatamente tudo o que acontecia. Eu quando fui para a escola, eu lembro de que estava no ensino fundamental, num colégio de freiras e as freiras diziam assim: “ah, mas tu és filha de comunista”. E daí? Quando eu fui para outro colégio fazer o ensino médio, e era colégio de padre. Eu fui chamada não sei quantas vezes num ano porque eles queriam saber como funcionava a vida na família de um comunista. Eu nunca respondi, eles ficaram sem saber até hoje, porque nunca disse absolutamente nada. Até porque eu sempre achei que era uma invasão de privacidade. Como é que tu vais ficar falando, que interesse tinha de saber?

Então isso sempre aconteceu, a gente sempre foi reconhecida e conhecida como a filha do fulano: “ah, mas ele era um cara muito bom, mas ele era comunista”. Como se ser comunista fosse a pior das coisas, na verdade não era.

Até hoje as pessoas dizem: “ah não, ele era muito bom, ele era uma cara que fazia o bem, mas ele tinha essa atividade dele de esquerda”. Ele faleceu, vai fazer 15 anos em agosto, as pessoas ainda têm esta fala: “ah não, mas ele era de esquerda”. Sim, mas ser de esquerda... Qual é o problema? Como se fosse um horror. E nós sofremos muito com isso. Nós somos reconhecidos, eu sou reconhecida como filha de um comunista, o que, aliás, tenho muito orgulho. Quando me filiei, a minha primeira filiação com 16 anos foi no Partido Comunista. Eu com 14 anos, 13 anos, eu conheci a minha primeira favela. Meu pai me levou à minha primeira favela. Que era realmente conhecida como favela, hoje já não é mais. E eu fui lá conhecer a vida das pessoas e conhecer como elas viviam, quem eram; quais as suas expectativas. Acabei caindo no movimento comunitário

meio que sem querer. E aí eu acho que isso existe ainda, claro que nós não estamos na ditadura, estávamos em 64 com a assinatura do AI-5, em 84 quando houve abertura, mas nós ainda somos reconhecidas como sendo filhas de comunistas, por ser de esquerda.

Sempre fomos, meu pai e eu de esquerda, eu sempre fui de esquerda, meu marido também, minha filha vai fazer o caminho político dela também, minha mãe também. A minha filha com sete anos sofreu o primeiro caso de *bullying*, em função de que ela foi para a escola com o *bottom* do Pepe Vargas. Aí fui chamada porque ela estava se posicionando politicamente e é uma criança. Bom, é uma criança que sabe muito bem a diferença do que é à direita e o que é à esquerda, porque sempre foi explicado para ela. O que representa os trabalhadores, o que representa a elite, o que é luta de classes, tudo isso ela já sabe. Então ela tem muito claro isso.

Agora ela já aprendeu a se defender, mas com sete anos ela não sabia como é que ela se defendia dessa discussão. Nós somos todos reconhecidos por isso, todos nós que somos filhos de comunistas somos apontados como filho do fulano que era comunista e foi preso político. Então ainda tem esse ranço político partidário da sociedade, isso tem. Profissionalmente também eu acho que perdi bastante em função dessa posição político partidária. Também acho que é uma escolha que a gente faz, eu fiz essa escolha. Acho que é uma escolha muito correta, muito acertada de me posicionar politicamente, de me posicionar às vezes partidariamente, mas a gente sofre. A gente sofre muito com isso, eu estou fazendo a reconstrução da história do meu pai, e é claro, a gente está aqui no Centro de Cultura que tem o nome dele, que tem toda uma história e agora com essa Comissão da Anistia que está aí, está reconstruindo toda uma história.

Eu consegui do Arquivo Nacional 18 dossiês onde o nome dele aparece e mais toda história. O engraçado foi que

quando eu liguei no Exército aqui em Caxias para pedir os dados dele, eles me disseram assim: “ah Ruth, a única pessoa que não tem dados nenhum de que foi preso em Caxias foi o teu pai, do resto todos os outros a gente tem”.



Figura 2 – Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho.

Fonte: Pontos de Cultura Caxias do Sul (2012)

Aí eu peguei um avião e fui para Brasília e fui ao Ministério da Defesa e conversei com os comandantes de lá. É claro, eu liguei para lá e aí me encheram de perguntas ao telefone: “por que eu queria os dados?” Mesmo com essa Lei da Informação, mesmo com a Comissão de Anistia, eles me disseram por que eu queria? E eu teria que fazer um ofício, isto tudo antes de conversar com o Coronel que falou comigo ao telefone. Eu disse: “não, estou em Brasília quero ir até aí”.

Quando eu cheguei, eles já sabiam o que estava procurando. Aí sentou comigo o coronel que me atendeu ao telefone

e outro coronel na minha frente, ambos muito gentis e educados, e outras duas pessoas que ao que parece trabalhavam ali. Aí eu disse o por quê: eu queria todas as informações do meu pai para reconstruir a história pela questão da Comissão de Anistia. Então um dos coronéis chegou para mim e disse assim: “teu pai fez parte do Grupo dos Onze do Brizola?” Eu disse: “não”. “Não, mas ele fez parte”. Eu disse: “não fez; meu pai era comunista, mas não tinha ligação com o Brizola”. “Porque a forma como ele foi preso, foi da mesma forma do Grupo dos Onze”. Eu disse: “não estou sabendo”.

Ele contou para mim toda a história do meu pai, como ele tinha sido preso, quem tinha prendido. Eu fiquei olhando para ele, ele sabia muito mais do que eu, muito mais que eu. “Agora a senhora tem que ir ao Tribunal Militar para pegar os dados dele”. Puxei então uma carta que eu tinha recebido em 98 quando deu o *habeas data*, a primeira vez que eu pedi em Brasília foram os dados do meu pai. E eu recebi uma carta do SNI dizendo quem ele era. Aí eu disse para ele: “mas eu tenho isso aqui, esse documento” e apresentei para ele a carta do SNI. “Como é que a senhora tem isso?” “Ah, porque eu recebi em 98”.

Ele respondeu assim: “bom, com este documento aqui a senhora não precisa de nenhum documento mais para entrar com o processo de reconhecimento de anistiado, porque aqui diz exatamente o que o exército fez com o seu pai, todas as investigações”. Então assim, todas as reuniões que ele participou, todos os lugares que ele estava quem estava nas reuniões, é claro que eles tinham gente infiltrada. Aí quem denunciou foi um vereador que pediu a cassação, porque eles eram extremamente perigosos, inclusive eles relatam na ata de cassação da Câmara, ele diz assim: “se algum filho dele tivesse algum tipo de pensamento parecido, por ter conversado ou com meu pai, ou com outro ele mataria eles”.

Porque o tamanho da afronta que seria, do medo que eles tinham de que as pessoas pensassem da mesma forma. Esse relato está transcrito da ata de cassação. Ele mesmo mataria o comunista que chegasse perto do filho dele. Aí a gente tem a dimensão não só do medo, mas da ignorância, da falta de conhecimento dos próprios políticos da época. Aí depois a gente sabe que teve um padre, que teve um jornalista, que teve uma senhora da sociedade que estava infiltrada e que os denunciaram todos. Claro, a gente só ficou sabendo disso muitos anos depois quem foram as pessoas que denunciaram, eram pessoas do convívio, pessoas que iam ao consultório, que os filhos eram pacientes do meu pai, que frequentavam as reuniões.

E aí não dá para entender, foi gente muito próxima, muito próxima mesmo e que fizeram todo esse papel horroroso. Eu acho que o que movia as pessoas a fazer isso era ódio, algo impensado, medo. Porque assim, o que tu não conhece te amedronta. E eles tinham muito medo, na ocasião, que os comunistas tomassem um espaço maior e eles perdessem o seu espaço, que a elite perdesse o seu espaço.

Porque quem estava ali denunciando era a própria elite. Eu acho essas pessoas ignorantes totais.

Eu não consigo conceber esse medo. Sabe, porque diziam assim: “ah, mas comunista come criancinha”. Mas meu pai era pediatra tinha um monte de crianças todos os dias no consultório dele e ele não comeu nenhuma, ele perdeu tempo então?

E era uma coisa assim muito absurda, muito absurda mesmo. E assim, depois que ele foi preso as pessoas comentavam muito as prisões, como algo fora do comum.

E ele era médico do Centro de Saúde e ele foi exonerado e cassado também. As pessoas diziam assim: “ah, bem feito, ele tinha mesmo que ser preso”. As pessoas te identificavam: “nem dá bola porque essa é filha do fulano, não dá para conviver com ela”. Essa frase eu ouvi na escola no ensino fundamental de uma professora. Então a gente estava no convívio social sempre meio que marginalizadas. Porque, imagina filha de comunistas, em plena ditadura? Na década de 70, em plena repressão, na década de 80, mesmo que tenha aberto no meio da década, mas tinha repressão e ainda tem repressão, nós éramos discriminados. Nós sofremos coação.

Hoje o que a gente chama de *bullying*, tinha *bullying* naquela época, só mudou o termo porque violência a gente sofreu sempre, no que se refere a essa questão político-partidária. E aí depois tu convives anos e anos e anos com as pessoas, tu ficas pensando: o que é que move um ser humano achar que outro indivíduo é tão perigoso porque pensa diferente? A minha filha teve uma aula de história, agora há uns vinte dias, a professora passou rápido pela ditadura, rápido pelos Anos de Chumbo até porque devem entrar mais adiante. Aí ela disse assim: “meu avô foi preso”. Claro, ela conhece a história dos Anos de Chumbo por nós. A sala inteira olhou pra ela e disse assim: “ele roubou o quê?” “Nunca nada, ele só pensava diferente”. Então ainda, claro quem é preso é porque furta, é porque rouba. E aí na verdade foi roubado dele, a ideologia política, foi roubada dele e dos demais o sonho de transformação da sociedade. Não era nem a questão partidária, era a questão ideológica. Porque na verdade como médico ele atendeu sempre sem cobrar os que não podiam pagar, sempre deu remédio, sempre pagou rancho, tudo o que faltava para as pessoas mais carentes.

O que ele idealizava naquela época era o SUS que tem hoje. Porque eles brigavam por uma saúde igualitária para todos, pelo Sistema Único de Saúde esse universal que temos hoje e por isso é que ele foi discriminado, ele

não voltou mais para a Secretaria de Saúde do Governo do Estado porque eles não permitiram mais. Quando voltou para Caxias depois da prisão, o consultório aumentou a clientela, no dia seguinte. Daí teve a abertura política, daí já não era mais tão ruim, tão amedrontador, como ele era naquela época. Mas aí ele teve uma série de problemas emocionais, psicológicos, ele começou com insônia em função da prisão, ele começou a ter gastrite, ele começou a ter problema cardíaco em função disso, porque tu imaginas: tu estás preso, tu ter gente atrás dos teus filhos deve ser uma coisa horrível, é uma coisa torturante mesmo.

E aí começou a ter uma série de sintomas, ele se isolou do convívio social, porque como ele foi muito discriminado pela sociedade, por mais que ele tenha sido médico, e quando ele saiu da prisão que ele abriu o consultório dele de novo, o consultório encheu no primeiro dia. Os clientes todos voltaram, isso deixou alguns médicos aqui de Caxias indignados, porque imaginaram na cabeça deles que ele ia perder a clientela, pelo contrário, voltou à dele e ele acabou ganhando outros clientes. Mas, mesmo assim, continuou discriminado pelos colegas, ele continuou discriminado por parte da sociedade, pela sociedade que não era intelectualizada a meu ver, que não tinha nenhum tipo de conhecimento, mas enfim. E aí, mesmo assim, ele teve vários problemas psicológicos e nós também tivemos. Fomos para a terapia.

Ficamos muito tempo com a impressão de gente nos observando, as minhas irmãs mais velhas sabiam que estavam sendo observadas. A Nádia quando foi prestar vestibular para medicina, quando ela chegou ao local da prova, ela ainda estava no carro onde também estavam meus pais, foi arrancada do carro, levada para uma sala sozinha com dois agentes do DOPS, foi ameaçada e acusada de ter as provas do vestibular. Claro que não tinha, mas mesmo assim ela teve que sentar na primeira fila da sala e estes dois agentes se sentou a sua frente enquanto fazia as provas. Eles a reprovaram no vestibular, mesmo

tendo notas para a sua aprovação. Afinal, ela era filha de comunista. Não dá para conceber esse tipo de coisa. E eu estudei, eu até 85 fiquei com, não policiais, mas com a escola me perguntando, como era a minha casa, o que é que nós fazíamos em casa. Na minha casa tinha a Voz Operária, a Voz do Povo, a Classe Operária, que eram jornais de esquerda, meu pai era de esquerda e a gente tinha esses jornais.

A gente tinha revista Princípios, e tinha claro, um aparato bibliográfico de esquerda, mas nada que ameaçasse. E assim, o interessante que o coronel, quando eu conversei com ele em Brasília, ele disse assim pra mim: “a gente sempre soube que não tinha documentos da Rússia, que nunca nenhum comunista ia receber documentos da Rússia, mas era uma forma de amedrontar os comunistas”. Foi com essa desculpa que ficaram procurando provas e amedrontando as pessoas. Aí onde é que é a parte mais sensível?

São as crianças, então a coação era muito grande. Eu fiquei ouvindo, porque eu fiquei conversando com ele duas horas e meia em Brasília, e fiquei ouvindo muito mais do que falando. Gente, nós estamos em 2013 e ele acha que isso foi uma coisa normal. Ele era uma pessoa de idade, não era um jovem do exército. Ele já era uma pessoa que tinha setenta e poucos anos, então sabe muito bem como foi a questão dos Anos de Chumbo. Aí ele acha que isso foi correto. Mas vocês querem o reconhecimento, vocês querem indenização.

A questão não é indenização, a questão é o reconhecimento de que as pessoas passaram por esse processo histórico, foram torturadas, foram coagidas, tiveram a sua liberdade e seus direitos, os direitos políticos cassados, perderam parte da sua vida profissional, afetiva, social e aí isso passou. Não, não passou. A gente tem que construir essa história, essa

história tem que aparecer, as pessoas tem que saber o que aconteceu. Não pode passar despercebido isso.

Então ele disse: “ah não, mas tem muita gente entrando na Comissão de Anistia”. Tu vê a Dilma, a Dilma foi uma militante e foi torturada. A Dilma foi uma pessoa ideológica, ela foi torturada, ela passou por um processo extremamente doloroso assim como todos, ela está aqui hoje porque nós, os eleitores, que acreditamos em país melhor para todos, fizemos um movimento de colocá-la ali como representação daqueles anos e como reconhecimento daquilo ali tudo. Ela representa não só essa parte de história, mas também o desejo de todos aqueles que buscam melhor qualidade de vida.

Este é o processo democrático que vai se construindo aos poucos neste país, enquanto tivermos fome, desigualdade social... tem que construir espaço onde se possa escolher a escola, as roupas que se veste, a comida, vai buscar a democracia, a igualdade social. Conversei com o subcomandante em Caxias, ele me disse: “o teu pai é o único que a gente não tem os dados dele aqui e não tem nem no DOPS em Porto Alegre, eles não têm os dados”.



Figura 3 – Manifestação nos Anos de Chumbo.

Fonte: Agência Estado

O que é um absurdo, porque se ele foi preso, se ele ficou no DOPS, ele tem que ter os dados, tem que ter o registro disso.

E assim, aí eu acionei pela Lei da Informação o Ministério do Exército, o Ministério da Defesa, a ABIN e aí eles retornaram dizendo assim: “a gente não tem nada sobre o seu pai, nenhum registro de que seu pai foi preso”. Como se ele não tivesse sido preso; “mas se a senhora quiser discutir isso judicialmente para a gente lhe dar os dados...” Quer dizer, se eles têm os dados, eles não vão dar educadamente eles disseram isso.

Imagino que dar os dados a todos poderá dar o boom histórico. Mas acho que esse é o papel da Comissão da Verdade. Então eles disseram: “não a gente não tem nada, mas tu pode judicialmente solicitar.” Eu educadamente agradei a disponibilidade deles, a atenção. Nem para quem já pediu há um ano eles também não deram. E talvez fique por isso mesmo. O que a gente tem de dados é o que a gente entra na Comissão de Anistia e o que vai acontecer? Eles me deram duas opções: “tu podes ter um reconhecimento do teu pai público com outros presos e a gente faz uma solenidade dizendo que sim, que ele foi preso que ele foi torturado, que ele foi coagido, ou tu podes ter essa cerimônia individual”.

Eu disse: “o reconhecimento é diferente?” “Não”. Então na verdade o que pode acontecer com essa Comissão de Anistia é o reconhecimento dos Anos de Chumbo, que eles vão homenagear cada um que entrar com processo e talvez para alguns uma indenização financeira, que também não vai adiantar para absolutamente nada porque não paga absolutamente nada do acontecido. Mas precisa ser discutido, precisa ser trazido

(...) porque é um pedaço da história que as pessoas não sabem o que aconteceu. E só sabe o que aconteceu quem viveu isso. Porque é uma coisa que as pessoas não comentam, não querem comentar e realmente é um processo muito doloroso. Emocionalmente é muito complicado para muitos, eu mesma tive muita dificuldade no início de lidar com tudo isso. Porque tu ter que mostrar, é uma ferida isso.

A gente não sabia exatamente o que estava acontecendo, a minha mãe foi naquela época que o meu pai estava preso a Porto Alegre, três, quatro vezes na mesma madrugada, porque eles disseram assim: “ah, faltou tal documento”. Ela vinha e buscava daí quando chegava: “não, mas faltou tal coisa”. Ela voltava. Sabe? Minha mãe foi incansável nesse momento, e com quatro filhas. Mas eu acho que a gente tem que discutir, a gente tem que falar sobre isso. Não sei o quanto isso pode mudar na cabeça das pessoas.

Tem um grupo de pessoas que não vai aceitar nunca, mas tem que realmente ser debatido, tem que ter aprofundado, tem que dar visibilidade. Eu vi, e não sei se vocês viram o coronel Ustra semana passada na televisão. Ele dizendo, ele foi um dos torturadores, dizendo que as pessoas só foram mortas porque estavam de armas na mão. Não tinham armas na mão, eles supostamente o mataram. Então, eles vão dando isso como correto. O Geneton Moraes Neto entrevistou o Cel. Newton Cruz, e outros coronéis da ditadura e eles acham que isso tinha que acontecer que eles tinham que ser mortos, tinham que ser torturados, que tinha que bater porque afinal de contas eles estavam fazendo um movimento na rua, eles estavam se colocando, estava dizendo o que pensavam, lutando por aquilo que acreditavam, imagina? Então eu acho isso tão absurdo. Talvez traga a discussão, não sei o que isso pode mudar socialmente, acho que muito pouco ainda. Mas traga um pedaço da história que é extremamente importante de se conhecer e se reconhecer, porque as pessoas não conhecem

as pessoas além de não conhecer, não falam sobre isso, não querem falar sobre isso porque realmente é uma coisa muito dolorosa, psicologicamente mexeu com todo o mundo, quem sofreu quem passou por isso, nós sabemos o que aconteceu e tem gente que nem quer saber. Não quer saber e não vai querer saber.

Tu ficas ouvindo esses jovens com um discurso assustador às vezes, porque eles não conhecem. Mas eles defendem um processo muitas vezes equivocado. Realmente tem que bater, tem que acabar, tudo o que for diferente ao que eles pensam não pode existir. Então eu penso assim, o que a gente está fazendo com esses jovens? Que mundo a gente está mostrando para eles? Que sociedade a gente está mostrando para eles, que eles estão vendo só um lado?

Quer dizer, não existe um contraponto, não existe uma crítica, eles não fazem uma crítica porque eles também não conhecem. Aí fica ruim, fica complicado, estamos numa democracia.

A democracia é boa, a gente está podendo votar, a gente está podendo discutir, mas ainda temos muito a avançar.

As pessoas identificam a militância. Aqui em Caxias notamos muito isso. Fulana pertence a tal grupo, fulano pertence a qual grupo, é de tal tendência, ah não então não vamos ouvir, esse indivíduo é tido como reacionário. As pessoas não ouvem. Aquilo que não interessa para elas, elas não querem discutir e isso é muito complicado se tu fores pensar socialmente. Porque a sociedade ela é toda diferente e se tu não discutes isso, tu também não discutes outras coisas que estão por trás. Daí também os professores

não discutem, alguns dos professores de história, nem conhecem como realmente ocorreu. E se não conhecem vão discutir o que mesmo?

E aí eu fico pensando: gente, como é que tu estás na frente de X alunos e tu não conheces aquilo que tu tem que transmitir? Ou que vai dar somente um viés e não vai discutir o que tem por trás, o que tu vais mostrar para os teus alunos para que eles possam fazer a crítica? Aqui em Caxias, no Leonardo Da Vinci no ensino médio, a escola não existe mais, agora no grupo é a escola da Luisa; no ano 92 para ti teres uma ideia, eles defenderam o Hitler. Um grupo fez a defesa do Hitler e outro, no ensino médio é claro, e o outro tinha que acusá-lo. Ganhou quem defendia o Hitler. Tu ficas pensando que esses jovens de 15, 16 anos que estão indo para uma universidade, com que informação.

Essa atividade do Hitler saiu no jornal inclusive, no jornal televisivo e impresso chocou muitas pessoas. E essa é a visão de alguns jovens, nós temos hoje grupos neonazistas espalhados pelo país, intolerantes com raças, fóbicos com homossexuais, etc. No que ele foi bom? Porque quando acontece alguma situação de violência e que é muito divulgada, muito publicitada, o que é que eles fazem?

Qual é a fala da maioria das pessoas? Tem que matar. Tem que reduzir a idade penal, dando exemplos de países que chegam a responsabilizar crianças com 10 anos de idade.

E não é preciso (re) socializar, a saída é endurecer o sistema penal, colocar todo mundo atrás das grades. Não é preciso investir em políticas públicas, no indivíduo. Mas, aí eu me pergunto: se a situação fosse contrária, se o agressor, o homicida fosse um filho ou alguém da família destes que defendem a pena de morte, por exemplo, valeria o discurso? Ou somente vale para quem teve menos condições de acesso na sua vida, para a população mais fragilizada?

A diminuição da violência para eles só se dá, se matares os bandidos. Aí está resolvida a situação da violência? Eu acho que isso tem resquício também, porque tu não podes sair fazendo esse discurso simplesmente, muitas vezes sem conhecimento e sem responsabilidade. Mas aparece muito esse discurso. Muitas vezes na segurança pública tu vês esse discurso, vamos matar. Em Caxias teve uma ocasião, muitos anos atrás, para ti teres uma ideia, eles entraram em um bairro e acabaram com um monte de “bandidos” como muitos chamavam. Ah tá dando problema, acabou. Então tu vês ainda que em muitos locais a polícia tem esse viés e a sociedade tem esse viés. Não temos por esse país matadores de aluguel? Às vezes a imprensa divulga nos meios de comunicação.

A diminuição da violência para muitos ainda se faz com coletes, armas e viaturas. Como se resolvesse a questão. Se fosse desta forma estaríamos perto de resolver a violência.

Acho que muitos têm esse discurso ainda. Tem esse discurso até de algumas pessoas que trabalham com apenados, que estão nessa área da polícia, da segurança, seja ela da Brigada Militar, da Civil em nosso país.

A Guarda Municipal em muitos municípios quer arma para poder ter poder, poder de polícia.

Não vai melhorar, enquanto cidadão, então mata. Naquela época, eles torturaram, mataram, eles enterraram, eles ocultaram, desapareceu gente, como se fosse totalmente descartável. Eles acabaram com a história de uma família, com a história de uma pessoa porque não era aquilo, eles não concordavam com aquilo que as pessoas pensavam.

Acho que a gente tem muito isso, temos resquícios ainda, temos que cuidar; essas falas muitas vezes são reacionárias, de pessoas que estão socialmente privilegiadas, são formadoras de opiniões, são reconhecidas dentro da sociedade que fazem essas falas para os filhos e que fazem essas falas para os amigos dos filhos e que isso reflete no grupo, que reflete na sociedade.

A gente vê a questão do desvio de conduta, da falta de limite, no desrespeito com o próximo. Aparece o *bullying*. Bom, se tu és mais fraco que eu ou se tu não concordas comigo, bom, eu vou te bater, vou mostrar que sou mais forte, porque tu não pensas como eu, vou te desqualificar no grupo, na escola, na vida social. Eu vejo isso muito entre jovens aqui na sociedade, em Caxias ou em cidades de porte menor, fica mais visível, mas tem em todos os lugares. Eu acho que tem resquícios, sim, ainda.

E eu acho que nós vamos demorar muito ainda, porque enquanto a gente não mostrar esse período da história, enquanto a gente não botar para fora, enquanto não se discutir, não mostrar para população que os comunistas não eram tão ameaçadores e tão bandidos, que foram torturados seja psicologicamente ou fisicamente, não eram perigosos para a sociedade, simplesmente eles pensavam diferente, ideologicamente eles queriam outro mundo.

Temos que conversar sobre isso, ouvir as pessoas, senão não vai resolver, senão corremos o risco de não mostrar os anos que foram difíceis no nosso país, e que poucos vão conhecer. Penso que temos que fazer uma mudança de conceitos, de preconceitos e de pré-conceitos a respeito desta fase obscura da nossa história. A Comissão da Verdade tem um papel importante de visibilizar com documentos, com depoimentos e com reconhecimento com o objetivo de trazer um pouco à tona essa história, para que possa ajudar a rever estes conceitos.

Quando eu era adolescente eu tinha uma resistência, vamos dizer assim, com as pessoas que trabalhavam no Exército, na Brigada, na Polícia, enfim. Hoje a área que eu mais gosto é Segurança Pública e Violência, quer dizer, dei uma reestruturada para poder trabalhar com tudo isso.



Figura 4 – Imagem ilustrativa

Fonte: Latuff (2012)

Porque eu com 24 anos, 25, eu fui diretora da FEBEM, em Porto Alegre, eu fui diretora, entre o Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente, peguei aquela fase. E depois eu digo: bom, eu vou enveredar para isso, eu vou fazer da minha vida, vou ter que retomar esse processo todo que eu passei de violência e vou trabalhar com pessoas que sofrem violência. Eu faço exatamente isso. Só trabalho com segurança pública e com violência. Para mim influenciou bastante, porque eu vim, antes de me formar como psicóloga assumi a direção da FEBEM, fui já gerente de 52 Conselhos Tutelares, dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, então sempre tive o meu viés social nessa área da violência.

Participei do movimento comunitário desde os anos 80. Eu acho isso muito importante, para mim é muito bom, porque talvez eu resgate algumas coisas trabalhando com esse pessoal. Eu acho que não dá para a gente fazer o discurso de ‘mata todo mundo’ ou bota uma câmara de gás e liga aí o gás como fez Hitler, como algumas pessoas fazem esse discurso. Eu acho que dá para reestruturar, dá para (re) socializar. Para ti teres uma idéia, depois eu fui gerente da FEBEM aqui em Caxias, e nós tínhamos 16 adolescentes em semiliberdade, 14 nós botamos no mercado de trabalho, eles nunca mais reincidiram. Então o que nos diz isso? Investe. Por pior que tenha acontecido com ele, investe que dá certo, principalmente jovem.

Eu acho que é isso: eu introjetei essa questão da violência pela questão boa e fiz disso o meu trabalho, e estou muito realizada e sou muito feliz fazendo isso.

Eu gosto muito dessa área, eu sou perita do Tribunal de Justiça, eu gosto de trabalhar com casos de maus tratos, de abandono e eu acho isso muito bom, eu fico muito feliz fazendo isso. Eu acho que tem um pouco não só da minha questão como psicóloga para poder reorganizar como agente social, como agente transformador, eu consigo fazer isso, mudar um pouco a vida das pessoas nas comunidades mais carentes. Eu criei um Observatório da Violência, intersetorializando as políticas públicas e buscando a redução de custos para qualificar ações e investimentos. Eu gosto muito, eu acho que me marcou, me fez mal, sim, mas eu fui para a terapia fiquei oito, nove anos em terapia, em plena adolescência, em plenos Anos de Chumbo. Estou muito tranquila e eu estou muito feliz. Eu acho que psicologia é isso

Foi um momento bastante difícil, porque tu imaginas tu ser discriminada por professor, por colega, por escola,

por todo o mundo porque tu eras filha de comunista, era uma coisa que não dava muito para entender e quando tu és criança tu não entendes isso. E aí eu acho que deu para refazer a minha vida e deu para andar nesse caminho.

Eu não faço psicologia clínica simplesmente. Eu tenho um viés social e comunitário muito forte, eu gosto de estar na comunidade, eu gosto de fazer a transformação *in loco*. Eu acho que tu atinges muito mais pessoas, eu acho que tu trabalhas melhor, eu acho que as pessoas te ouvem e tu ouvindo as pessoas tu consegues dar outro norte, ajudar a fazer de outra forma, modificar a vida das pessoas. Eu já fui coordenadora da Ação da Cidadania, do Betinho, quando era nos anos 90, coordenei seis, sete anos a Ação da Cidadania.

Estive muitos anos próxima da UAB, União de Associações de Bairros, participei durante anos de um projeto da Brigada Militar, o PROSEPA, que tinha por objetivo retirar adolescentes do risco social e sempre deu muito certo este trabalho. Eu sempre tive esse viés social, eu acho que enveredei para esse interesse muito cedo e eu gosto muito disso eu me realizo nessa área de poder estar com as pessoas mais carentes, poder ouvir, de poder ajudá-las refazer um pouco aquele contexto que elas têm, para melhorarem a qualidade de suas vidas. Eu sou muito ideológica, eu gosto dessa coisa de transformar. Para mim o transformar é uma coisa bastante importante. Eu fui a todos os Fóruns Sociais Mundiais, um ano eu fui grávida, o outro com a minha filha caminhando.

A gente sempre esteve lá, eu participei das caminhadas todas e eu acho que sim outro mundo é possível desde que a gente faça. Nós agentes transformadores temos a obrigação de transmitir o nosso conhecimento e ajudar a modificar a vida dos jovens e ajudá-los a transformar também.

Tu que dá aulas em universidade, tens o compromisso de despertar de outra visão, de outro pensamento, de poder levar in loco, de poder mostrar: olha, uma coisa é o que fala este autor, mas também temos outro que pensa de forma diferente.

Estamos carentes de leitores e de alunos pensantes e que façam a crítica, que questionem.

Hoje está difícil até para muitos fazerem uma redação, elaborar um pensamento. De poder mostrar esse processo todo. Eu acho que sim, que outro mundo é possível, acho que ele demora um pouquinho mais, porque ainda encontramos pessoas muito contrárias a esse momento político que a gente está vivendo, que começou com o Lula, que transformou o Brasil, que tá com a Dilma aí, que está transformando. Mas muitos também não apresentam o contraponto de forma responsável. Eu acho que tem movimentos por todos os lados, eu ainda acho que é pouco, mas eu acho importantes esses movimentos.

Eu acho que a gente tem que ajudar nesse processo, nós que já fazemos movimentos políticos, temos liderança, temos que ajudar nesse processo. Tem muita gente que não sabe, precisa de ajuda mesmo, precisa de ajuda para pensar inclusive. Porque sabemos o poder midiático como funciona. Como é que funciona a mídia, enquanto tivermos um mundo de novela, tivermos aqueles programas de domingo de tarde, rodeado de banheira do Gugu, que não discute nada, fica mais difícil fazer a crítica como ela tem que ser feita. Temos que transformar, temos que mudar isso, porque senão ficam muitos fatos como verdadeiros e não são. Ainda temos quem compra votos por todos os cantos do país. Se vendes, não tem mais o direito de cobrar nada, pois, já foi pago. Isso é um exemplo dessa dominação, parece cultural. Época de campanha eleitoral em muitos lugares já é possível identificar quem vende e

quem compra votos. Temos a obrigação de mostrar outra realidade a essa população. Esses dias eu ouvi de uma mãe que o filho dela tem a idade da minha filha: eu deixo o meu filho assistir a Globo, mas eu tenho a Carta Capital em casa. E ele lê? E tu lê para ele?

Ter a Carta Capital empilhada é a mesma coisa que comprar livro em metro da cor da estante, da parede. Não qualifica ninguém. Então é isso, eu acho que a gente tem que, como agente transformador ajudar nesse processo. E eu acho que tem um viés de um grupo que já está mudando, mas ainda a gente tem compra de voto, ainda a gente tem políticos que se beneficiam de situações para poder ganhar e se manter, mas o nosso papel é esse: é contrapor, é contrapor e mostrar que existe outro mundo, esse mundo ele é possível e a gente vai ter que ajudar a construir esse mundo.

E eu acredito muito na infância, eu acho que os transformadores, os agentes sociais, os atores sociais, os agentes transformadores que estão vindo por aí com outra forma de pensar, podem ajudar e muito na construção desse mundo. Porque nós estamos ajudando-os a terem outra visão. Então acho que temos o dever de ajudar a construir esse mundo, essa outra visão de mundo: mais social, mais humano, dando empoderamento para as pessoas e não permitindo que a mídia faça isso.

A gente tem que dar poder para as pessoas, o poder de conhecimento, de crítica, isso que nós temos que passar para as pessoas, para os jovens. Quem tem o conhecimento tem o poder.

Acho que é isso, acho que a gente muda, vamos mudar. Mas esse trabalho é longo. É longo, mas não faz mal, a gente está aí para isso.

Eu queria agradecer vocês pela disponibilidade de poder contar um pouco disso. De poder contar um pouco isso porque é um pouco da história do Brasil na verdade. Através de uma pessoa, um pouco da história do que aconteceu. Foram Anos de Chumbo mesmo e chumbo psicológico principalmente. O que caiu sobre a gente foi uma coisa tenebrosa, traumática. Mas eu acho que é bom, acho que as pessoas têm que conhecer isso e é bom a gente contar, porque a gente retoma algumas coisas da vida da gente.

E eu ainda não contei uma coisa interessante. Quando mudou o governo do Pepe, saiu o governo do Pepe, eles fizeram um movimento para o Centro de Cultura mudar o nome do meu pai. Porque o meu pai não era da área da cultura, para ter um centro de cultura. Ele era médico, ele não era culto, era só médico, na visão de alguns. Mas foi uma das pessoas mais culta e mais humana que eu conheci. Não era artista. Várias pessoas da sociedade se movimentaram. Imagina. Médico não pode ser culto, e ele era médico então não valia o nome do centro de cultura. E todo mundo aqui em Caxias, tu que estás vindo para cá, todo mundo diz: “ah, não vou ao Centro de Cultura, vou lá ao Ordovás, vou lá ao Ordovás.” Às vezes eu digo: “vou lá ao meu pai”. “Aonde que tá teu pai?” “Lá naquele Centro de Cultura, mãe. Vou lá, vou lá conversar com ele um pouco”.

Porque está conhecido e reconhecido não como Centro de Cultura, e sim como Ordovás, e pegou. Eu me lembro de que eu tinha uns 14 anos ele me deu o Contrato Social para ler, me deu o Manifesto Comunista, todos os livros de esquerda na minha casa tinham. Aí tu me imaginas lendo isso e os meus colegas lendo sei lá eu o quê. Era outro viés de discussão. A leitura não foi estimulada nem nas escolas. Muitos professores, pais, não têm o hábito da leitura.

Se tu não tens o hábito da leitura, mesmo que tu sejas um estudante de universidade, se tu não lês, que o teu

professor te diz que tá na tua frente é tomado como verdade. Porque muitos não vão estimular o teu aluno a ler, porque ele vai contrapor contigo.

Quando eu fiz direito, eu já era psicóloga e eu tinha um professor legalista. Porque ele dizia que criança não tinha que ter voz, que adolescente não tinha que ter voz, não tinha que ser ouvido no Tribunal. Discordei várias vezes dele, porque tinha outra visão. E aí era eu que contrapunha com ele porque, tinha a visão social e da psicologia. E era uma boa guerra e ele não admitia que eu entrasse na aula contrapondo ele, primeiro porque, um dia ele me disse assim: tu podes me explicar uma coisa, porque um psicólogo está fazendo direito?

Bem assim. Eu olhei bem para ele e disse assim: não vou te responder, vou te oportunizar a pensar, depois que tu pensares aí eu venho discutir contigo. Ficou furioso comigo, furioso. Porque para ele era uma afronta que alguém estivesse ali discutindo com ele psicologia. Ele queria o viés legal, pouco importava o viés emocional das crianças. Então tu vês como ainda tem resquícios, de que tu não consegues ouvir o outro que discorda que pensa diferente de ti.

Vou te mostrar o que saiu no jornal. Essa aí é a carta do SNI. Atividades esquerdistas. Esse era o prêmio. Esse aqui era o meu pai. Eles mandavam mensagem em massas, nas massas eles escreviam. E esse aqui era o Tio Percy (Percy Abreu e Lima). Eu chamo de tio porque eu ganhei muitos colos dele. Aqui é o Bruno Segalla, muito amigo de meu pai, que era um metalúrgico que também foi preso com o meu pai, e aí eles contam a questão da tortura. Saiu no jornal local aqui, isso faz parte da história, isso aqui a gente tem que guardar né?

E eles não torturaram fisicamente o meu pai porque ele era médico dos filhos do pessoal do Exército, naquela época chamavam de milicos. Porque aqui diz que eles arrebentavam a pau os metalúrgicos. Porque metalúrgico não tinha tanto estudo, então eles se achavam no direito de bater mais.

Aqui é a ata de cassação. Quase não dá para se ver. Eu vou pedir para eles digitalizarem. Na verdade o que eu quero fazer é um áudio livro. Não um livro, eu quero que as pessoas da época possam relatar os amigos, enfim, tudo o que eles passaram. Porque o meu pai teve três amigos, uma que é uma costureira famosa aqui, a Corina, que faz vestidos de alta costura para toda a sociedade, a irmã dela e o cunhado. Eles foram com armas para frente da minha casa, como eles ameaçaram a família, eles foram os três e aqui ninguém mais entra. Eles foram armados para a família e ficaram lá numa tentativa, vamos dizer assim, de coação porque eles já sabiam que a coisa estava extrapolando. Aí eles dizem, é nessa ata aí que um dos vereadores diz que se um dos comunistas se aproximasse dos filhos dele ele matava. É história e história e história que tem que vir à tona.

E a Câmara de Vereadores, ela queimou, então vários anais se perderam com o incêndio. Eu acho que é muito isso, que eles acabaram com muita coisa, porque o exército queria provas, documentos, e coleções foram queimadas. Eu penso que o exército nunca vai dar dado nenhum para ninguém, porque aí é dizer que extrapolou, é legitimar a tortura. Tudo o que eles fizeram, as pessoas que eles torturaram, como mesmo contam nas entrevistas do Geneton Moraes Neto, mas o nome não foi tortura, afinal foram os comunistas que começaram.

Mas como é que um ser humano tem a coragem de torturar alguém ou de matar porque pensa diferente. Olha o nível de intolerância, de patologia que tem um ser humano.

Porque não é simplesmente pensar diferente, é não concordar com a situação, não é uma briga de vizinhos. É, vai matar desaparecer com um ser humano porque ele ideologicamente pensava diferente de ti.

E a nossa sociedade ela é perversa, muitas vezes ela é perversa. Esse resquício, tudo isso a gente ainda está trazendo. Por isso eu acho importante a gente falar sobre, mostrar tudo isso porque algumas pessoas ainda acham natural o que aconteceu.

É, como se isso fosse um poder, que te desse um viés de poder. Mas é um poder muito perverso, porque olha a dominação que tu estás fazendo com o ser humano, tu tens que fazer este tipo de dominação para te sentir bem e para ter supostamente razão, é um absurdo. A gente vê partidariamente isso, a gente observa dentro dos partidos políticos isso. Mas vamos trazer essa história à tona.

Eu acho que essa história a gente tem que deixar cada vez mais claro para as pessoas poderem acessar isso e poder visualizar, ler. Eu acho que temos muito a conhecer desta época.

Entrevista ocorrida no dia: 21/05/2013

Local: Centro de Cultura Ordovás – Caxias do Sul/RS

Entrevistador(a): Rafael de Oliveira Wolski, Samantha Torres

REFERÊNCIAS

COMITÊ CARLOS DE RÉ. **Ato de criação do Memorial Ico Lisboa** (antigo dopinha) – Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/2014/01/07/ato-de-criacao-do-memorial-ico-lisboa-antigo-dopinha-comite-carlos-de-re-da-verdade-e-da-justica-do-rio-grande-do-sul>> Acesso em 14 de janeiro de 2014.

COMO TUDO FUNCIONA. **AI-5 e o Brasil do ame-o ou deixe-o**. Disponível em: <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/ai-51.htm>> Acesso em 20 de janeiro de 2014.

LATUFF. **Latuff cartoons**. 2012. Disponível em: <<http://latuffcartoons.wordpress.com/>> Acesso em 19 de dezembro de 2013.

PONTOS DE CULTURA CAXIAS DO SUL. **Caxias do Sul realiza oficinas sobre Rede RS Pontos de Cultura**. Disponível em: <<http://pontosdecultura decaxias.blogspot.com.br>> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

THAÍS FERREIRA CORNELY

**“Sentíamos que
podíamos
fazer alguma
coisa, apesar
do pavor”**



Thaís Ferreira Cornely, psicóloga clínica e docente na Escola de Saúde Pública do RS.

No golpe de 64 eu tinha 10 anos de idade. Troquei de escola um pouco depois, fui para o Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da UFRGS, um centro de resistência à ditadura militar, universitário e também secundarista. Lá eu tive o primeiro contato com a violência da ditadura, aos 12 anos. Os brigadianos invadiram – dá vontade de chorar só por me lembrar – o campus a cavalo. Eu lembro que o pessoal jogou bolinha de gude no chão e os cavalos caíam e eu não estava entendendo muito bem. Eu era muito pequena.

E eu levei eu acho que foi um cassetete, o que me bateram nas costas. E até hoje eu tenho uma hérnia de disco, provavelmente causada naquela época.

Lá no Aplicação tinha um pessoal mais velho, tinham uns 18 anos e que formaram com a gente um "comitê" para estudar

materialismo dialético. E nós não entendíamos bulhufas. Mas queríamos entender, queríamos estar na onda da história. E lá começou uma simpatia, um sentimento – até infantil – de odiar a ditadura, odiar o capitalismo, odiar o imperialismo norte-americano e amar os povos oprimidos. Em 1968, meu pai foi transferido para o Rio e lá estudei numa escola pública, que tinha um movimento estudantil muito forte também, participava das reuniões da UNE.



Figura 1 – Queimar bandeiras se mantêm na atualidade como prática de protesto

Fonte: Revista Veja, Grupo Abril (2013). (Imagem de Autor desconhecido, s/d.).

O prédio da UNE foi incendiado pela ditadura, mas continuávamos nos reunindo lá. Queimamos a bandeira norte-americana na frente da escola, com muito apoio popular.

A ditadura era odiada pelo povo em geral. Talvez isso explique a violência com que eles se impuseram.

Eles assassinaram o Édson Luiz, que era um estudante secundarista, um menino de 16 anos. E nós fomos ao enterro dele, numa passeata com cem mil pessoas, muitos artistas famosos da TV e tudo o mais. Cem mil pessoas, uma estimativa por alto. Nessa época eu tive uma professora de português, nordestina, que era uma mulher muito legal, ela era feminista, ela era muito honesta com conosco. E, de repente, ela sumiu. A diretora da escola, que era bem fascista, disse que ela tinha fugido porque era subversiva. E nós ficávamos torcendo que fosse isso mesmo: que ela tivesse fugido. Ela era “um toquinho”, baixinha... Que ainda hoje esteja muito bem! Ela foi uma luz para muita gente, para mim também. Depois, em 1970, a minha família voltou para Porto Alegre, e eu fui estudar no Júlio de Castilhos e lá foi bem fácil fazer contato com o pessoal do movimento. Foi no tempo do Médici, foi o pior terror que alguém pode imaginar. Em plena euforia de Copa do Mundo, “prá frente Brasil, salve a seleção” e outras besteiras. Muita repressão, muita censura e assassinatos diários, a imprensa não podia divulgar. O Chico Buarque e outros fazendo música cifrada.

Todo mundo sendo censurado. Muito medo. E na minha escola, a gente também tinha medo. Na época, existiam dois “partidos irmãos”, dois partidos clandestinos, que eram: o PC do B – que não tem nada a ver com o PC do B de hoje, diga-se de passagem – e a Ação Popular Marxista Leninista do Brasil, que era ligada à igreja católica. Esses dois partidos tinham contatos dentro do Julinho e logo fiz amizade com essas pessoas também e comecei a ter uma atuação, de inicialmente formar um núcleo de base, de simpatizantes entre os meus colegas.

Era muito fácil, porque todo mundo detestava aquele estado de coisas. Teve um colega meu, que era um poeta, grandalhão, que foi arrancado por policiais no meio de uma

aula. Depois ele voltou. Mas assim: quando ele foi tirado da aula... Tu estavas tendo aula normal, aí entrava a polícia e ninguém sabia o que ia acontecer. E aí o arrancaram. Nem o professor, nem nós... Nós não tivemos coragem de fazer nada; ficamos com muito medo.

E ele foi levado gritando, pedindo ajuda. Pelo menos esse voltou depois.

Mas era “normal” acontecer esse tipo de coisa. Junto com o pavor, a revolta crescia. Nós tínhamos uma coragem, um desprendimento também, que é difícil ver hoje em dia. Pelo menos eu não vejo. Então montamos esse comitê de alunos do Julinho.



Figura 2 – Bonde na Avenida João Pessoa, em frente ao antigo Colégio Júlio de Castilhos, Porto Alegre, RS.

Fonte: Álbum Memória Carris, 2013 (Imagem de Autor desconhecido, s/d.).

Junto com outros secundaristas, fazíamos pichações e panfletos, “panfletávamos” – sempre com muito pavor – íamos para o centro de Porto Alegre e para outras cidades também. Jogávamos os panfletos de cima dos prédios.

Daqui a pouco estava cheio de brigadianos embaixo querendo saber onde estavam os subversivos, enquanto as pessoas juntavam os panfletos e liam e levavam consigo... Isso era muito bom, porque sentíamos que podíamos fazer alguma coisa, apesar do pavor.

E eu emprestava a casa dos meus pais nos fins de semana, quando eles saíam, emprestava para reuniões da direção desses dois partidos e de outras organizações. Não sei quem ia lá, eu só dava a chave e saía. Também conheci companheiros clandestinos, foragidos, com risco de vida, cassados pelo país todo, que vinham para cá e ficavam escondidos. Teve uma guria que ficou na minha casa, era uma nordestina. Ela era da minha idade, tinha 17 anos. Numa luta em São Paulo, entre Universidades, uma que era de direita e outra considerada de esquerda em SP, jogaram uma bomba e ela quase perdeu a perna. Quase... acabou ficando com a perna. Mas estava toda deformada.

Essa menina, psicologicamente, estava marcada, sempre tive a sensação de que ela não viveria muito tempo. Ela ficou na minha casa, oficialmente era uma amiga, que eu tinha conhecido viajando pelo nordeste e que queria conhecer o Rio Grande do Sul. Eu não sei nem o nome verdadeiro dela. Depois ela foi embora não sei para onde. Também convivi com outra pessoa que foi muito marcante, era um pouco mais velho do que eu, talvez quase trinta anos. Também não sei o nome verdadeiro dele, mas a gente o chamava de Mauro. Ele estava escondido e eu lhe levava todos os dias comida, livros, recados, outras coisas que

precisasse, já que ele não podia aparecer na rua. Ficamos muito amigos. E ele realmente ‘me fez a cabeça’. Era uma pessoa culta, que acreditava na liberdade. Tinha um amor infinito dentro dele.

A gente conversava muito, muito. Até que um dia... Tinha uma mulher em São Paulo, que ele amava profundamente, nós conversávamos muito sobre isso, sobre as relações de amor; ele era um homem feminista. Tinha muita coisa que ele falava que era novidade para mim. Pois bem, a mulher dele estava grávida. E ele tinha muito medo de eles não conseguirem ter um futuro, pelo jeito que as coisas estavam andando. Ela não era uma grande militante, era a namorada que ele tinha há muito tempo.

E aí, na última vez em que eu falei com ele, levei um recado, a notícia de que a mulher dele estava presa em São Paulo, que já estava presa há bastante tempo e ele não sabia, e que ela tinha dado à luz em um centro da Marinha onde muita gente – era um inferno aquilo – foi torturada, desapareceu ali. As famílias não conseguiam chegar nem na porta. E ele ficou sabendo que a mulher e o nenê estavam lá e que estavam ameaçando torturar o nenê se ela não dissesse onde ele estava.

E ela não sabia. Ela só sabia que ele estava em Porto Alegre, mas não sabia o endereço. Ficamos conversando até altas horas da madrugada, tentando achar uma saída. E não tinha saída. Eu fui para casa me sentindo muito mal. No outro dia, quando eu voltei, ele não estava mais lá. Eu não tinha chave. Bati, bati. Dias depois o pessoal que fazia o contato com essas organizações disse que ele era um deduro, que ele tinha se entregado e entregado um monte de gente. Aí me deram alguns pontos marcados, com datas e lugares diferentes para a gente se encontrar. E aí começou

a cair um monte de gente. Um monte de gente foi presa. Eu fui a dois ou três desses pontos, não tinha ninguém.

E eu estava com muito medo. Eu não podia contar aos meus pais, porque eu não queria envolvê-los também. Aí era assim: meu namorado, meus amigos sabiam, me ajudavam, mas ninguém estava seguro. Eles também estavam envolvidos que nem eu, no apoio. Até que um dia apareceu um policial na minha casa, me intimidando para depor no DOPS, que era o Departamento de Ordem Política e Social.

842

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nome: SALVIO HMBERTO PENNA

Filiação:

Naturalidade:

Data do nasc.:/...../.....

Residência:

Observações:

.....

.....



Figura 3 - Em Minas Gerais, Decreto Estadual 46.143, editado em janeiro de 2013, regulamenta a norma que dispõe sobre o acesso aos documentos remanescentes do extinto Dops-MG. Acima, modelo de ficha de identificação usada pelo Dops-MG na época da Ditadura Militar.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013 (Imagem de Autor desconhecido, fotógrafo do Arquivo Público Mineiro - APM, s/d.).

Eu me esqueci de contar que no Julinho a gente tinha aula de Educação Moral e Cívica, que era dada por policiais ridiculamente obtusos e com a TFP, que era uma organização que andava com estandartes medievais, se chamava Tradição, Família e Propriedade. Eles nos deram aula, mostravam mapas do mundo com o avanço do

comunismo. O mapa ia ficando todo vermelho. E a gente só não ria, porque tinha medo. Ria depois, escondido. E eu tinha que depor lá no DOPS. Eu lembro de que a minha mãe ficou muito nervosa, o pai também; queimamos vários livros deles, que eram livros marxistas e outros que poderiam ser suspeitos, porque tudo era.

Aí a mãe prendeu meu cabelo, fez “maria-chiquinha” para eu ficar com uma cara bem de criança, para eles não me maltratarem. Coitadinha, ela ficou louca de medo em casa. E o pai foi comigo.

Eles não o deixaram entrar, meu pai ficou sentado na escada externa do prédio durante sete horas, sem saber o que estava acontecendo comigo. Meu pai era um professor universitário. E junto conosco foi um delegado de polícia (da Delegacia de Entorpecentes) que era amigo de um tio meu. Nem o delegado pode entrar também. E aí o pai ficou lá fora, coitadinho. Levaram-me para uma sala bem grande, quase vazia. Um escrivão ficou me interrogando, perguntando se eu era subversiva e outras coisas. Esse tipo de pergunta “altamente inteligente”. E mostrando muitas fotos, eu não conhecia ninguém. Mas era muita gente!

Aquilo me fortaleceu por dentro. Porque eram pessoas de todas as idades, de tudo que era cara, tudo que era jeito. Uma cara mais bonita que a outra. E eu tinha o prazer de dizer: não conheço, não sei, nunca vi, não conheço. Aí ele meio que se irritou uma hora. Saiu, voltou junto com um filho da puta, um loiro, que ele chamava de doutor. E o doutor fez o papel do bonzinho. Disse que eu era uma pessoa de boa família, que ele queria me ajudar, que ele não queria que eu pagasse pelo erro dos outros. E que todas as pessoas – as pessoas das fotos – já tinham me

dedurado. Por que eu estava protegendo essas pessoas? Por que eu queria ser legal com elas se elas não tinham sido legais comigo? Esse tipo de jogada assim.

Daí eu falei a verdade: não conheço ninguém nessas fotos. Aí me mostraram mais outro calhamaço de fotos. Não conhecia ninguém. Havia muitos idosos – pelo menos eu achava; na época, tinha 17 anos, para mim eram idosos – não sei se eram tão idosos. Mas daí cada foto daquelas me deixava com mais orgulho. A certa altura eles saíram e me deixaram sozinha um tempão, sem nada para fazer. Então entrou um homem horroroso, meio “abobadão”. Meteu a mão dentro das calças, ficava se tocando, me rondando e dizendo que tomara que eu não falasse mesmo, porque aí eu ia ter que ficar com ele. Ameaçando uma violência sexual, algo assim.

Eu fiquei quieta, olhando para o chão. Até que ele “encheu o saco” e foi embora. Mais um tempo sozinha. Aí veio a tal da acareação: trouxeram algumas pessoas torturadas que estavam presas no DOPS, para eu ver se conhecia e para cada pessoa dizer se me conhecia. Foram poucas pessoas, não sei, acho que foram menos de 10 pessoas. Duas pessoas eu conhecia. Eu tinha três pessoas fazendo meus contatos e duas delas estavam ali. Uma era um grande e querido amigo e, quando ele apareceu, a gente até se sorriu. Aí ele falou primeiro: conheço-a, lá do Julinho. Eu falei: também conheço, mas por que ele está aqui, acho que ele não é subversivo. E aí ele levantou a mão assim. Não sei se não tinha unha ou estava arrancada... Uma coisa preta nas pontas dos dedos, que ele fez questão de me mostrar. E o levaram.

Depois trouxeram a minha outra amiga, que estava grávida. Devia estar com sete ou oito meses de barriga.

E vinha conduzida por uma arma grande – não sei o que era aquilo, se era uma metralhadora ou um fuzil – sendo empurrada pela barriga grávida. Ela estava completamente apavorada. Ela não me olhava. Ela só olhava para o chão. Ela estava toda assim... E eu não consegui ajuda-la. Nem pelo olhar nem nada.

Porque com ele, pelo menos, a gente trocou aquele olhar. Cada um que vinha, era um olhar que falava por mil. Mas com ela não deu. E hoje essas duas pessoas estão bem “sequeladas”. Ela eu consegui ajudar a ganhar o dinheiro da reparação. Ela tem filhos – eu acho que cinco filhos. E aí ajudou um pouco. Ela ficou muito, muito agradecida por receber aquele dinheiro da indenização.

E é isso. A minha história, é o que eu tinha para contar, acho que o principal é isso. Nunca mais me chamaram. Ameaçaram que eu ia ser presa, torturada e coisa e tal, mas me deixaram ir para casa com o pai. Nunca mais me chamaram. Lembro que na época da faculdade ainda era ditadura. A primeira faculdade que eu fiz foi História. E no ano em que eu entrei 1973, houve um expurgo horroroso de professores. O que me fez entrar para a Faculdade de História na UFRGS; eles desmancharam. E aí eu peguei uma safra de professores alienados, a história virou uma coisa folclórica. As coroas do Tutankamon; sei lá o quê. Fiquei um semestre só na História e fui para a Faculdade de Jornalismo.

Trabalhei na Coojornal, que era uma cooperativa de jornalistas também, que resistia à Zero Hora e Correio do Povo. Foi bem interessante, mas também durou pouco tempo. E aí as coisas iam se desmanchando e como é que eu vou te dizer? Essa resistência marxista-leninista foi – para mim – perdendo o significado. Porque não tinha mais,

não pertencia a grupo nenhum. Aí eu viajei de carona pelo Brasil e pela América Latina para conhecer o povo.

Viajava um tempo, “saindo do sistema” e depois voltava e “entrava no sistema”, trabalhando e estudando por um tempo. Até hoje tenho um sentimento de não pertencer mais a nada. E ao mesmo tempo, não querer de forma nenhuma pertencer ao que foi construído a partir de tanta injustiça e massacre.

Naquela época do Médici eu tentei ir para a Guerrilha Rural do PC do B, do Araguaia, não me aceitaram. Ainda bem. Porque provavelmente teria morrido lá.



Figura 4 - Atualmente, Universidades viram aliadas na investigação sobre a Ditadura Militar. Acima, atividade que oficializa “Comissão da Verdade” na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que visa apurar os atos de resistência e as violações aos direitos humanos que aconteceram no campus da Universidade entre os anos de 1964 e 1988.

Fonte: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania / SP. Reportagem de Camila Rodrigues, s/d. (Imagem de Autor desconhecido, s/d.).

Eu acho que – como tantos – sou uma sobrevivente. Já pela educação da minha família, eu acho que eu jamais seria uma pessoa que ia ambicionar um poder pessoal muito grande. Um poder político; alguma coisa assim.

Hoje eu sou uma anarquista convicta. Não acredito em partidos, acho que cada vez mais são umas quadrilhas, umas máfias brabas. E que na própria estruturação de um partido já tem esse germe. Como dizia o Proudhon: “o poder corrompe”.

E corrompe mesmo. Não é só a Dilma e o José Dirceu. Corrompe. Daí se deriva um dilema psicológico bem sério. Já fui para terapia várias vezes tentando ver o que eu faço. Eu posso ter um carro ou não? Por que se eu tiver um carro eu estou oprimindo as pessoas que estão comendo lixo ali na frente da minha casa? E vou dizer que isso continua uma interrogação para mim. Continua um conflito. E fico muito indignada com esses políticos aí. Talvez o que me indigna mais ainda é ver que a ditadura serviu ao propósito de um imperialismo violento, que em grande parte está sendo muito bem sucedido. Colocar uma ditadura militar violenta matando qualquer tipo de cultura e de resistência de um povo pode ser eficaz. Pelo menos por um tempo.

Por exemplo: existia o acordo MEC-USAID – as pessoas da minha idade devem lembrar-se disso – que era totalmente rechaçado nos meio educacionais e que hoje está sendo implantado: formando mão de obra tecnocrata, alienada, barata, para apertar botãozinho multinacional. Não se estuda mais filosofia, não se estuda mais sociologia, antropologia. Ainda bem que ainda tem psicologia. História eu não sei como é que está.

Os historiadores que eu conheço são muito legais. Mas as ciências humanas, críticas e criativas, perderam o seu lugar para o *american way of life*. Hoje tu vêes a criminalização da pobreza e dos movimentos populares. Um consumismo cego e insaciável. Insaciável como a ganância do império, dos impérios em geral. Estive na Venezuela, no Fórum Social Mundial.

Apesar de ser anarquista, rendo homenagens ao Chávez, aos companheiros dele e aos cubanos. Porque eu vi uma saúde pública que só em sonhos a gente imagina aqui, só na teoria do SUS. Eu trabalho hoje para o SUS também. Trabalho no consultório particular e no SUS. É muito difícil para eu conviver, na gestão pública, com pessoas partidárias, de última hora, falando em gestão participativa e sei lá que bosta mais. Mentindo. São pessoas corrompidas, jovens corrompidos, jovens direitistas sem nem saber por quê. Isso é que me dói mais.



Figura 5 - No Rio de Janeiro manifestantes fazem ato contra a criminalização dos movimentos populares.

Fonte: Centro de Mídia Independente, 2012. Reportagem de Rafael Gomes (Imagem de Autor desconhecido, s/d.).

Mas sempre tem aquele germe de vida e saúde que faz com que as pessoas não se limitem completamente. E eu acredito que vale a pena.

Atualmente, eu estou trabalhando em duas frentes, uma é o consultório de psicoterapia, onde cada pessoa leva o seu caminho de libertação, leva a sua verdade. Eu acho que uma pessoa que está de bem consigo mesma, que está sendo verdadeira consigo mesma, essa pessoa não oprime e não quer ser oprimida.

Mais ou menos por aí, o que eu penso. Então hoje, já com 30 anos de consultório, eu tenho um trabalho onde eu tento respeitar a verdade de cada um. Não pretendo “fazer a cabeça de ninguém”. Adoro o consultório pela variedade de experiências que as pessoas diferentes trazem. Já atendi militares que foram ativos na ditadura. Um dia eu falei que eu adorava o Lamarca, quase deu uma briga, por que o cara achava que o Lamarca era um traidor do exército. Ele buscou terapia por que era casado e se apaixonou por outra mulher, sofria pela culpa.

Após a faculdade de Psicologia, fiz especializações em terapias “reichianas”, bioenergéticas, esse tipo de coisa. Terapias corporais. E o Reich tem um livro – têm vários – Escuta Zé Ninguém e a Psicologia de Massas do Fascismo, onde ele mostra isso: a pessoa oprimida, infeliz, quer uma ditadura, resumindo grosseiramente. E a pessoa que está melhor psicologicamente, anseia por liberdade. Ela anseia por liberdade para si e para os outros. Ela tem a consciência de que ninguém é feliz no meio do sofrimento dos outros. É por aí que eu tento trabalhar. Por um caminho de respeito à liberdade. E aí vale tudo. Sou médium, então atendo pessoas de umbanda, espíritas, evangélicos, qualquer um.

A pessoa traz o seu caminho. E aí eu vou junto, se a pessoa me permite entrar. A confiança é fundamental.

Esse trabalho no consultório tem me ajudado a manter a saúde mental. Porque, se fosse só o meu trabalho no SUS, eu acho que eu já teria feito alguma coisa mais radical lá dentro e provavelmente seria demitida.

É difícil eu trabalhar com a perversidade, com autoritarismo, com a mentira, com a competição.

Quando a ditadura foi implantada eu tinha só dez anos. Também sou “fruto” dela. Mas quando eu fui para a Venezuela, eu cheguei, vi as pessoas mais livres e soltas, alegres. Eu fui naqueles bairros... Bairros que eles chamam, são as favelas lá. Bah, aquelas mulheres de 60 anos, totalmente soltas, chavistas, fazendo horta comunitária, fazendo isso, fazendo aquilo, vivas, com uma alegria, umas ganas de ser dona daquele chão e daquela pátria. Eu pensei: o brasileiro não é alegre mais. Se já foi, não é mais.

Eu gosto daquelas chanchadas do Oscarito, do Grande Otelo, Dercy, aqueles filmes e músicas. Cadê aquilo? Cadê? Cadê aquela criatividade, aquela alegria do povo brasileiro?

Não vejo isso. Não vejo. Eu vejo um povo submetido. Muito, muito fodido, muito neurótico. Muita gente comendo lixo mesmo, literalmente. E a Dilma dizendo que é fome zero, e não sei que e outras besteiras. E a imprensa fazendo lavagem cerebral o tempo inteiro. A Copa do Mundo do jeito que está sendo feita, para inglês ver e político lucrar.

A higienização social. O que mais? A lista não termina. O triste é isso: não termina. Eu comecei escrever algumas coisas. Eu botei o título: heranças da ditadura. E aí comecei a lista, chegou uma hora eu botei: etc., etc., etc. Porque é tudo. Desrespeito à natureza total.

Porque, para a ganância capitalista, é o lucro imediato que interessa. Desrespeito à vida. A falta de vergonha na cara está institucionalizada e de um jeito tal. Então parece um deboche. A coisa está assim: o Collor, o impeachment, aí ele volta como presidente do Conselho de Ética do Senado. Ética? O que vale a ética para o Collor? O que valem os Direitos Humanos para o Feliciano? Eu vi uma entrevista do Leonardo Boff ontem na TV e ele explicou super bem essa ala evangélica da “Teologia da Prosperidade”. É um ramo dos evangélicos que é totalmente materialista: se tu dás dinheiro para Deus, Deus te dá dinheiro também. Então se tu deres mais, tu vais ganhar mais. Essa é a ala religiosa que mais está crescendo no país e no Congresso. Muito perigoso. Assim como crescem os Shopping Centers. Não tem mais cinema na rua.



Figura 6 - Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu instalar placas informativas nos endereços que, no passado, abrigaram 73 salas de projeção de filmes. O objetivo dessa ação é manter na memória da cidade esses importantes espaços de sociabilidade do passado.

Fonte: Paula Giolito / O Globo, 2012. Reportagem de Simone Cândida (Imagem de Autor desconhecido, s/d.).

As pessoas estão esmagadas. Esses dias um vizinho meu estava com medo de sair do prédio, um homem de dois metros de altura. Por que tinha uns meninos “de rua” ali na frente. Podiam fazer mal para ele, “um cidadão de bem”. O que é isso, gente? E hoje em dia está pior. A ditadura foi financiada e foi imposta de fora para dentro, isso tem a ver com o imperialismo internacional. Existia todo um plano, que está sendo cumprido passo a passo. Pior para nós, melhor para eles. Para os “pacatos cidadãos”, o pobre é o ladrão, pobre é o perigoso. Tu vêes um cara, bate no vidro do carro: “ai, ai, ai, vai me assaltar, vai me esganar, vai me matar”. Mas um empresário, um burguês, é “do bem”, é um modelo, esse não vai me roubar, não vai me esganar, não vai me matar.

Essa falta total de consciência do óbvio é uma herança da ditadura. Porque se há uma coisa que eu aprendi com os militantes daquele tempo – alguns deles morreram, outros são sombras do que foram, mas estão vivos – foi que existia uma lucidez em relação ao que estava acontecendo.

Isso eu também percebi na Venezuela no tempo do Chávez. As pessoas sabiam o óbvio. As coisas são mais simples do que parecem. Mas se elas ficam muito sofisticadas, ficam confusas e pervertidas. Se tu ligares a televisão tens uma lavagem cerebral atrás da outra. E quem é que fica imune todo tempo a isso? Eu conheço muita gente que se endivida naquelas Casas Bahia. Porque acha que é mais barato. Numa loja a prestação é cem reais, nas Casas Bahia é 80. Só que as Casas Bahia têm um número maior de prestações e a pessoa não se dá conta. Porque estão mentindo para ela. Tu não podes questionar se o creme dental vai branquear teus dentes mesmo, como diz na propaganda, e se vai aparecer uma estrelinha brilhando no dente.

Não tem para quem questionar. Ninguém te defende. E quando existe uma organização de defesa do consumidor, daqui a pouco a líder vira deputada, vira vereadora, vira “não sei o que” e o proveito próprio fala mais alto. Eu estou meio amarga hoje em dia, mas me alegro quando vejo os movimentos de resistência de jovens, apesar dos partidos oportunistas no meio. Coitada da geração pós-ditadura. Coitados. Massacrados. Eu vejo as pessoas: trabalham, trabalham, trabalham, consomem, consomem, consomem. Passam a vida dentro de Shopping Center, de carro, numa caixinha no escritório e bonitos, de terno, de salto alto. “Bem sucedidos” nas gaiolas, longe dos miseráveis sem cidadania. Isso é uma doença. É uma doença social. Vinte anos de terror. O que isso causa para uma sociedade? Essa democracia representativa é uma das piores farsas que eu conheço. Não representa ninguém, é mentira, é mentira. São quadrilhas e quadrilhas e quadrilhas roubando.

Uma vez eu fui passar umas férias em Porto Seguro, paguei em 10 vezes pela *Varig Travel* e fiquei num hotel legal lá, estava muito bom. Havia outro hotel do lado, luxuoso, lindo, estava fechado. Era a filhinha de um senador fazendo 15 aninhos e o senador fechou o hotel para a festa da filha dele. Inclusive a praia. A gente não podia passar pela praia porque estava tendo a festa. O que é isso? Democracia? Democracia.

Criança de rua, que tu saís pulando em cima de criança de rua. As primeiras crianças de rua que eu vi, eu levava para casa, dava comida, dava tênis, perguntava onde é que morava a mãe, onde é que morava o pai, tentava levar a criança de volta. Chegou uma hora que não deu mais. Era muita gente. Muita gente. E aí chega uma hora que para tu sobreviveres, tu achas que aquilo é quase natural. Tu vê? É claro, tu conversas, tu dás um dinheiro, tu dás a

metade do teu sorvete. Não muda nada, só sente o coração apertado. Sozinha tu não mudas nada. E quanto aos movimentos que existem... Eu estou muito fechada; devem existir, eu sei que existem movimentos de resistência, mas eu não conheço hoje. Na entrevista com o Leonardo Boff tinha duas mulheres que são de uma ala feminista da igreja católica, são teólogas. Estavam lá, “p da cara” brigando, sabe? Eu adorei. Elas derrubam as políticas moralistas contra o aborto, contra usar anticoncepcional, essas coisas medievais que a igreja tem. Nunca me passou pela cabeça que pudessem existir até no Vaticano, feministas radicais. Nossa, elas estão brigando lá dentro. Então esse tipo de coisa me dá muita esperança.

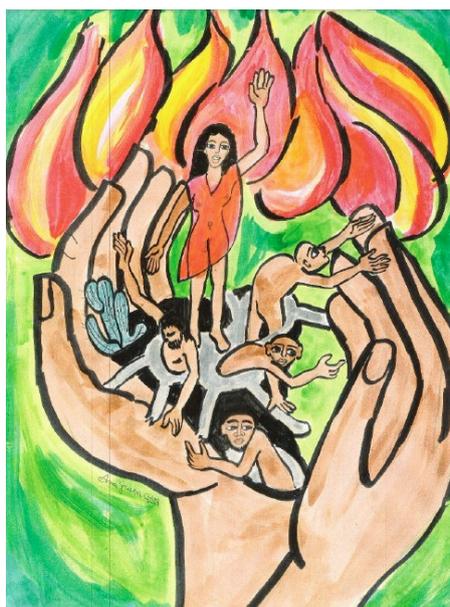


Figura 7 – Dissertação de Mestrado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com enfoque feminista, discute a relação entre gênero e religião na Igreja Católica a partir de documentos datados entre 1978 a 2005.

Fonte: Rodrigues, Ana Livia (2007). Repositório da UFBA, 2013. Imagem cedida por Irmã Ana Graça, (Imagem de autor desconhecido, s/d.).

Quando eu vejo que existe. Sempre existe uma resistência. Em várias frentes. Mas o inimigo é muito violento. Então, essa tal democracia, talvez em certos pontos ela seja até pior que a ditadura. Porque a ditadura era assim: era

uma TFP da vida, como eu te falei. Eram ridículos. Eram uns vampiros com estandartes e com policial armado e tu dizias: sim, sim senhor. Quando eles saíam, não tinha entrado nada em ti. Tu continuavas pensando, apesar do medo. E hoje? Essa propaganda massiva de que tu tens direito a votar aos 16 anos, que maravilha. Votar em quem? Votar pra quê? Saída além da democracia? Pois é. Aí fica difícil. Porque num país gigantesco desses com um governo central, eu acho que não tem saída.

Eu acho que a gente teria que se desmembrar em comunidades menores e autogestionáveis. Mas eu não acho que isso vai acontecer pacificamente. Porque os gananciosos do mundo não vão deixar.

Eu conheci comunidades alternativas, que eram só paz e amor, mas poluíram seu rio e eles ficaram sem água para tomar. Então essa saída tão pacífica não dá certo. Eu tentei muito isso. Eu viajei de carona pela América Latina, numa coisa super *hippie*, sem dinheiro, sem relógio. Foi muito legal. Tu conheces um monte de coisa. Mas, por outro lado, tem que se fortalecer para se defender, pois, como diriam os religiosos: o mal existe. E eles não vacilam, destroem o planeta, mas eles não deixam de lucrar. Teve um milionário norte-americano que, quando morreu, abriram o testamento e ele queria ser cremado com todo o dinheiro dele. Todo o dinheiro em notas de papel, forrando o caixão dele. E ele foi cremado com todo o dinheiro dele para não deixar para ninguém. Se ninguém roubou um pouco por fora, isso aconteceu.

É isso aí. Não acho que ele seja mais doente do que esses políticos falando que os desabamentos no Rio de

Janeiro são culpa das pessoas que vão morar em lugar que desaba. Companheiros, torturados na ditadura. E aí? Virou o quê?

Não sei o que foi feito dos meus amigos que sumiram. Teve um menino que era do movimento da Reforma Agrária, precursor do MST. Era um doce de pessoa, um alemãozinho da colônia. Ele foi fuzilado ali perto do Viaduto da Salgado Filho. Passou um carro e o matou. Sem mais nem menos. Era um guri. Mas daí tu fica pensando: e esses que sobreviveram? Não há como não comparar, como não lamentar o “sucesso” de políticos e representantes da sociedade à custa das mortes de meninas e meninos idealistas. Políticos corruptos apoiando seus semelhantes. São coisas assim.

Não dá, não dá para ter ídolos. Não dá para delegar. Quando o PT foi fundado aqui em Porto Alegre, eu estava lá. Veio o Lula, o Olívio e outras pessoas e era o PT sem patrões. Tu te lembra? Tu chegaste a conhecer isso? PT sem patrões. Naquele dia mesmo eu vi e disse: bah, eu não acredito nisso aí. Não acredito. E eram todos trabalhadores. Sem patrões. Enfim, qual a saída? Se tu souberes a resposta eu quero ouvir. Se tiver algum convite para ir além dessa palhaçada de democracia – sem querer ofender os palhaços – eu quero também.

Mas eu não sei. Enquanto isso a gente vive aqui no meio. Levando agressão o tempo inteiro, porque a vida está uma merda para todo mundo. Parece. Posso estar muito amarga. Mas parece que ninguém está muito feliz por aí. E nem poderia, eu acho. E é isso. Eu falo demais. Têm muitas histórias. Mas deixa. Eu acho que está legal.

Entrevista ocorrida no dia: 19/03/2013
Local: Conselho Regional de Psicologia
do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS
Entrevistador(a): Samantha Torres

REFERÊNCIAS

ÁLBUM MEMÓRIA CARRIS. Autoria desconhecida, s/d. **Leituras da cidade: Memória Carris.** 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/leiturasda_cidade/oqver.php?idsecao=a97b0047f512940c6d6f978357f743ab> Acesso em 26 de dezembro de 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Autor Desconhecido, Fotógrafo do Arquivo Público Mineiro (APM), s/d, Belo Horizonte/MG. **ÁLBUM - Ficha de identificação do Dops.** 2013. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/especiais/dops/&alb_Pos=17> Acesso em 26 de dezembro de 2013.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. Reportagem de Rafael Gomes (Imagem de Autor desconhecido, s/d.). **RJ: Manifestantes fazem ato contra a criminalização dos movimentos populares.** 2012. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2012/05/507673.shtml>> Acesso em 26 de dezembro de 2013.

O GLOBO. Paula Giolito, Reportagem de Simone Cândida (Imagem de Autor desconhecido, s/d.). **Em cartaz, a memória dos antigos cinemas de rua do Rio.** 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/em-cartaz-memoria-dos-antigos-cinemas-de-rua-do-rio-7163359>> Acesso em 29 de dezembro de 2013.

REVISTA VEJA. Imagem de Autor desconhecido, s/d. **Sete notas de Carlos Brickmann.** Grupo Abril, 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/feira-livre/sete-notas-de-carlos-brickmann-2/>> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

RODRIGUES, Ana Livia (2007). Repositório da UFBA, 2013. Imagem cedida por Irmã Ana Graça, (Imagem de autor desconhecido, s/d.). **Vozes divergentes sobre o sacerdócio de mulheres na igreja católica - (1978-2005).** Dissertação de Mestrado, PPGNEIM, UFBA, 2007. Disponível em: <<https://repo.sitorio.ufba.br/ri/handle/ri/6435>> Acesso em 29 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA / SP. Reportagem de Camila Rodrigues, s/d. Imagem de Autor desconhecido, s/d. **História ganha novo aliado na investigação sobre a Ditadura Militar.** Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/novosite/Noticia.asp?Noticia=5922>> Acesso em 26 de dezembro de 2013.

ESQUECER E SILENCIAR JAMAIS

Caroline Martini Kraid Pereira
Mariana Allgayer
Tiasmin Ohnmacht ⁶

*Quem tem consciência para ter coragem;
Quem tem a força de saber que existe;
E no centro da própria engrenagem;
Inventa a contramola que resiste.
Quem não vacila mesmo derrotado;
Quem já perdido nunca desespera;
E envolto em tempestade decepado;
Entre os dentes segura a primavera. ⁷*

Ao longo do livro “*Da Vida que Resiste: Vivências de psicólogas(os) entre a ditadura e a democracia*” tratamos de histórias, memórias, testemunhos, vivências do passado a partir da compreensão de que se atualizam no presente, bem como, constituem sonhos de futuro. Assim, encerramos esses escritos apontando que a trajetória que trilhava a Comissão de Direitos Humanos, enquanto elaborava

6. Conselheiras da Gestão Mobilização que compõem a Comissão de Direitos Humanos do CRPRS.

7. RICARDO, João; APOLINÁRIO, João. Primavera nos Dentes. In: SECOS & MOLHADOS. Secos & Molhados. [S.l.]:Continental, 1973. Disco sonoro. Lado A, faixa 5.

este material, foi ao encontro dos caminhos nos quais a Gestão Mobilização aposta dentro do Conselho Regional de Psicologia para construir, junto às (aos) psicólogas (os) do Rio Grande do Sul, um exercício profissional pautado por relações éticas com nós mesmos, com os outros e com o mundo em que vivemos.

Podemos dizer que entrar como Conselheiras(os) nesta Comissão no momento da produção deste material proporcionou um feliz encontro porque, assim como os Colaboradores e Conselheiros que deram início ao processo, apostamos em uma Psicologia que promove e defende os Direitos Humanos, atenta aos seus efeitos nos modos de vida em sociedade. Consideramos que cada situação que ocorre no cotidiano, em que repetidas violências contribuem com a perpetuação das relações de poder hegemônicas e estados de dominação, reforça movimentos de exclusão social contra os quais precisamos nos posicionar, também através do exercício da profissão.

Diante disso, a finalização e lançamento do e-book são atividades que compõem um projeto maior da Gestão Mobilização, que tem os Direitos Humanos como um dos eixos de trabalho prioritários, somando-se às atividades de descomemoração dos 50 anos do Golpe a serem realizadas ao longo do ano de 2014. A prioridade dada a essas discussões se relaciona não apenas às marcas que as duas décadas de suspensão das garantias individuais e de violações dos Direitos Humanos deixaram no modo como nos organizamos em sociedade e em nossas instituições.

Foram tempos de alienação de direitos e de cidadania nas quais, ao brasileiro, era permitido amar a pátria, emocionar-se com o futebol, trabalhar calado, migrar do campo para comunidades precárias das grandes cidades e viver ao deus dará. Mas, principalmente, pela necessidade de nos mantermos atentos à reedição destas relações contemporaneamente, nos fazendo pensar que muito daquilo que começou 1964, não terminou em 1985. Daí a importância de não olharmos os 21 anos de ditadura como quem olha para uma foto descolorida, mas que assumamos toda a força de tal momento histórico como algo presente tanto no indivíduo quanto no coletivo.

A pátria de chuteiras, daquela época, chutava suas intolerâncias, sua violência institucionalizada, os atos bárbaros de tortura, os corpos dos presos e desaparecidos políticos, para debaixo do tapete de um Brasil que só ia pra frente. E fomos pra frente, sem que nos fosse permitido rever esse passado tão recente, sofrido, em um movimento através do qual foram muitos os que ficaram às margens, esquecidos, torturados na pele ou pelos fantasmas da “revolução”. As violações de direitos intensamente vividas naquele período se atualizam de diferentes formas no nosso dia a dia. E durante este meio século de vivências, nosso país mudou muito, mas não deixou de reeditar as marcas do autoritarismo, da exclusão e da discriminação.

O Brasil atual segue elegendo os inimigos internos de quem precisa se “defender”. No passado, eram os comunistas e, atualmente, são os jovens de periferia, em

sua maioria negros, que são expostos a estados de exceção em pleno regime democrático brasileiro. O discurso social hegemônico, sustentado e disseminado pela mídia e pelas classes dominantes, insiste em negar qualquer tipo de direito e cidadania a esses grupos, que são lançados a uma suspensão ou negação à categoria de humanos e isso permite que eles sejam expostos a todos os tipos de violência sem que haja qualquer comoção social.

Em ano de Copa do Mundo sediada no país e eleições presidenciais, estamos na iminência de um projeto de lei no Congresso Nacional que prevê restrições à liberdade de contestar, criminalizando os movimentos sociais, caracterizando como terrorismo algumas ações tipicamente utilizadas pelas manifestações populares, com base em um discurso oficial de redução da violência nas manifestações. Foi assim nos anos de chumbo, é assim hoje. Defender o direito à cidadania e à vida digna a todos, é um ato político, e este coletivo reconhece a importância de estar inserido neste debate.

Neste sentido, atualmente é impensável cogitar as práticas da Psicologia descomprometidas com o contexto social que se constitui. É a partir da ética dos Direitos Humanos que sustentamos nossa atuação, que não é neutra nem, tão pouco, apolítica. A cada ato, a cada posicionamento ou interpretação, precisamos refletir sobre em qual direção e a serviço de que e de quem estamos ofertando nosso saber e exercício profissional. Percebemos, assim, que ainda estamos no início de nossas conquistas democráticas e

que, para consolidá-las, precisamos também reconhecer nossos fantasmas, falar sobre eles, entender seus efeitos na vida cotidiana e, fundamentalmente, na nossa prática profissional.

O e-book *Da Vida que Resiste: Vivências de psicólogas(os) entre a ditadura e a democracia* se insere nessa proposta, junto a iniciativas como o questionamento da lei da anistia, o trabalho da comissão nacional da verdade, os questionamentos sobre o monopólio da comunicação, as políticas afirmativas, buscando retomar uma memória que não se restringe ao passado, mas pela qual, estamos todos afetados. Ao redimensionar presente e futuro, procuramos dar espaço para que seja ouvida a voz dos que foram calados, entendendo que mesmo o silêncio reverbera ecos, precisando ser refletido para ganhar novo sentido.

Dar a voz às(aos) psicólogas(os) que vivenciaram a ditadura é constituir parte deste movimento. É possibilitar este espaço de testemunhos e ressignificados, buscando circular as diferentes histórias, construindo novas verdades, para além da História oficial. Como pudemos ler nos depoimentos aqui compartilhados, esse movimento é recente não apenas na psicologia, mas na história do país. Este livro busca ser um encontro das histórias de profissionais que ressignificam, em seu cotidiano, a História do país, a partir da dignidade de suas memórias, como a contramola que resiste.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) foi constituída em 1998 a partir das deliberações realizadas nos Congressos Nacionais de Psicologia (CNP) que recomendaram sua criação. Tem como atribuição consolidar o espaço para as discussões necessárias sobre a relação entre Psicologia e Direitos Humanos. Tem se colocado como um campo que transversaliza problemáticas à categoria, vindo a ser um balizador ético da atuação profissional, além de incentivar a reflexão e o debate sobre as práticas psicológicas, intervindo em situações de violações dos direitos humanos. Nos encontros, são propostas discussões que viabilizem a elaboração de material informativo, eventos, inspeções, notas públicas, etc. Essas intervenções servem de suporte para a prática profissional, mobilizando e oferecendo ferramentas à categoria no enfrentamento das violações de direitos. No último ano, a CDH esteve envolvida com o mapeamento de psicólogos (as) que vivenciaram a ditadura militar, assim como temas relacionados às questões da terra, criminalização dos movimentos sociais, diversidade sexual, acesso à moradia, entre outros. A Comissão busca a mobilização da categoria na promoção e na defesa dos Direitos Humanos como uma tarefa permanente da atuação profissional. Assim, fica o convite à categoria para participar e compor a CDH, um espaço aberto e potente para o desenvolvimento de pautas que objetivam garantir o acesso aos direitos humanos.

Comissão de Direitos Humanos do CRPRS



CRP RS

CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

SEDE

Av. Protásio Alves, 2854/301
Porto Alegre/RS – CEP: 90410-006
Fone: (51) 3334-6799
crprs@crprs.org.br

SUBSEDE CENTRO-OESTE

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1709/401
Santa Maria/RS – CEP: 97015-373
Fone: (55) 3219-5299
santamaria@crprs.org.br

SUBSEDE SERRA

Rua Coronel Flores, 749/505
Caxias do Sul/RS – CEP: 95034-060
Fone: (54) 3223-7848
caxias@crprs.org.br

SUBSEDE SUL

Rua Félix da Cunha, 772/304
Pelotas/RS – CEP: 96010-000
Fone: (53) 3227-4197
pelotas@crprs.org.br



twitter.com/crprs



facebook.com/conselhopsicologiar



youtube.com/crprs